

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IDÉIAS EDUCACIONAIS

**INSTITUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DA
INFÂNCIA EM JUNDIAÍ (1880-1984)**

ELIZABETH DA SILVA GALASTRI VINAGRE
ORIENTADOR: PROF. DR. MOYSÉS KUHLMANN JÚNIOR

ITATIBA
2009

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IDÉIAS EDUCACIONAIS

**INSTITUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DA
INFÂNCIA EM JUNDIAÍ (1880-1984)**

ELIZABETH DA SILVA GALASTRI VINAGRE
ORIENTADOR: PROF. DR. MOYSÉS KUHLMANN JÚNIOR.

Dissertação de Mestrado

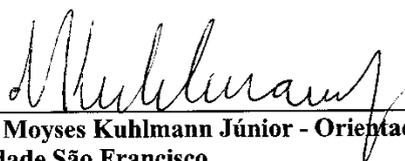
ITATIBA
2009

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. Instituições para a educação da Infância em Jundiaí (1880-1984). Itatiba, p.114. Orientador: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior. Dissertação de Mestrado. Área de concentração da pesquisa: História, historiografia e Idéias Educacionais

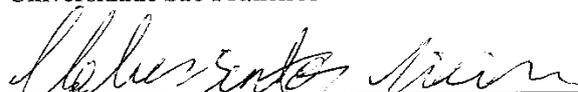
Assuntos principais: escola étnica, creche, parques infantis, Jundiaí

O presente trabalho apresenta resultados obtidos em pesquisa concluída no Mestrado em Educação, que buscou por iniciativas educacionais às crianças pequenas na cidade de Jundiaí, no período histórico compreendido entre os anos de 1880 e 1984. Esse período abrange o surgimento da primeira escola étnica na cidade, perpassa a criação da “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), em 1912, a criação da Creche Argos (primeira creche de iniciativa empresarial da cidade), em 1945, e também a criação dos parques infantis, considerados como a primeira iniciativa pública de atendimento à criança pequena na cidade, que mudam de denominação no ano de 1984. O texto pontua também, fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas. A metodologia consistiu na utilização de documentos históricos das instituições pesquisadas, análise de imprensa local, iconografia e do uso da história oral.

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. "*Instituições para a educação da infância em Jundiá (1880-1984)*". Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em vinte e seis de fevereiro de 2009 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Moyses Kuhlmann Júnior - Orientador e Presidente
Universidade São Francisco



Prof. Dr. Cleber Santos Vieira
Universidade São Francisco



Profa. Dra. Diva Otero Pavan
Centro Universitário Padre Anchieta

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho à memória de todos os cidadãos jundiaienses, principalmente àqueles que não tiveram seus nomes grafados entre os guerreiros e heróis, mas que contribuíram para a formação da cidade utilizando-se das armas da educação.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu grande amor, amigo, marido e companheiro, André Luiz, que esteve ao meu lado, me encorajando a crescer e ser forte para aprender com as dificuldades.

O meu eterno agradecimento ao meu orientador Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, que acreditou no meu trabalho e me ofereceu atenção nos momentos de dúvida e aflição, durante a confecção desta pesquisa.

Agradeço em especial a todos os Mestres e Colegas que fizeram parte desta minha formação. O meu obrigado pelas informações ofertadas, pela amizade constituída, cujo preço jamais poderia ser avaliado.

RESUMO

Esta dissertação trata da busca por iniciativas educacionais destinadas às crianças pequenas na cidade de Jundiaí, no período histórico compreendido entre os anos de 1880 e 1984, quando surge a primeira escola étnica na cidade. Perpassa a década de 1910, momento em que é criada a “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco) e a criação da Creche Argos em 1945, ambas tendo origem a partir de iniciativas particulares. Aborda também a criação dos Parques Infantis, considerados como a primeira iniciativa pública de atendimento à criança pequena na cidade, concluindo no ano de 1984, ano em que os parques passam a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil. Pontua fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais e políticas.

Palavras-chaves: educação da infância, escola étnica, orfanato, creche, parque infantil, Jundiaí.

ABSTRACT

This text objects the search for children first method on learnig in Jundiaí, starting from 1880 till 1984, when the first ethnic school has arised. It was called “Sociedade Humanitária Protetora da Infância Desvalida Asylo-Creche” (Lar Anália Franco), founded in the decade of 1910. In 1945 Creche Argos also was founded and both with private enterprise. It also discuses about the creation childhoods parks as the first public enterprises to attend children. This projet also reports the important historical facts aiming children education, showing the educational process by the economics, social and political influences.

Keybords: education for children, ethnic school, orphan, day care centers, Jundiaí.

INDICE

INDICE DE FIGURAS	11
APRESENTAÇÃO	13

CAPÍTULO 1 – INICIATIVAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM JUNDIAÍ.....

1.A Educação do Imigrante Italiano em Jundiaí.....	20
2.Assistência e Educação da Mulher: Lar Anália Franco de Jundiaí	24
3. A Educação e a Fábrica: educando os filhos dos operários.....	45

CAPÍTULO 2 - OS PARQUES INFANTIS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM JUNDIAÍ

1. A organização dos Parques Infantis em São Paulo:	64
2. A criação do primeiro parque infantil de Jundiaí: parque infantil Manoel Aníbal Marcondes.....	69
3. Trinta anos depois... a inauguração da escola-parque Luiz Bárbaro	75
4. Educar, assistir e recrear: as atividades desenvolvidas e a preocupação com a formação da criança nos parques infantis de Jundiaí.....	86

CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
---------------------------------	-----

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÕES.....	114
-----------------------------	-----

ANEXO 2 – DEPOIMENTO ORAL DE ZILDA LODOY	116
ANEXO 3 – DEPOIMENTO ORAL DE CÁSSIA DE FÁTIMA ALVES.....	122

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Alunos da escola do Núcleo Colonial (1890)	20
Figura 2: Sede antiga do Lar Anália Franco que fora demolida em 2008.....	24
Figura 3: Atestado de Miserabilidade assinado pelo Delegado de Polícia em prol da jovem Maria José Silva de 15 anos – 1939	26
Figura 4: alunas do Lar Anália Franco, s.d.....	30
Figura 5: Lembrança Escolar de aluna não identificada do Grupo Escolar Conde do Parnaíba, 1960.....	34
Figura 6: Crianças e professoras do Lar Anália Franco (1973).....	38
Figura 7 Bazar de peças doadas e produzidas pelas internadas e o Clube de Madrinhas, realizado para angariar fundos para a instituição, s.d.	39
Figura 8: Aluna praticando piano na aula de música - Arquivo do LAF (1975).....	40
Figura 9: Madre Superiora e grupo de crianças internas do Orfanato Na. Sra. do Desterro (1952).....	42
Figura 10: Assinatura do pergaminho, colocado dentro da pedra fundamental (1943)..	49
Figura 11: Vista aérea da Creche da Argos, ao fundo vila operária “Argos Velha”	50
Figura 12: Piscina do Parque Manoel A. Marcondes – dec 50/60.....	68
Figura 13: Inauguração do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes.....	69
Figura 14: Escola-Parque Luiz Bárbaro.....	74
Figura 15: Hasteamento das bandeiras- inauguração da Escola-Parque Luiz Bárbaro...75	
Figura 16: Piscina da Escola Parque Luiz Bárbaro.....	76
Figura 17: Alunos dançando em festa de final de ano – 1975.....	77
Figura 18: Janete, a supervisora escolhida.....	80
Figura 19: Curso de método montessoriano.....	83
Figura 20: “Um bolo para Mamãe” (1975).....	89
Figura 21: Alunos da Escola-Parque Luiz Bárbaro(1971).....	91

Figura 22: Apresentação de aluno na gincana da Criança (1976).....	92
Figuras 23 e 24: Alunos em desfile no 7 de setembro de 1971 da Escola-Parque Luiz Bárbaro	93
Figura 25: Bandeira da Escola-Parque Luiz Bárbaro.....	94
Figura 26: Equipes de futebol do Parque Infantil Aníbal Marcondes e do Colégio Industrial, ambos ao lado da orientadora esportiva, professora Maria Godoy de Arruda Cintra (1968).....	96
Figura 27: Fotografia publicada no Jornal da Cidade em 11/02/1971, num convite para a missa e para as comemorações do jubileu de prata do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes.....	97

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa busca identificar e analisar as iniciativas privadas e públicas relacionadas à educação da criança pequena no município de Jundiaí ao longo de sua história, e está vinculada ao projeto maior intitulado “Infância e Educação na História: temas e fontes”, coordenado pelo Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, cuja perspectiva é abranger questões relacionadas à história da infância e de sua educação.

Pontua também fatos importantes do contexto histórico da cidade, com o objetivo de delinear alguns caminhos percorridos na história da educação da infância do município, demonstrando os processos de evolução pelos quais passaram as instituições educacionais, influenciadas pelas transformações econômicas, sociais, legislativas e idéias educacionais.

A massa documental encontrada é de uma riqueza imensa. Serão aqui consideradas como fontes mais importantes para esta pesquisa, a análise da imprensa local, a iconografia e os depoimentos orais, os manuais e relatórios institucionais. Os procedimentos metodológicos serão utilizados de forma isolada ou combinada, de maneira a permitir o levantamento de dados e algumas reflexões sobre a história da educação infantil em Jundiaí.

Com o auxílio de pessoas preocupadas com a história de nossa educação foi possível encontrar uma grande quantidade de reportagens locais (hemerotecas), diversas fotografias e alguns depoimentos escritos. Foram localizadas algumas personagens dessa história que se propuseram a contribuir para esta pesquisa por meio de depoimentos orais.

Parte das fontes foi encontrada na Biblioteca Pública Prof. Nelson Foot, no Museu Histórico de Jundiaí, na EMEI Professor Luiz Bárbaro, no Lar Anália Franco, na Associação Beneficente Argos, às quais aproveito para agradecer a colaboração de seus representantes que, preocupados com a história de sua instituição, guardaram cada um a seu modo, as recordações que servirão como caminhos para a organização desta história.

O período histórico delimitado para este trabalho inicia no final do século XIX período em que encontram-se vestígios sobre uma escola fundada por imigrantes italianos que vivia no Núcleo Colonial da cidade. Segue para a década de 1910, momento em que é criada a “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche”, fundada em 19 de maio de 1912. Considerada como a primeira instituição assistencial de Jundiaí, criada por Anália Franco e um grupo motivado pelo seu trabalho assistencial em outras localidades do Estado de São Paulo, o Asilo Creche servia como internato para meninas órfãs ou desamparadas. Este capítulo será construído com base na análise documental do acervo da própria instituição, dos quais foram analisados os diversos relatórios de Diretoria referentes às décadas de 1930 até 1970, algumas atas, alguns itens de correspondência expedidas e recebidas, fotografias e recortes de jornais.

Perpassa também a década de 1940 em que surge a primeira creche ligada à indústria, a Creche Argos. Esta instituição era responsável por abrigar filhos de funcionárias da fábrica durante o período de trabalho, e de oferecer a elas educação e cuidados básicos. Com a falência da Argos S.A, a creche teve suas funções encerradas no ano de 1984 e os documentos relativos ao seu funcionamento se perderam ao longo dos anos, o prédio foi penhorado e permaneceu abandonado, sofrendo a ação de vândalos e de ladrões. Algumas das informações encontradas durante esta pesquisa estavam disponíveis na imprensa local organizada sob forma de hemerotecas pela Biblioteca Pública Nelson Foot, algumas sem referências às datas ou à autoria, e outras informações foram retiradas do depoimento oral¹ gentilmente cedido e autorizado (em anexo) pela Sra. Zilda F. Lodoy, ex-funcionária da creche e responsável, hoje, pela Associação Beneficente Argos.

Nesta mesma década é criado o primeiro Parque Infantil de Jundiaí, o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes. Os parques infantis de Jundiaí tiveram início com a inauguração do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes em 14 de fevereiro de 1946, pelo Decreto n. 460, sancionado pelo Prefeito Dr. José Romeiro Pereira. Devido

¹ A história oral possibilita o afloramento de múltiplas versões da História e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva. Desse modo, Thompson (1998) afirma que se torna possível um julgamento mais imparcial da história, pois as testemunhas podem ser convocadas também entre as classes subalternas, entre os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro.

à sua proximidade com cidades mais desenvolvidas, tais como São Paulo e Campinas, Jundiá recebeu muitas influências em diversos setores, inclusive na educação. Este trabalho inicia a busca por essas influências, principalmente no que se refere à preocupação quanto ao atendimento da criança pequena e a criação dos parques infantis destinados ao atendimento e educação da criança jundiáense.

Os Parques Infantis, organizados por Mário de Andrade pelo Ato nº. 861, de maio de 1935 podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana tornando-se a primeira experiência pública de educação no Brasil, que, mesmo não sendo considerada como escolar tinha como alvo principal atender às crianças de famílias operárias que passariam a ter a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza além de movimentarem-se em grandes espaços. Os Parques Infantis apresentavam um atendimento diferenciado das demais instituições educacionais, pois sua proposta era receber crianças de 3 a 6 anos e também as de 7 a 12 (fora do horário escolar).

Outros parques infantis também foram identificados e citados em reportagens publicadas a partir da década de 1970: o Parque Infantil “Dr. Ramiro de Araújo Filho” (bairro do Vianelo), a Escola-Parque “Professora Leonita F. Ladeira” (na Vila Cristo Redentor), a Escola-Parque “Adie Dumangin Mojola” (Vila Hortolândia) e a Escola-Parque “Luiz Bárbaro” (Ponte São João). Este trabalho busca também informações do período referente à criação de mais Parques Infantis na década de 1970, entre os quais será considerado objeto de estudo a Escola Parque Luiz Bárbaro, já que esta instituição disponibilizou para esta pesquisa um razoável acervo histórico organizado sob formas de hemerotecas, que transmitem fatos vividos pela instituição e pelas pessoas que por ela passaram ².

No decorrer de nossa história diversas instituições foram responsáveis pelo atendimento educacional à criança, obedecendo a diversos ideais, almejando diferentes fins e cumprindo diferentes papéis na educação e formação da infância brasileira.

² no processo de pesquisa em história das instituições escolares, para que não se cometa o erro de trazer o documento na íntegra para a narrativa, como forma de obter maior autenticidade na informação, é preciso, portanto, tratá-lo contextualizadamente. “Um documento para subsidiar a história das instituições educativas não pode ser tomado em si mesmo, mas criticado, analisado, relativizado” (Werle, 2004b, p.24). Pede a autora que, da mesma forma devamos agir com as demais fontes para a história das instituições educativas, sejam eles objetos, materiais, pertences que capturados pela análise do pesquisador transformam-se em documentos.

Segundo Kuhlmann Jr. (2001), as instituições para educação da infância surgem no final do século XVIII, na Europa, como parte de iniciativas reguladoras da vida social, em meio a um ambiente de urbanização e industrialização. Mas, é somente a partir da década de 1870 que surgem no Brasil as primeiras creches, salas de asilos e jardins-de-infância.

De acordo ainda com Kuhlmann Jr. (2003), a educação infantil é um termo bastante amplo em nossa história já que se refere a toda e qualquer forma de educação destinada à criança, seja em ambiente familiar, social ou cultural. O termo se tornou mais preciso e limitado com a Constituição de 1988, passando a ser utilizado no tratamento da educação de crianças entre 0 e 6 anos em creches e pré-escolas. Para Kuhlmann Jr. (2000) a educação infantil pode ser pensada em um sentido bastante amplo, já que pode ser compreendida como toda forma de educação da criança seja dentro do ambiente familiar, na comunidade, pela sociedade e cultura em que viva.

Silva & Rosa (2001) explicam que há dificuldade em encontrar dados para a pesquisa relacionada à educação de crianças com menos de 7 anos nos relatórios dos órgãos oficiais, já que a educação de crianças pequenas é considerada uma questão menor estando sempre à parte do sistema educacional.

No final do século XIX e início do século XX, a exemplo dos Estados Modernos, progresso e ciência conduzem uma nova época. Ao expressar o mundo científico, “civilizado”, dentro das novas exigências sociais, político-econômicas e morais, multiplicam-se as instituições públicas nas áreas: saúde-pública, direito da família, relações de trabalho e educação (RAMOS, 2001, p. 9)

Considerando que o Asilo Creche Anália Franco atendia meninas órfãs até atingirem a maioridade, e que tanto a Creche Argos como os Parques Infantis estenderem o atendimento às crianças até a faixa dos 10 ou 12 anos, e principalmente pelo fato delas serem atendidas muitas vezes sem separação em grupos etários ou em diferentes abordagens, este trabalho se dedicará à história da criança de 0 a 6 anos em Jundiaí, mas também tratará dos aspectos e das atividades que envolviam o atendimento educacional dado às crianças maiores.

A história da infância em Jundiaí será dividida neste trabalho em duas grandes partes, sem necessariamente estar fragmentado em períodos históricos estanques. Trataremos no primeiro capítulo das instituições criadas para o atendimento de crianças

pequenas por iniciativas privadas. Neste serão analisadas a escola étnica italiana do Núcleo Colonial, a Sociedade Humanitária Instructiva Asylo-Creche de Jundiaí (Lar Anália Franco) e a Creche Argos.

No segundo capítulo trataremos da criação da primeira instituição de educação da infância em Jundiaí por parte do poder público: os Parques Infantis.

Ao tentar delinear uma breve história do atendimento à criança pequena brasileira, não perdendo de vista seu caráter não-linear, será possível conhecer e destacar informações importantes sobre as diferentes formas e objetivos de educar a criança por meio das fontes históricas, assim como os diferentes papéis aos quais se prestaram as instituições educativas ao longo do tempo. Poder-se-á perceber se a preocupação dos órgãos responsáveis pela educação da criança pequena estava em sincronismo com as preocupações expressas pelas grandes cidades que interferiram no desenvolvimento econômico e social da cidade de Jundiaí.

CAPÍTULO 1 – INICIATIVAS PRIVADAS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM JUNDIAÍ

Durante um grande período da história de Jundiaí (de sua fundação até os últimos anos da década de 1940) o atendimento educacional às crianças pequenas era proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares, ou de iniciativas empresariais.

Cada uma delas adotava princípios e valores norteadores diferentes, garantia o essencial para a sobrevivência da criança e buscava formar o cidadão que lhe parecia ideal. Mas todas estavam preocupadas com a evolução e a modernização da cidade.

Uma instituição educativa é responsável pela ação direta sobre a formação da comunidade a qual ela se destina, e caracteriza-se pelo conjunto de valores e práticas que adota para tal, o que não pode ser considerado de forma isolada do processo de constituição da cidade e de sua sociedade. De acordo com Pavan & Passos (2006, p.150), “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente”. Para elas:

A compreensão da existência histórica de uma instituição educativa passa, segundo Magalhães (2004) não só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região e ao sistematizar e reescrever seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, segundo ele, um sentido histórico (PAVAN & PASSOS, 2006, p.150).

Sendo assim, o passado das instituições educativas não pertence apenas à instituição, a seus líderes, mas à sociedade em que se encontra, aos alunos que forma ou já formou, aos mestres que dedicam ou já dedicaram seus esforços de ensinar, aos funcionários e gestores que contribuíram para sua organização e manutenção durante todo o processo de constituição da história da cidade.

Para que seja possível contextualizar a situação em que foram criadas as Instituições de Educação e Assistência à infância destacadas para este trabalho faz-se necessário explicitar em poucas linhas o perfil de Jundiaí, assim como destacar alguns aspectos históricos e transformações sociais que levaram ao surgimento das suas instituições educacionais.

Segundo alguns estudos sobre a história da cidade³, a região na qual Jundiaí está inserida surgiu da expansão bandeirante em busca de riquezas no interior do país. Por volta de 1615, Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes abandonaram a Vila de São Paulo e refugiaram-se no vale do Rio Jundiahy, fundando a “Freguesia de Nossa Senhora do Desterro”, designação dada aos povoados que possuíam capela religiosa.

Em 1655, com a fundação da Capela de Nossa Senhora do Desterro (protetora dos “refugiados” ou daqueles que “não estão mais em sua terra de origem”), a Freguesia de Jundiahy foi elevada a Vila, passando a ter autonomia administrativa. A atividade econômica era de lavoura de subsistência, que abastecia tanto os moradores quanto os tropeiros e bandeirantes.

O território era vasto, abrangia desde o que hoje chamamos de Mogi Mirim até Campinas. Essa região era conhecida como “Porta do Sertão”, pois servia para o descanso e abastecimento, daqueles que partiam para o interior em busca de riquezas. O nome Jundiaí vem do tupi-guarani que significa “rio que tem muitos jundiás” (Rhamdia quelen) - peixe da família dos bagres, bastante comum nos rios brasileiros.

Quando foi descoberto o ouro nas Minas Gerais, o recurso gerado foi utilizado pelo povo de Jundiahy para a organização de fazendas produtoras de cana-de-açúcar e de café e para os engenhos.

³ Para mais informações sobre a História de Jundiaí consultar: JUNDIAÍ (município). *Lugares*. Jundiaí: 1999, série Memórias, vol.2.; PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiaí. s.e, 1952; Jornal de Jundiaí - Jundiaí 350 anos, Revista comemorativa,2005.

Em 14 de dezembro de 1865, devido ao crescimento ocasionado pela “marcha do café”, a riqueza trouxe a indústria e a ferrovia e D. Pedro II elevou-a a categoria de cidade. Nas décadas seguintes, a cidade tornou-se uma estratégica área de entroncamento ferroviário, com a inauguração da Ferrovia Santos-Jundiaí em 1.867, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em 1.872), da Companhia Ituana (em 1.873), da Cia. Itatibense (em 1.890) e da Companhia Bragantina (em 1.891).

Nesta época, em que se observava a crise do escravismo pela alta do preço dos escravos africanos, os grandes produtores rurais passaram a buscar novos trabalhadores e teve início o amplo processo de imigração, com a participação direta do Governo Federal, o que possibilitou a vinda de ingleses, espanhóis e italianos, para substituir a mão-de-obra escrava. Segundo Kreutz (2000) havia uma grande preocupação com a modernização do país, cenário no qual os imigrantes teriam um importante papel. Esta modernização compreendia a expansão do povoamento (em algumas áreas para evitar a ocupação de terras por países vizinhos, tal como ocorrido no sul do país), incentivar à pequena propriedade (virtude fundamental atribuída pelo autor aos povos imigrantes), o crescimento das cidades e o incremento de atividades de manufatura e artesanais (p.349).

A cidade precisava se preparar para este processo de modernização, assim como aqueles que chegavam de outros países precisavam criar meios para se adaptar a ela. Iniciam-se muitas mudanças na cidade, assim como acontecia em muitas cidades do país. E a forma de educar seria uma delas.

1. A Educação do Imigrante Italiano em Jundiaí:

Nas últimas décadas do século XIX, Jundiaí destacou-se como importante centro produtor de café do estado de São Paulo e, no final da década de 1880, a cidade recebeu uma grande massa de imigrantes italianos, que trouxe consigo suas tradições e costumes.

Kreutz (2000) aponta que os imigrantes se organizavam em pequenos núcleos homogêneos, o que poderia ser facilitado o seu processo de integração. Os núcleos deveriam estar situados em locais que permitissem facilidades de transporte dos produtos do mercado⁴, possuir terra fértil para receber as culturas tradicionais das províncias e boas para a pastagem, além de oferecer condições naturais para serem trabalhadas por meios mecânicos.

A vida dos imigrantes italianos que se fixava aos Núcleos Coloniais era difícil. A maioria deles veio da Itália com passagens subsidiadas pelo governo brasileiro e trazia, além da roupa do corpo, os seus poucos bens. Apesar de todas as dificuldades e com falta de dinheiro, os imigrantes conseguiram, às custas do trabalho em família, realizar benfeitorias nas terras próprias por meios das atividades agrícolas, como o cultivo de uva e cereais⁵.

Kreutz (2000) explicita que o imigrante italiano já estava acostumado às escolas, já que o sistema educacional público já estava bem desenvolvido na Europa, e que, aproximadamente 89% dos que chegavam ao país pelo Porto de Santos já eram alfabetizados.

Em um país como o Brasil em que a maioria esmagadora dos habitantes era de analfabetos, e onde não havia escolas públicas suficientes para atender à população, os imigrantes (de várias etnias) criaram escolas comunitárias étnicas e “empreenderam uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural, com características dos países de origem” (Kreutz, 2000, p.354). Em 1913 haviam sido criadas no Brasil 1579 escolas étnicas, sendo que 396 de origem italiana. Para o autor, a escola étnica exercia uma função muito além da manutenção da cultura e integração de um povo, a de promover um sistema educacional que fosse próximo daquele que lhes era oferecido em seu país de origem.

Luporini (2007) acrescenta que este tipo de organização escolar estava inserido ao contexto e à realidade encontrada na chegada às terras brasileiras,

...em que não havia uma rede de escolas que desse conta de atender à forte tradição cultural dos imigrantes por educação escolar, uma vez que o poder público nem sequer atendia às crianças brasileiras que

⁴ http://www.ecco.com.br/colonias/festa_historia.asp, disponível em 15/01/2009

⁵ idem

viviam em regiões urbanas, sendo difícil a existência de escolas na zona rural e em regiões próximas às que se instalaram os imigrantes (LUPORINI, 2007, p.209).

Em 24 de setembro de 1887 chegaram ao Núcleo "Barão de Jundiá" 22 colonos italianos, e em novembro do mesmo ano esse número já subia para 99 habitantes.

Preocupados com a transmissão dos costumes e da tradição em que sua família havia sido criada em seu país de origem, a educação familiar, que na maioria das vezes era dedicada dos avós para os netos, passa a contar com uma grande aliada: uma escola étnica em Jundiá.

Encontram-se esparsos vestígios sobre a existência de uma escola para imigrantes neste Núcleo Colonial. Como podemos observar na foto, havia nela crianças de idades variadas, inclusive crianças bem novas o que poderia nos levar a considerá-la como uma instituição pioneira no atendimento da criança pequena em Jundiá.



Figura 1: Alunos da escola do Núcleo Colonial (1890),
in: Revista comemorativa dos 351 anos de Jundiá, 2006, p.23-24

Em outra publicação sobre as influências e a permanência de hábitos e costumes dos italianos entre os moradores atuais da cidade, é apresentado um comentário sobre o

comportamento do imigrante quando recém-chegado ao Brasil. Enquanto os homens trabalhavam arduamente nas plantações de café, as mulheres e moças da fazenda seguiam com os burros cargueiros para a cidade para vender galinhas, ovos, frutas e hortaliças, e enfrentavam uma difícil adaptação o que impedia o casamento entre italianos e brasileiros, no início desta adaptação. Com as crianças não foi diferente:

... as crianças não ficaram imunes à difícil adaptação dos italianos – elas iam para a escola somente até os dez anos e, em seguida, precisavam abandonar os livros para trabalhar no sítio com os pais. (...) esta rotina fez com que muitas crianças fossem educadas diretamente pelos avós a partir da tradição camponesa dos italianos. Seguindo o ciclo histórico, todos os costumes apreendidos pelos pequenos no começo do século foram passados para os filhos e netos que sucederam e que se espalharam por Jundiaí (Jundiaí 350 anos, Jornal de Jundiaí, 2005, p.82).

Não foi possível encontrar um maior número de fontes sobre o ensino no Núcleo Colonial que traduzissem seu currículo, suas práticas e suas particularidades. Considerando que a existência desta instituição seja importante para a história de Jundiaí, tornou-se conveniente demarcar a existência de alguma estrutura para a educação de crianças nesse período.

Alguns anos após a criação do Núcleo Colonial e da escola a ele pertencente, foi fundada em Jundiaí uma instituição para o atendimento de meninas órfãs ou abandonadas por um grupo ligado aos ideais de Anália Franco, pela qual também passaram, segundo os registros do arquivo histórico da instituição, filhas de imigrantes, operários e ferroviários da cidade.

A educação que antes era utilizada para a transmissão da cultura e de tradições, feita pela família e pela escola étnica que também a representava, passa também a ser oferecida por uma instituição filantrópica que estava preocupada não só com o acolhimento destas meninas, mas também em educá-las para prepará-las para o convívio em sociedade e para um futuro com melhores expectativas.

2.Assistência e Educação da Mulher: Lar Anália Franco de Jundiáí

Nascida em Resende (RJ), em fevereiro de 1853 (ou 1856, como apontam algumas publicações⁶), muito pouco se encontra sobre o início de vida de Anália. Segundo Oliveira (2006), Anália iniciou seus estudos em casa com o auxílio de sua própria mãe, que era professora primária. Quando mudou-se para São Paulo, aproximadamente com oito anos de idade, foi dado início à sua formação formal. Aos quinze anos, foi trabalhar como auxiliar de sua mãe no magistério em diversos colégios no interior do estado de São Paulo. Concluiu seus estudos dez anos depois, formando-se na Escola Normal.

Anália viveu em uma sociedade escravista e injusta. Tornou-se uma educadora e escritora, que lutou com grande empenho pela igualdade de oportunidades para crianças negras e brancas. Esta seria a principal causa pela qual Anália lutaria por meio de seu discurso e de sua ação pedagógica: a igualdade social aos filhos livres de escravos, as mulheres e as crianças carentes. De acordo com Sapucaia (1993), Anália Franco “sintetiza a figura de uma grande mulher: pioneira como educadora, protetora das crianças desamparadas, pensadora lúcida” (p.4):

A atuação de Anália Franco inicia-se no período em que a instrução primária brasileira começa a engatinhar, isto é, a partir de 1870. Até então o ensino era inteiramente voltado para as elites. Anália Franco surgiu como estrela no céu escuro do analfabetismo nacional e, como autêntica missionária possuidora de cultura, inteligência e intuição, funda, inicialmente a Associação Beneficente Instrutiva de São Paulo, que foi a “casa-mater” de todo o conjunto de instituições criadas por ela com o objetivo de educar, orientar e proteger a criança, o jovem e a mulher carente. (Sapucaia, 1993, p.4).

Segundo Kishimoto (1988) para lutar contra o abandono dos bebês negros devido à lei do Ventre Livre, que tinham como destino a Roda dos Expostos⁷, e as

⁶ Oliveira (2006, p.18)

⁷ Esse sistema das rodas foi inventado na Europa Medieval (séc. XII) com o objetivo inicial de manter o máximo de isolamento dos monges reclusos. Posteriormente, as rodas foram adotadas como meio de garantir o anonimato daqueles que depositavam nelas os bebês enjeitados, o que diminuiria o abandono de crianças no lixo ou nas ruas. Segundo Marcílio (1997) a roda dos expostos foi uma instituição que cumpriu importante papel, sendo a única forma de assistência à criança abandonada no Brasil por mais ou menos cento e cinquenta anos. Desde a época da Colônia (por imposição do Rei) todos os municípios deveriam amparar a infância desvalida. No entanto, estes proviam apenas o sustento de amas-de-leite para criar os pequenos enjeitados, já que as condições financeiras eram precárias.

demais crianças que enfrentavam a orfandade e a miséria que perambulavam e mendigava pelas ruas, Anália Franco cria sua primeira instituição em São Paulo, a “Casa Maternal”, na qual amparava todos que fossem encontrados ou abandonados em sua porta.

...a espírita Anália Emília Franco foi a primeira educadora a utilizar termos como creches e escolas maternais para denominar suas instituições destinadas à infância. Apesar da grande semelhança de seus estabelecimentos com os asilos infantis ou orfanatos, alguns fatores de ordem pedagógica já permitem uma certa diferenciação dessas organizações (KISHIMOTO, 1988, p.52)

Anália funda, em 1901, junto com algumas senhoras, a “Associação Feminina Beneficente e Instrutiva” (FBI), a qual objetivava “amparar, instruir e educar crianças pobres e indigentes da capital” (Informativo Lar Anália Franco – n. 001-a, setembro de 1996). Através desta entidade, Anália Franco organizou e administrou diversas escolas maternais e noturnas para mulheres que se tornariam futuras professoras de suas escolas maternais. Conforme Oliveira (2006, p.58), “três anos durava o curso que habilitava professoras para dar aulas ao primário. Para as Escolas Maternais o tempo de duração do curso era de dois anos”.

Seus asilos e creches se espalharam por várias cidades do Estado de São Paulo, assim com sua metodologia e seus ideais⁸. E assim, Anália criou e organizou com o auxílio de pessoas afins às mesmas causas, dezenas de escolas maternais, escolas noturnas e Liceus para a formação de professoras. De acordo com Kishimoto (1988) eram mantidas pela Associação Beneficente Instrutiva: 71 escolas, 2 albergues diurnos para crianças, uma colônia regeneradora par mulheres, 23 asilos para órfãos, uma Banda Feminina, uma orquestra, um grupo dramático, além de oficinas de flores e chapéus em mais de vinte cidades do interior.

Em Jundiaí, foi fundado em 19 de maio de 1912 o Lar Anália Franco de Jundiaí, no prédio da Associação Humanitária Instrutiva e Operária de Jundiaí, inicialmente registrado com o nome de “Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asilo-Creche”, - também conhecida como Asilo Creche de Jundiaí - , por Anália Emília

⁸ Grande foi a sua obra no campo assistencial e educativo. Anália Franco falece em 1919, devido à gripe espanhola, aos 66 anos de idade.

Franco, a convite de um grupo de jundiaense motivados pela extensa obra educacional e assistencial que era mantida por ela em várias localidades do Estado.

Aos dezenove dias do mez de maio de 1912 nesta cidade de Jundiahy, Estado de São Paulo, reunimos os cidadãos abaixo assignados, no prédio da rua 30 de outubro, sede da Sociedade Humanitária, a uma hora da tarde, acclamando presidente o Sr. Conrado Offa e Secretários os Srs. Carlos de Queiroz e Joaquim Lustosa para a fim de fundar-se um asylo e creche para orphans existentes nesta cidade sob a direção moral e material da conhecida e humanitária D. Anália Franco (Ata de Abertura, 19 de maio de 1912).



Figura 3: Sede antiga do Lar Anália Franco que fora demolida em 2008.

No ano da fundação, Anália Franco, junto a um grupo de jundiaenses solicitou à Câmara Municipal da época, a doação de um terreno para a sede própria do Asilo Creche. Somente na década de 1950, o terreno da Rua Hans Staden no. 176, no bairro do Anhangabaú, foi doado pelo município. Nos diversos relatórios analisados encontram-se diversas críticas e inúmeros pedidos quanto à ampliação do prédio para que tornasse possível o aumento de vagas em ambiente mais adequado para atingir determinados fins. Comentários como estes surgem com freqüência na documentação:

O estado de insuficiência a que chegou o nosso prédio, não era possível prolongar por mais tempo a sua reforma e o aumento para melhor conforto e internar maior número de órfãs. (Livro do relatório do ano de 1939).

Estes dizeres se repetiram inúmeras vezes, nos diversos relatórios analisados, como se pode observar no relatório de 1971, trinta anos mais tarde:

... e reconhecida quanto a sua utilidade pública, ainda inadequada a suas finalidades, porquanto, a estrutura física é um casarão velho de 1912, sem instalações nem condições para oferecer, com rigidez, dos preceitos estatutários, carecendo de espaços e acomodações, para receber um maior número de crianças, cujo pedido de internamento da maioria, tem que ser recusados (Relatório de Atividades do Lar Anália Franco relativo ao ano de 1971).

De acordo com a documentação, com muito empenho os colaboradores do Lar Anália Franco conseguiram erguer o prédio, cujas obras ficaram paradas por mais de quinze anos. Somente graças ao projeto dos cartões de Natal que o Lar Anália Franco desenvolveu por mais de dez anos, e a ajuda de empresários da cidade, a sede foi concluída e inaugurada em 1987. Entre o pedido e a inauguração, passaram-se mais de 75 anos.

No decorrer dos anos muitos documentos da instituição foram perdidos, o que cria uma enorme lacuna no momento de tecer esta história. Em 1936, a Sociedade Humanitária Protetora da Infância Desvalida “Asilo Creche” de Jundiaí, estabeleceu em seu estatuto, como fins institucionais:

...asilar no estabelecimento órfãos da idade de 3 a 10 anos, que provem com atestados, estado de miserabilidade e não sofre de moléstia contagiosa, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, educação moral, escola, assistência médica, etc., tudo gratuitamente; receber na creche como pensionistas filhas de operários que por seus afazeres não possam presidir a sua educação (Jundiaí 30 de agosto de 1936, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48).

Mesmo tendo sido estabelecido por estatuto que o Asilo deveria receber meninas até 10 anos de idade, muitas vezes eles recebiam também meninas maiores, cujo atendimento fosse necessário, como pode ser observado neste atestado de miserabilidade apresentado para a instituição no ato de pedido de vaga para uma menina que já havia completado quinze anos.

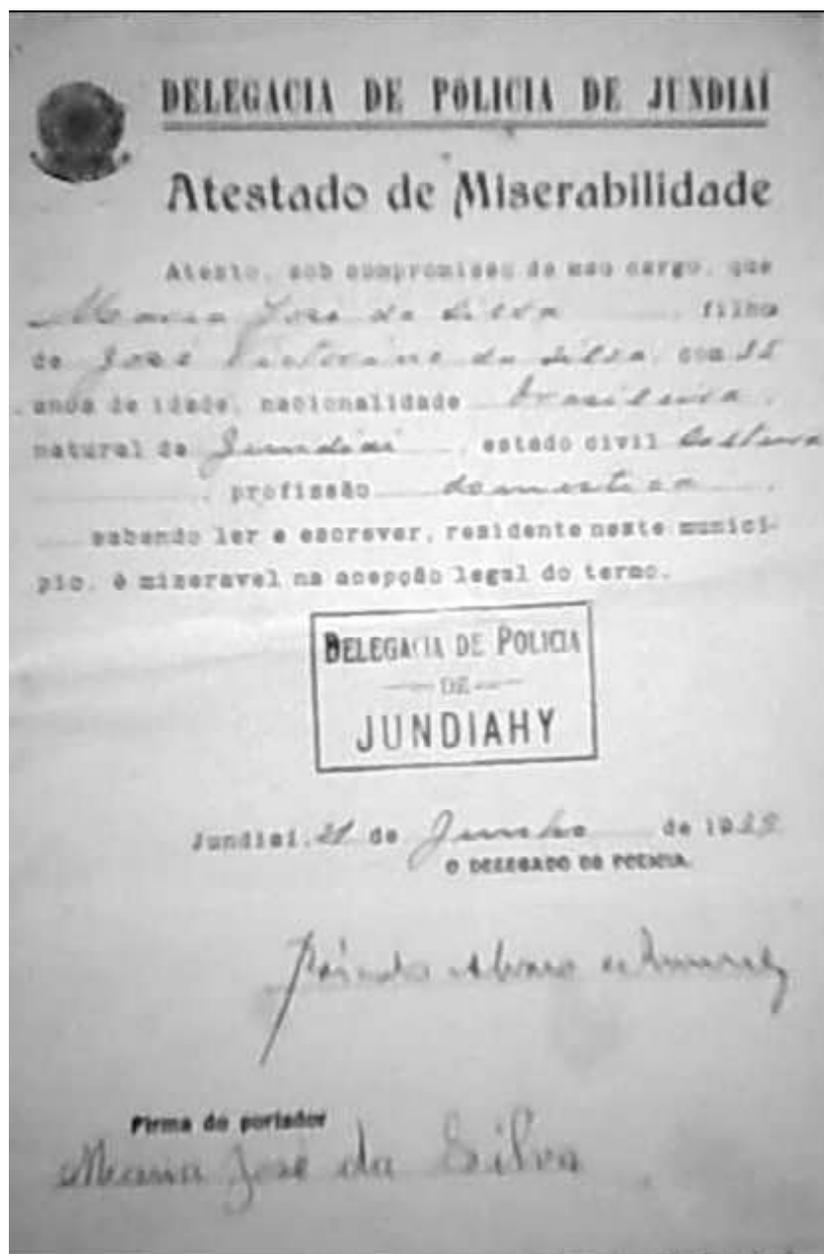


Figura 4: Atestado de Miserabilidade assinado pelo Delegado de Polícia em prol da jovem Maria José Silva de 15 anos - 1939 (Acervo do Lar Anália Franco)

As meninas órfãs só poderiam sair do asilo quando completassem a maioridade, ou se fossem retiradas pela própria família ou por procedimento de adoção judicial, como demonstra o trecho extraído do estatuto da Sociedade Humanitária (art.8 e alínea e), apresentado no Livro de Relatório Anual de 1939: “as menores só podem ser

retiradas por pae ou mãe, ou tutores mediante processo por intermédio do Juízo de Menores e de sua livre vontade, e quando completarem 18 anos”.

O registro de saída de asiladas do ano de 1945 demonstra além do movimento de adoção e retirada, os objetivos pelos quais isto ocorria. As pessoas que adotavam ou os pais que as retiravam, segundo o documento, estavam interessadas nos serviços que as menores poderiam fazer, enquanto que uma minoria estava tentando reorganizar sua família:

Foram retiradas do Asilo, durante esse ano, 16 menores, todas por processo regular, conforme consta do livro de termos de saída. (...) Das 16 menores retiradas, 9 tiveram como motivo, o interesse dos responsáveis pelo serviço que podem as mesmas prestar, quer sejam pais ou estranhos; 3 por reorganização familiar” (Relatório de Diretoria de 1945)

O Lar Anália Franco sempre foi mantido pelo quadro de sócios que colaboravam com pequenas quantias para com a Instituição. Outra forma de subsistência era a doação de espécies feitas por empresários industriais e do comércio local. Recebia também uma pequena subvenção da Prefeitura Municipal.

A assistência médica às internas era dada de forma gratuita por Hospitais, freqüentemente citados nos documentos, como a Casa de Saúde Dr. Domingos Anastácio (Fratellanza Italiana), o Hospital do SESI e o Hospital São Vicente de Paula:

A não ser os dois casos abaixo discriminados, o estado de saúde foi ótimo durante o anno. A menina Nathália tendo adoecido foi carinhosamente tratada pelo Snr. Dr. Nicolino de Luca; a menina Margarida, tendo necessidade de operação na garganta, foi internada na Casa de Saúde Fratellanza Italiana e operada pelo Snr. Dr. Sylvio Ogibene. Todos estes serviços foram gratuitos pelo que deixamos aqui os nossos agradecimentos (Relatório do ano de 1935).

Havia também atendimento odontológico gratuito para as meninas. Algumas vezes elas eram encaminhadas para a capital para fazer algum tratamento especial, gerando gastos para o Lar. Era mantido também um convênio com a Caritas Brasileira (organização pertencente à Igreja Católica) que fazia a doação de gêneros alimentícios. Em nota recortada de um jornal local, há o seguinte agradecimento público feito pela instituição:

...o frigorífico Guapeva S.A. forneceu durante todo o ano findo, toda a carne para a alimentação de nossas internadas, o Lar Anália Franco agradece a doação de valor inestimável...” (nota de agradecimento em jornal local não identificado, 31/12/1970).

O Lar Anália Franco funcionava com a maioria de funcionários voluntários e muitas vezes não contava com recurso humano especializado, problema comum nas instituições ligadas à Anália Franco nas cidades do interior do estado⁹. A Diretoria e o Conselho Deliberativo também não oneravam custos para a instituição. Eles eram eleitos e tinham seu mandato voluntário válido por dois anos.

Para conseguir atingir os objetivos da Instituição de oferecer alimento, vestuário, educação e assistência às menores, o Lar Anália Franco foi obrigado, por muitas vezes, a aceitar um número menor de internadas, somente as que pudesse arcar com as responsabilidades, deixando muitos e necessários pedidos sem serem atendidos. Algumas vezes também aceitou pequenos pagamento de famílias operárias ou ferroviárias por cuidar de seus filhos durante algumas horas do dia, mesmo que isso contrariasse seu estatuto de funcionamento. Segue abaixo um dos casos registrados em correspondências encontradas no acervo histórico do Lar Anália Franco de Jundiá, que resume a situação da necessidade de negar atendimento a quem lhe procurava.

Nesse caso, não tendo a Diretoria chegado a uma conclusão unânime, pois havia divergências de opiniões entre os colegas, enviam uma solicitação de intervenção ao presidente da instituição para que ele resolva o impasse criado na decisão em aceitar ou não mais duas crianças a serem internadas por algumas horas, filhas de um casal, ela era empregada doméstica e ele, contador da Companhia Paulista de Estrada de Ferro:

Pela segunda vez o casal Lima Olival vem de nos solicitar abrigo de suas duas filhinhas a fim de que possam, com a despreocupação que esta internação proporcionaria, trabalharem sossegados... (Carta de Solicitação ao Presidente do Conselho Deliberativo da Instituição, Sr Laurentino P. Santos, 30 de abril de 1945).

Por terem as meninas idades entre dois e quatro anos, ou seja, abaixo da idade de entrada no asilo, a diretoria fica em dúvida quanto a atender o pedido dos pais, já que

⁹ KISHIMOTO (1988, p.57)

uma criança muito pequena causaria transtornos na organização da Instituição. Apesar disso, o valor a ser pago pelos pais permitiria a contratação de mais uma auxiliar remunerada, da qual o asilo tanto necessitava. Argumentaram também que o Asilo Creche não estava em situação de atender a todos os cuidados exigidos por crianças pensionistas. Por fim, o pai responde ao Conselho Deliberativo e Diretoria do Lar:

...diante da impossibilidade de os senhores dirigentes desta Casa, resolver ou não atender o meu pedido, por tratar de um “caso difícil”, quero evitar maiores trabalhos e boa vontade, pedindo o arquivamento. Atenciosamente, Lázaro Olival (Carta resposta expedida pelo Diretor ao Conselho Deliberativo em 16 de maio de 1945).

Este foi um problema que perdurou ao longo das décadas, como foi possível observar ao analisar os diversos relatórios de diretoria. No ano de 1971, para que possa servir como exemplo, havia no Lar 56 meninas internadas. Neste mesmo ano, outras 36 tiveram suas matrículas recusadas.

No ano de 1959, após uma Assembléia Geral Extraordinária e a publicação em Diário Oficial (21 de julho de 1959), o Asilo Creche de Jundiaí teve sua denominação alterada para “Lar Anália Franco”, atendo às recomendações publicadas no Diário Oficial do Governo do Estado, como pode ser observado neste trecho extraído de uma ata do cartório de registros da cidade:

Certifico, atendendo requerimento de 25 de janeiro de 1960, instruído com a folha do Diário Oficial do Estado de 21 de julho de 1959, certidão de ata e exemplar de Estatuto, que por Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 1959, foram alterados os Estatutos da Instituição Anália Franco Lar e Creche de Jundiaí que, entre outras modificações, constam com as seguintes: mudança de denominação, passando a partir da sua aprovação, a se chamar “Lar Anália Franco” (Jundiaí, 3 de fevereiro de 1960, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48).



Figura 7: alunas do Lar Anália Franco, s.d. – arquivo do Lar Anália Franco

Ainda no mesmo ano, outra grande alteração acontece no Estatuto do agora chamado Lar Anália Franco. Embora fosse considerada como uma instituição leiga, o Lar Anália Franco adota como orientação religiosa a doutrina espírita, da qual sua patrona também era simpatizante:

A instituição Anália Franco Lar Asilo e Creche de Jundiaí, por Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 1959, às 15,30 horas, na sede à rua Siqueira de Moraes, 178, em Jundiaí, Estado de São Paulo, resolveu proceder à alteração dos Estatutos Sociais onde dentre outras modificações, contam as seguintes: (...)... quanto aos fins, há que se acrescentar o atual art. 5º.: “serão adotados como normas de vida neste Lar, a filosofia e a ciência espírita, de conseqüências religiosas, com base na codificação de Allan Kardec, sendo obrigatório o ensino da doutrina” (Diário Oficial, Ano LXIX, no. 160, de 21 de julho de 1959).

Kishimoto (1988) explica que a Associação Beneficente Instrutiva dirigida por Anália Franco, adota em seus estatutos o caráter laico de atendimento, “mas inclui, no currículo das escolas maternais e creches sob sua responsabilidade, certas concepções espirituais como a existência de Deus a imortalidade da alma, como elementos da cultura geral, ou seja, no fundo, as escolas apresentam caráter espiritualista” (p.53).

Segundo consta em vários relatórios de Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, a educação moral e religiosa das meninas internadas no Lar era feita através

de cursinhos que funcionavam nos centros espíritas, uma vez por semana, onde recebiam noções de moral cristã. Também se encontra que:

O sr. Alfredo Valente, tem administrado regularmente, todas às quintas-feiras à noite, aulas religiosas às internadas, preparando-as assim, moralmente, para o futuro (Relatório anual de 1950).

De acordo com Sapucaia (1993), escolher uma orientação religiosa estava muito além de caracterizar a instituição como confessional, e sim pela preocupação em preparar moralmente as crianças para o convívio em sociedade:

Analisando as programações educativas dessas instituições, sentimos a intenção de Anália Franco em dotar a criança de uma bússola norteadora de sua moral. E, para atingir o objetivo, a admirável educadora mesclava com as tarefas teóricas as atividades artísticas, como o canto, a dramatização, o teatro, a leitura de contos com temas moralizadores (Sapucaia, 1993, p.4).

Com base no Manual publicado pela própria Anália, (1916) na tipografia da Colônia Regeneradora, - uma de suas instituições voltada para a mulher -, com o título “Horário das creches da Assistência Beneficente e Instrutiva do Estado de São Paulo”, cuja cópia foi encontrada no acervo histórico do Lar Anália Franco em Jundiaí, pode-se observar como se organizava uma das partes da rotina diária, esta destacada correspondente às aulas de moral que aconteciam de segunda e quarta-feira entre 11 h da manhã e 15 h 30, como abaixo descrito:

...entrada, saudação, colocar as cestinhas, correr a sala em marcha vendo se tudo está limpo; sentar-se ao som do tympano, inspeção de asseio; levantar-se ao som do tympano; cantar o Hino – Pae Celeste; sentar-se ao som do tympano, sentam-se ao som de tympano, recebem a primeira lição de moral e ouvem a história de Rozinha do Manual das creches... (Mappa no. 1 – Horário para as classes infantis das creches de Anália Franco – Moral, p.1-2).

A história de Rozinha é um diálogo entre mãe e filha, descrito neste manual, e versa sobre o bom comportamento dentro de um lar, que deveria ser sempre repetido duas vezes por semana, fazendo a professora a personagem da mãe, enquanto que as crianças repetiam as falas de Rozinha. Durante este diálogo memorizado, as crianças

repetiam respostas de cortesia para que pudessem apresentar-se educadamente em situações do cotidiano social.

O Lar recebia também visitas da comunidade, alunos de diferentes grupos escolares e também de normalistas, principalmente na Semana da Criança. As visitas das senhoras da sociedade também eram comuns. No relatório de 1937, no item visita, o Conselho Deliberativo relata que:

Continuamos a ter o prazer de receber visitas de todas as pessoas que por qualquer motivo, desejam verificar a vida que aqui levam as menores quanto a alimentação, ao vestuário, à educação, ao trabalho, à cultura, e tudo mais que nos é possível dar às crianças para quem a sorte foi indiferente e às vezes má. Teríamos grande satisfação que esta Casa recebesse a visita de pessoas amigas que melhor pudessem verificar e no mínimo ouvir das mesmas as suas opiniões. Poucos, entretanto, são os benfeitores, que tem concorrido com as suas luzes para uma possível melhora aos benefícios prestados às órfãs que a necessidade obrigou a bater à porta desta Casa, mas de acordo com os fins desta Sociedade serão restituídas ao meio social aptas a lutar pela sua subsistência. Assim, renovamos aqui a todos, e principalmente às Exmas. Sras. mais afeitas ao amor e à caridade, o convite para a visita constante ao Asilo, bem como solicitamos o seu concurso patriótico (Relatório do ano de 1937).

No relatório referente às atividades do ano de 1947, dez anos mais tarde, a diretoria e o conselho continuam relatando a existência destas visitas. Desta vez, contam sobre a visita de um jornalista de “A Gazeta” que viera conhecer a instituição e que posteriormente publicou uma matéria relatando sobre as atividades e as dificuldades enfrentadas pela entidade:

Esta Casa teve o prazer de receber muitos corações amigos, que trouxeram conforto espiritual às nossas asiladas. Destacamos entre estas a do jornalista Guilherme Enfeldt, correspondente de “A Gazeta”. Esse moço expressou em seu jornal de maneira simples a existência de uma casa tradicional de entes desamparados. Conheceu de perto as necessidades, bem como que se pratica a assistência à infância desvalida, tendo feito elogioso artigo salientando os anseios e a administração interna.

No relatório de 1950, a diretoria comenta sobre uma medida tomada pela instituição, como experiência que havia conquistado resultados positivos, que consistia em conquistar madrinhas para as meninas internadas. Quinzenalmente, aos domingos,

era permitido a estas madrinhas levarem suas “afilhadas” para suas casas, a fim de conhecerem os hábitos de uma família e experimentarem a vida em um lar. Por traz desta iniciativa havia o desejo da instituição em aproximar as internadas do mundo social e de famílias, as quais poderiam se afeiçoar a elas e desejarem a sua adoção permanente. No trecho destacado deste relatório observa-se o ideal da instituição:

Uma medida de grande alcance social foi posta em vigor este ano, pela Directoria. Tratam-se da madrinhas a quem confiamos as internadas. Quinzenalmente, elas vão passar o domingo em companhia da família da senhora ou senhorita que a escolheu para afiliada. (...) Evolve-se desta forma no espírito da creança que vive nesta instituição, a idéia do que seja um lar (...) Futuramente serão essas mesmas famílias que, talvez, definitivamente, abrigarão em seus lares, essas crianças que um a desventura da vida, não permitiu conhecer antes, o doce aconchego de um lar paterno. Enfim, esta instituição da madrinha, foi um grande passo no caminho da educação social das creanças que aqui vivem, eliminando-lhe qualquer sentimento de revolta que, por ventura possa criar-se no seu espírito infantil, quando com o decorrer dos anos, vier a compreender que este asilo não a segregou do convívio da Sociedade, mas pelo contrário, tudo fêz para que ela, ao deixar os portais dessa Casa que a amparou, vá encontrar lá fora, alguém que a conhece e que a estima, mercê dos conhecimentos adquiridos aqui dentro (Relatório anual de 1950).

Outra forma colaborativa para auxílio e manutenção de algumas atividades do Lar Anália Franco era o Clube de Madrinhas. Este clube demonstra como era a participação das damas da sociedade jundiáense diante de questões assistenciais da entidade.

Anexa ao Lar Anália Franco há uma comissão denominada Sociedade das madrinhas, compostas de muitas mulheres bondosas que promovem recitais de arte, festas juninas e folclóricas, comemorações de aniversário das meninas, chás beneficentes, visando um pequeno lucro destinado sempre à compra de roupa de cama, colchões, travesseiros e móveis de dormitório (Relatório de Diretoria do ano de 1969).

Por meio do Clube de Madrinhas eram patrocinadas festas de Natal, dia das Mães, e eram comemorados, de forma coletiva, os aniversários das internadas:

Sob a direção da Exma Sra. Da. Cecília Pozzani, funcionou com toda a regularidade no corrente ano. Foi comemorado de três em três meses, todos os aniversários das internadas, com distribuição de lembranças, às aniversariantes, acompanhada de grande meza de doces, bolos, refrescos, etc. (Relatório do ano de 1972)

Funcionava dentro da instituição uma sala de pré-escola e outra de ensino primário, sendo a professora subvencionada pelo Governo Estadual. Não foram localizadas nos relatórios e documentos as datas de criação destas salas de aula. Porém, encontra-se no acervo histórico do Lar Anália Franco, um recorte de um jornal local (1935) que noticiava a continuidade da existência das salas de aula, e que concluía referindo-se às internadas que já haviam completado o ensino primário dentro da própria instituição,

... a escola creada e mantida pelo governo estadual e que funciona em uma das salas desta casa, sob a direção da professora Sra. Da. Maria José Maia, continua a ministrar a instrução com grande e salutar proveito. A instrução, nesta escola, só é fornecida até o 3º. anno sendo o 4º anno concluído no grupo escolar, tendo algumas já tendo feito o curso completo... (Jornal “A Comarca” – 31/12/1935).

Composta por uma parte de crianças pertencentes ao Lar e outra de crianças externas a ele, era oferecido ensino pré-escolar até o terceiro ano, ficando o último a ser concluído no “Grupo Escolar Conde do Parnaíba”. No acervo histórico da entidade em Jundiaí, encontram-se várias fotos de alunas, em ambiente preparado, como forma de lembrança escolar, registrada no ano de conclusão do curso primário. Entre elas:



Figura 8: Lembrança Escolar de aluna não identificada, do Grupo Escolar Conde do Parnaíba , 1960

As alunas que freqüentavam o quarto ano no Grupo Escolar Conde do Parnaíba, instituição que na época era freqüentada pelos filhos da elite e dos funcionários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, contavam com o auxílio da Caixa Escolar, uma espécie de caderneta que era dada aos alunos do grupo escolar para contribuições espontâneas para auxiliar os alunos menos favorecidos, verba que servia para a compra de materiais ou para despesas de excursão programada pela instituição. A ajuda era pequena, mas sem dúvida devia servir para facilitar a inclusão das asiladas dentro da programação do grupo escolar:

A caixa escolar do Grupo Conde do Parnaíba cooperou de maneira simpática com o fornecimento de algum material escolar às meninas, bem como com as despesas de viagem das mesmas em excursões ao Zoológico, ao Aeroporto e ao Museu em São Paulo (capital) e em Rio Claro e Piracicaba, ao Horto Florestal e Indústrias diversas (Relatório de Diretoria do Ano de 1969).

Segundo Pavan (2003), a integração não era absoluta entre as meninas órfãs do Lar e as alunas da elite econômica do Grupo Escolar Conde do Parnaíba. Em seu trabalho ela considera:

Mas algumas citações das professoras, durante as entrevistas, nos dão a idéia do oposto desta idéia de igualdade que fundamenta a formação do cidadão. Marly, por exemplo, comentou que “a maioria dos alunos do “Conde” era de famílias conhecidas na cidade e “bem de vida”. Havia também as crianças do “Anália Franco” (um internato e semi-internato que abrigava crianças órfãs e pobres), eram pobres, mas muito bem tratadas pelas professoras do “Conde”. O número de crianças pobres era bem pequeno (PAVAN, 2003, p.48).

As meninas que completavam o ensino primário com bom aproveitamento passavam a freqüentar o Ginásio no Colégio Industrial para dar continuidade aos seus estudos. Algumas davam ainda seqüência formando-se nos cursos profissionalizantes ou no magistério na Escola Normal Livre. O destaque obtido pela asilada Edith Leite Amaral, que conseguiu ser admitida na Escola Normal, chegou a ser noticiado no jornal local: “...tendo-se salientado na aplicação aos estudos e obtido boas notas, conseguimos

que a asylada Edith Leite Amaral, fosse matriculada na Escola Normal desta cidade a fim de continuar os estudos tão bem aproveitados” (Jornal “A Comarca” – 31/12/1935).

... é com grande satisfação que reconhecemos o adiantamento que as nossas asiladas têm mostrado em toda a sua assistência escolar e, entre elas, desejamos salientar as que têm freqüentado e estão freqüentando a escola Profissional, proficientemente dirigido pelo seu ilustre Diretor Sr. José Ribeiro Menezes, onde a mocidade recebe os mais belos ensinamentos. Na Escola Normal Livre, também temos uma asylada que segue os estudos com muito proveito, passando nesta época par o 4º ano. (Relatório de 1938).

O asilo creche abrigava crianças internas e um grande número de crianças externas em suas classes de aula, já que a escolarização regular era um dos objetivos da época. Educou, como os relatórios atestam crianças filhas de imigrantes e de operários, principalmente da Companhia Férrea.

A creche recolheria as famílias dos imigrantes que perderam seus chefes ou se viram privados de seu amparo por invalidez no trabalho, ou por abandono, até que, colocados seus membros em idade para trabalhar, pudessem dispensar o asilo, continuando as crianças pequenas a ser em recolhidas na creche durante as horas em que os membros das famílias tivessem que trabalhar (KISHIMOTO, 1988, p. 58-59).

Para Kishimoto (1988), embora houvesse semelhanças entre as instituições criadas por Anália Franco e os orfanatos, suas preocupações com a formação das asiladas faziam suas creches e asilos se aproximarem mais das instituições de educação infantil.

Em seus núcleos educacionais adotava Anália Franco modernas técnicas de ensino em contraposição às da Escola Tradicional. Segundo Sapucaia (1993), Anália era estudiosa da obra de Pestalozzi, e sobre suas idéias e preceitos, ela organizou “seu próprio sistema educacional com base nos conceitos daquele genial pedagogo”(p.4).

Naturalmente que, na formulação de seu elogiado método de ensino, a Educadora esteve exposta ‘as influencias da época em que viveu e ela própria se declarava uma estudiosa das correntes filosóficas e dos “modernos” métodos de ensino europeus: “mera propagandista daquilo que já os países mais adiantados é corrente, só aspiro que a minha Pátria acompanhe as grandes idéias do século, para cuja realização nenhuma fadiga me fará esmorecer, embora continue a arrostar a descrença de uns, a indiferença de outros e sobretudo a má

vontade e a má fé de muitos (Álbum das meninas nº. 26 – 1/06/1901 apud MONTEIRO, 1992, p. 39).

Estavam entre as asiladas, algumas meninas portadoras de deficiências mentais, que de acordo com as idéias da época recebiam tratamento diversificado. Um importante fato pode ser extraído do Relatório Anual de 1939: “Temos a lamentar a necessidade de internar o Hospital de Juquerí, a asylada Eleutéria Felipe, devido ao estado de idiotismo que de longa data vinha se agravando” (Livro do Relatório Anual de 1939).

Marchesi & Martin (1995) explicam que na primeira metade do século XX o conceito de deficiência incluía as características geradas por causas orgânicas, que eram produzidas no início do desenvolvimento, sendo que dificilmente seriam modificadas ao longo do tempo. Esta visão determinista do desenvolvimento, previa pouca possibilidade de intervenção para aprendizagem. A ela deveria ser dada uma “atenção educacional especial, distinta e separada da organização educacional regular” (p.9).

Jannuzzi (1992) traz em sua obra trechos de um manual de tratamento publicado por Magalhães, em 1913, que demonstra com clareza o modo como era compreendido o deficiente mental e a educação a ele destinada:

Essas crianças deveriam ser educadas em classes separadas, não só porque elas não aprendiam com e nem como os normais, como até por vezes se viciam e o que é pior, impedem que as crianças normais aproveitem convenientemente a instrução que lhes é proporcionada (p.46-47).

Ao se analisar o relatório de Diretoria do Ano de 1969, percebe-se que novamente é citada a existência de alunas com deficiências mentais internadas na instituição. A partir da afirmação trazida pelo relatório é passível concluir que as intervenções e o tratamento dado a estas já não era o de internação em clínicas psiquiátricas, mas o atendimento especializado por associações que trabalhariam simultaneamente ao Lar:

No decorrer da implantação do método administrativo – pela professora Olga Mathion, constatou ela que o LAF possui cinco meninas com características de excepcionais, tendo ficado registrado

em ata do dia 6 de dezembro de 1969, que estas meninas deverão ser testadas e, de acordo com o resultado dos testes, matriculadas no Centro de Recuperação em São Paulo (capital) ou inscritas na Oficina Escola – AJPAE. (...) é de se observar que a presença das excepcionais juntos das meninas normais causa certos prejuízos na educação das últimas, que, por achar graça, ou por espírito de imitação, fazem aqueles hábitos próprios das excepcionais (Relatório de Diretoria do ano de 1969).

Dois anos depois outro trecho do Relatório das Atividades do Lar “Anália Franco” (1971), aponta que três destas meninas destacadas pelas suas “características excepcionais” já haviam sido encaminhadas para as oficinas-escola da AJPAE, tudo mantido com verbas do próprio Lar Anália Franco.



Figura 9: Crianças e professoras do Lar Anália Franco (1973), acervo do Lar Anália Franco

Anália Franco incluiu em seus programas de ensino o trabalho manual com o objetivo de “desenvolver o interesse e o espírito criador da criança, iniciando-a, concomitantemente, numa atividade profissional com vistas à sua futura independência econômica” (Sapucaia, 1993, p.4). Em Jundiaí, o trabalho manual e o ensinamento de prendas domésticas estavam sempre presentes, submergindo do ideal da educação feminina da época:

... tivemos no corrente mês, uma exposição de bordados confeccionado pelas crianças da Instituição, sob a orientação da Sra. Rita Trevisan Brito. (Relatório de Diretoria de 1958).

Elas recebiam também instruções de corte de costura e de bordado dentro da própria instituição, a fim de aprenderem uma forma de trabalho que lhe pudesse sustentar no futuro:

Todo serviço de costura é feito dentro deste estabelecimento, e é pensamento desta diretoria, em ocasião oportuna, adquirir mais uma máquina de costura, podendo assim, as alunas tomarem compromissos de trabalho externo, revertendo seu próprio produto, depositando na Caixa Econômica em pecúlio de seu próprio futuro (Relatório do ano de 1937).

Segundo Kishimoto (1988), era comuns às instituições criadas por Anália Franco a profissionalização das mães e das órfãs de maior idade, como forma de promover um futuro trabalho para sobrevivência.



Figura 10: Bazar de peças doadas e produzidas pelas internadas e o Clube de Madrinhas, realizado para angariar fundos para a instituição, s.d.

Elas também colaboravam com o trabalho de manutenção dentro do próprio Lar Anália Franco, como é possível perceber neste trecho destacado:

a parte higiênica e limpesa, precisa ser encarada com melhor atenção por parte das funcionárias. Na copa e cosinha, notamos falta de higiene no que se refere a lavagem dos utensílios: panelas, pratos, talheres, etc. Estes utensílios são lavados por meninas de 5 a 6 anos, que de limpeza pouco entendem; não é fiscalizado por um adulto (Relatório do ano de 1972).

Como também era de costume às moças de antigamente, algumas meninas recebiam aulas de piano dentro do Lar Anália Franco, ministrada voluntariamente por professoras de música. Grande parte dos relatórios apresenta um item que descreve estas atividades de ensino musical na instituição:

Estudaram piano, graciosamente, com as professoras Lúcia Olga Chaves e Elizabete Pozzani, 3 (três) meninas, que alcançaram promoções satisfatórias. (Relatório de Diretoria do ano de 1969).



Figura 11: Aluna praticando piano na aula de música –
Arquivo do Lar Anália Franco (1975)

Assim como a sociedade se preocupava com a boa formação da menina e da moça para que se tornassem boas futuras esposas, mães dedicadas e primorosas, o Lar Anália Franco também apresentava tal preocupação. Num mundo cheio de desigualdades sociais e de preconceitos, casar-se - sonho de toda jovem - era uma das formas de sair do orfanato e conseguir ingressar nos círculos sociais.

Ser mãe esposa e dona-de-casa era considerado o destino natural das mulheres. (...) A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as pessoas fossem felizes. Assim, desde criança a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como o objetivo de todas as moças solteiras (BASSANEZZI, in PRIORE (org), 2000, p.610)

Na sede nova, o Lar Anália Franco implantou o regime de externato, atendendo crianças de ambos os sexos, enquanto gradativamente ia extinguindo o internato, de acordo com as mudanças sociais e acompanhando as mudanças do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As crianças desenvolvem atividades na área da educação (reforço escolar e acompanhamento de dever), recebem cuidados ligados à saúde (com atendimento médico e odontológico) alimentação saudável, praticam atividades esportivas, recreação, formação moral e cidadania. Nas palavras do presidente do Lar Anália Franco e também membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, José Amauri Amaral, na reportagem sobre o aniversário do Lar:

Trabalhamos com a faixa etária que não é mais aceita nas creches. Em São Paulo, muitos chamam este tipo de instituição de centro de convivência. Não adoto este título, pois somos mais, somos um “Lar” (Jornal de Jundiaí, 17/05/1998).

Hoje o Lar Anália Franco atende 95 crianças carentes, entre 7 e 14 anos, dando continuidade ao trabalho das creches, em horário alternado à Escola Municipal Rotary Clube, possibilitando que as mães trabalhem para a manutenção do seu lar.

Outro orfanato também fora criado na cidade no ano de 1945. O Orfanato Nossa Senhora do Desterro, situado à Rua Marechal Deodoro no. 450, no centro da cidade, foi fundado por Olavo de Queiroz Guimarães, que havia sido prefeito no período de 1911 a 1927. De acordo com a Monografia de Jundiaí (1952), a instituição atendia meninos e meninas órfãos, sendo que os meninos permaneciam internos até os 8 anos, quando eram encaminhados a outras instituições ou para tutores, enquanto que as meninas

permaneciam conforme seus préstimos e capacidade de auxiliar no trabalho da instituição.

Conta esta reportagem que as crianças freqüentavam o jardim-de-infância, onde tinham como professora D. Branca Paulielo Conde¹⁰. Posteriormente, recebiam instrução primária pelas freiras da ordem de São Vicente de Paulo. A rotina diária era dividida entre estudos e trabalhos domésticos, já que a “finalidade desta fundação é prepará-los para enfrentar a vida operária” (ibidem).

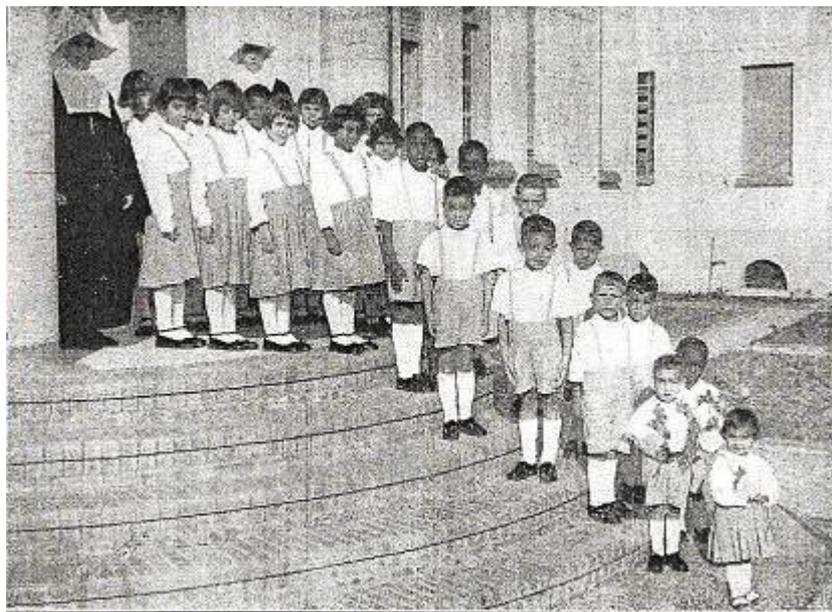


Figura 2: Madre Superiora e grupo de crianças internas do Orfanato Na. Sra. do Desterro.

fonte: Monografia de Jundiáí (1952)

A preocupação com a formação do operário se tornou muito presente na educação de Jundiáí a partir dos anos 1940. Este fato tornou-se contundente com a inauguração da Creche Argos, em 1945, instituição que foi responsável não só pelo atendimento pioneiro na cidade no sistema de creche, mas que se responsabilizou pela educação e controle da vida das famílias de operários têxteis dentro do programa de urbanização e modernização do município.

¹⁰ Figura de destaque na sociedade jundiáense, também professora do G.E. Conde do Parnaíba, como é possível conhecer no trabalho de Pavan (2003).

3. A Educação e a Fábrica: educando os filhos dos operários.

Algumas instituições para proteção da criança já haviam sido criadas no Brasil antes da década de 1930. Segundo Vieira (1998) na década seguinte o governo passou a se preocupar com a criação de instituições e pessoal para execução de ações sociais nas áreas da educação, saúde, previdência e assistência.

Foi com a criação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1943, que surgiram dispositivos legais para garantir a instalação de creches nos locais de trabalho, sob encargos das próprias empresas, já que estas se tornaram necessárias para solucionar a crise causada pelo trabalho feminino em consequência ao surto industrial ocorrido neste período. De acordo com o artigo abaixo destacado, todas as empresas que tinham mais de trinta funcionárias acima de dezesseis anos eram obrigadas a instalar uma creche com lugar apropriado para a amamentação, um berçário, uma cozinha dietética, e instalações sanitárias, com funcionários responsáveis pelos cuidados destas crianças dentro da própria empresa. De acordo com o texto da lei:

Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais ¹¹.

Às empresas que se distinguiram pela organização e manutenção de creches e instituições pré-escolares, eram conferidos, pelo Ministério do Trabalho e da Administração, diplomas de benemerência, como se nota no texto do artigo 399 da mesma lei, “desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações”.

¹¹ Disponível em: www.trt02.gov.br, em 22/09/2008.

A creche era um recurso ligado à pobreza e ao auxílio às mães desamparadas, com objetivos de educar crianças contra os maus hábitos e infecção, e disciplinar as mães e membros das classes populares (Vieira, 1998). Era uma forma de educar aquele que lhe era confiado e também, de educar indiretamente a família.

De acordo com Vieira (1998) os dois órgãos que mais participaram desta expansão do atendimento à criança foram o DNCr (Departamento Nacional da Criança) do Ministério da Educação e Saúde e a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que havia sido fundada em 1942 para proteger os órfãos da Segunda Guerra Mundial e que funcionava sempre em colaboração com o governo. Outras instituições também foram criadas a partir da associação entre o governo e entidades particulares e filantrópicas (leigas ou confessionais).

Desde o fim do século XIX e início do século XX o bairro da Vila Arens passou a ser ocupado por indústrias têxteis (Companhia São Bento, 1874; Jundiaiana, 1886; Argos, 1913; Glória e São Jorge, 1920)¹². O processo de industrialização de Jundiaí acompanhou as vias de circulação, com isso, as indústrias se concentravam nas regiões próximas à ferrovia e às margens do Rio Guapeva, atendendo principalmente os segmentos têxtil e cerâmico.

Era comum entre os imigrantes italianos as mulheres trabalharem na fiação do algodão enquanto que os homens trabalhavam em serviços mais pesados, como no cultivo da terra. As jornadas de trabalho, de acordo ainda com a mesma fonte, eram de doze a quatorze horas por dia, o que gerava descontentamentos e até clima de rebelião.

A Argos Industrial S.A. foi uma das maiores tecelagens do Brasil, e a primeira a fabricar brins¹³. Fundada em 1913, a empresa é um dos grandes marcos no desenvolvimento industrial do estado de São Paulo na primeira metade do Século XX e o símbolo do primeiro curso de industrialização e povoamento urbano da cidade de Jundiaí. Maior empregadora de Jundiaí até a década de 1930, promoveu intenso movimento de urbanização no bairro da Vila Arens, atraindo moradores em suas vilas operárias, comércio e outras indústrias do ramo.

De acordo com Vianna (2004), o processo de urbanização europeu acentuou-se juntamente com a Revolução Industrial (século XIX), gerando uma grande explosão

¹² Expo Municipal, as operárias da vila Arens.

¹³ JORNAL DA CIDADE, Argos Industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil. Jundiaí, 3 de agosto de 1995, p.13.

demográfica nas cidades, bem como a falta de moradias. Essa situação de emergência levou às várias iniciativas de construção de habitação operária. De acordo com a autora:

...a partir daí, a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas (VIANNA, 2004).

O mesmo aconteceu no Brasil, segundo Vianna (2004), estas realizações contribuíam para a manutenção das relações paternalistas entre patrões e empregados e para o barateamento da força de trabalho. Mas foi somente nas duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades. Como assentamento habitacional, patrocinado pela própria empresas e voltado a seus funcionários:

A maioria das indústrias situadas próximas ao núcleo central, construía vilas operárias destinadas aos operários mais qualificados, que eram necessários reter e controlar junto à produção. Dentro da vila, poderiam ocorrer diferentes tipos de habitação, destinadas aos diferentes cargos dentro da empresa, mas todas seguiam critérios de padronização em série, com programas que procuravam atender simultaneamente às exigências de proporcionar um mínimo conforto necessário aos seus habitantes, e a máxima economia para seus construtores. Ficavam prontas rapidamente e representavam um retorno imediato do capital através do aluguel (VIANNA, 2004).

Em Jundiaí não foi diferente. A Argos SA construiu no perímetro da fábrica uma vila operária com características semelhantes às demais construídas no país ¹⁴. Os terrenos, normalmente localizados no entorno fabril, apresentam diferentes tamanhos de conjuntos, desde pequenos núcleos de casas geminadas e padronizadas, e algumas um pouco maiores. As ruas são estreitas e não há recuo de construção em relação à calçada. Ainda hoje existentes, cujo bairro foi dividido e nomeado como Vila Argos Velha e Vila Argos Nova, as casas sofreram modificações e adaptações ao longo dos anos, mas ainda conservam os principais traços de sua construção.

¹⁴ Como foi possível observar ao analisar o trabalho de Vianna (2004), de Lima (2005) e de Keller (2006) sobre vilas operárias localizadas em diversas regiões do país.

Segundo um jornal local (Jornal da Cidade, 7/09/1991) o terreno, que inicialmente era brejo e que na década de 1930 fora utilizado pelo seu administrador Estevão Kiss para plantar eucaliptos - com o objetivo de secar o solo e fornecer lenha para as caldeiras -, serviu como espaço para a construção da Vila Argos Nova, que se estendia da Rua Prudente de Moraes até o leito da antiga estrada de terra. No início, de acordo com a mesma publicação as casas foram alugadas aos seus funcionários, que com o tempo acabaram por adquiri-las.

O meio considerado adequado pelos industriais foi o de fixar o operário junto ao local de trabalho através de benefícios e de obras sociais dispostos ao redor da indústria, convictos de que mantê-los no âmbito da produção - na maior parte do tempo possível – assegurava produtividade e moralidade da gente trabalhadora de acordo com as necessidades e os ideais da indústria brasileira (LIMA, 2005).

Keller (2006), em seu artigo, tentou demonstrar que a vida do trabalhador de fábricas com vila operária sofria controle tanto dentro como fora do horário de trabalho. Ele analisou esta relação dividida em dois momentos: complexo fabril e complexo sociocultural. No complexo fabril ocorrem as relações diretas de controle dos industriais sobre a classe trabalhadora. Já no complexo sociocultural, que acontece tanto dentro da fábrica como no espaço e moradia (vila operária), entre os membros da própria classe operária, mas também entre patrões e empregados, as relações são estabelecidas e controladas já que a fábrica é proprietária dos bens a serem consumidos pelos operários.

... como uma constelação de traços socioculturais presentes nas fábricas com vila operária os quais se configuram nos aparatos institucionais e se intercambiam como expressão das relações sociais que se estabelecem entre os membros da classe operária e entre a classe operária e o patronato fabril, seja no espaço da fábrica (organização da produção), seja no espaço da moradia (vila operária). Estando este último subordinado ao espaço da fábrica na medida em que esta é a proprietária das casas dos operários, assim como dos aparatos institucionais. Dessa forma, o operário têxtil, além de ser empregado, é simultaneamente inquilino do imóvel que pertence à fábrica e usuário da rede de serviços (armazém, armarinho, posto de saúde, farmácia, escola, clube social, capela) que funciona dentro do complexo fabril, transformando o que seria uma simples relação patrão/empregado em um relacionamento complexo (KELLER, 2006)

Uma reportagem de um jornal local (Jornal da Cidade, 7/09/1991) conta que o antigo administrador Estevão Kiss, antes funcionário da tecelagem da fábrica e morador da vila operária (Vila Argos Velha, casa de número nove), ao ser promovido para o cargo de gerente da fábrica, mudou-se rapidamente da vila para uma casa de madeira construída no pátio da própria Argos S.A. Posteriormente, ele construiu uma casa no segundo andar, sobre a portaria de entrada dos funcionários, espaço que depois de sua saída foi utilizado como sala de diretoria. Percebe-se que ao mudar sua função no quadro hierárquico da fábrica, destaca-se também do conjunto de moradia dos operários, alterando o seu espaço de tempo livre e as suas relações sociais .

Para Alvin (1984), ao examinar a relação entre o processo específico de proletarização industrial ocorrido nas fábricas com vila operária e a constituição de um padrão de família de operários industriais, observa-se a forma de dominação peculiar e das relações sociais e as alterações na lógica interna da organização familiar.

A fábrica com vila operária, ao deter o controle não só de suas condições de reprodução, imprime em seus trabalhadores uma ideologia em que o trabalho, a moral e uma moral do trabalho fazem parte de uma ótica e de um modo de vida que estão reforçados e legitimados através de seu espalhamento em todo o grupo familiar (ALVIN, 1984, p.397).

Não é objetivo deste trabalho compreender os pormenores existentes no campo sociológico das relações entre fábrica e proletários. Destacar estes principais aspectos oferece a oportunidade de localizar o papel da indústria dentro do cenário histórico e social da cidade.

Serão analisadas as iniciativas da empresa têxtil Argos S.A relacionadas à educação da criança dentro do programa de atendimento da creche, sendo ela a primeira instituição destinada ao atendimento de crianças pequenas ligada à fábrica do município. Para tal, foram consideradas como fontes de pesquisa as hemerotecas organizadas pela Biblioteca Municipal Nelson Foot, das quais foi possível destacar o papel da empresa e a creche no cenário social, e também um importante depoimento oral cedido pela ex-funcionária da fábrica e da creche D. Zilda Lodoy.

D. Zilda ingressou na fábrica em 1945, ano da inauguração do prédio da creche. Ela era funcionária da tecelagem, mas, segundo seu depoimento, quando a Creche

precisava de substituição de funcionárias, a fábrica a enviava para auxiliar nos cuidados das crianças. Na década de 1950, com a implantação das máquinas, seu setor foi encerrado e ela foi convidada a trabalhar no berçário da creche, junto com outras funcionárias que também estavam sem função:

Trabalhei em 50 mais ou menos, porque era assim, quando precisava de gente aqui a fábrica mandava porque tinha cinco freiras que trabalhavam e cuidavam de toda a creche, e tinha mais quatro empregadas, e quando faltava empregada, elas comunicavam a fábrica e a fábrica mandava uma empregada extra. Porque no meu caso a minha função acabou lá dentro que foi feito assim, eu trabalhava manual aí veio a máquina e acabou a minha função e eu e mais algumas de lá viemos trabalhar aqui para ajudar as irmãs como funcionárias.

A inauguração da Creche Argos “foi talvez o fato mais importante para a cidade de Jundiaí em 1945” foi o depoimento de Anselmo Brombral no Jornal da Cidade publicado em 11 de setembro de 1991. A creche foi construída na gestão de Estevão Kiss (Diretor técnico), e foi a pioneira na cidade. Nas palavras de Zilda Lodoy¹⁵:

...pois a creche era a única, era a única empresa que tinha uma creche era a Argos, e todo mundo que tinha que trabalhar em Jundiaí não tinha creche, então todo mundo gostava trabalhar aqui na Argos, porque não tinham com quem deixar os filhos. Com três meses a mãe já voltava a trabalhar e já tinha lugar para as crianças.

¹⁵ Com a falência da Argos S.A, a creche teve suas funções encerradas no ano de 1984 e os documentos relativos ao seu funcionamento se perderam ao longo dos anos, o prédio foi penhorado e permaneceu abandonado, sofrendo a ação de vândalos e de ladrões. Algumas informações foram retiradas do depoimento oral da Sra. Zilda F. Lodoy, ex-funcionária da creche e responsável, hoje, pela Associação Beneficente Argos.



Figura 12: Assinatura do pergaminho, colocado dentro da pedra fundamental (1943). Foto de Paulo Futura e Mario Vassalo. In: Jornal da Cidade 07/09/1991

Foi mandado erguer um prédio em frente à fábrica, com berçário, refeitório, consultório médico, grupo escolar, gabinete de dentista e residência para as freiras que foram as responsáveis pela educação das crianças.

Segundo Zilda Lodoy, a creche atendia somente os filhos de operárias da fábrica, durante sua jornada de trabalho. Tinham algumas crianças que freqüentavam o grupo escolar anexo à creche, mas que permaneciam na creche somente no horário oposto ao escolar.

O funcionamento da creche iniciava às seis horas da manhã e encerrava às dezoito horas. Nesta não havia atendimento noturno, já que, segundo depoimento da ex-funcionária, não havia mulheres que trabalhassem à noite naquela época, era um período exclusivamente masculino.

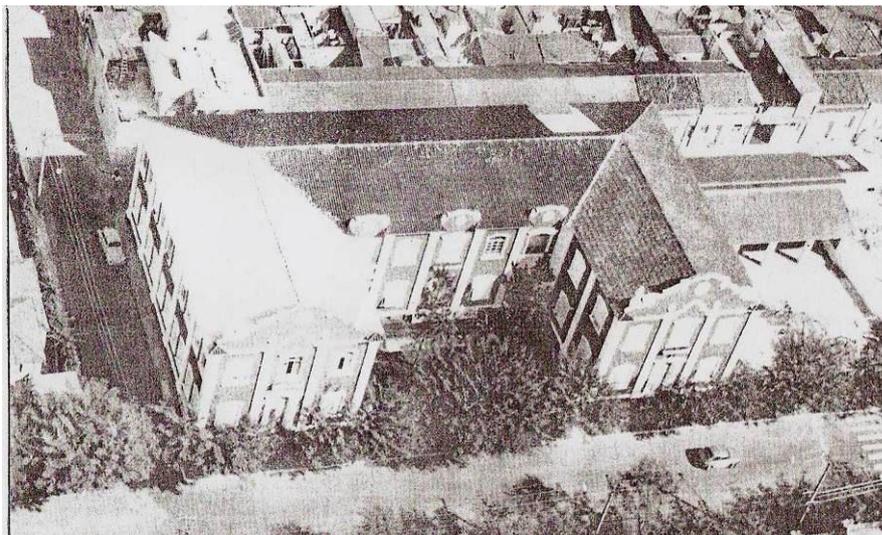


Figura 13: Vista aérea da Creche da Argos, ao fundo vila operária “Argos Velha” –
Jornal da Cidade 10/09/1991.

O Jornal “A Folha”¹⁶, pertencente ao Círculo Operário Jundiaense, noticiou a inauguração da creche Argos comentando que:

Em caráter íntimo, foi inaugurada sábado e domingo p.p., no suntuoso prédio erguido defronte a Argos Industrial S/A, mandado construir por essa importante indústria jundiaense, a Creche Argos, entregue aos zelos das abnegadas Irmãs Salvatorianas. A creche Argos inicialmente está recebendo diariamente 40 crianças, filhos de operários que trabalham na Argos Industrial SA. Essas crianças recebem pela manhã café com leite, instrução primária, mora, cívica e religiosa, assistência médica e dentária e ainda brincam sob a orientação das abnegadas freiras salvatorianas em salas adequadas. A Diretoria da Argos Industrial SA e do Lanifício Argos deseja que para o futuro sejam recebidas 120 crianças e que elas recebam também almoço.

De acordo com o depoimento da sra. Zilda Lodoy, a empresa tinha um grande número de funcionários e, como oferecia assistências que as demais fábricas da região não ofertavam, e por isso, era grande o interesse das pessoas em trabalhar nesta empresa.

... a Argos foi uma mãe para Jundiaí todinha, todo mundo queria trabalhar na Argos. E a Argos era assim. Quando entrei na Argos para

¹⁶ Comentário publicado pelo Jornal da Cidade em 11/09/1991.

trabalhar, naquela época tinha quase três mil pessoas que trabalhavam aqui...

É possível perceber o modo como a empresa era conceituada dentro do imaginário social¹⁷, reconhecida pelos funcionários e pelos demais munícipes, por meio de uma visão ostentatória, quando é tratada de forma controversa¹⁸, como a primeira indústria a implantar uma creche no Brasil, a empresa que se destacava socialmente por oferecer benefícios sociais, muitos dos quais eram obrigatórios pela legislação, como vimos no início do capítulo. Segundo o Jornal da Cidade de 10/9/1991,

hoje ainda não existem, em lugar algum, mesmo estando previstos em lei. Assistência Médica, convênios, cooperativa, eram apenas parte de um leque de incentivos aos empregados, que transformariam a fábrica em seu segundo lar. De todos o que mais chamou atenção foi a Creche, inaugurada oficialmente no mês de novembro de 1945, poucos meses após o final da II Guerra Mundial,

era citada em outro jornal, que também noticiou o mesmo fato:

Pensando no bem estar de seus funcionários, a Argos foi também a primeira empresa do país a instalar serviço médico, creche e até cinema, o Cine Argos. Isso tudo aconteceu antes mesmo do surgimento da previdência social, que viria a exigir determinados benefícios para os trabalhadores (Jornal da Cidade, 3 de agosto de 1995).

¹⁷ O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade (MORAES, 2002).

¹⁸ Kuhlmann Jr. (2000), trata da lenta propagação das instituições de educação infantil, ele apresenta que só são encontradas referências quanto à criação de creches no Brasil no período republicano. A primeira foi criada vinculada à fábrica de tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, em 1899. Neste mesmo ano foi inaugurado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-RJ), que irá se expandir por todo o país. Este criará em 1908 a creche “Sra. Alfredo Pinto”, portanto, aproximadamente 37 anos antes da creche Argos.

A primeira regulamentação do trabalho feminino previa a criação de creches junto às indústrias para facilitar amamentação durante a jornada de trabalho, como se pode observar neste artigo da CLT (1943):

Art. 396 - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Na Creche Argos as mães que estavam mais próximas dos seus filhos pequenos, tinham horários estabelecidos em que poderiam afastar-se de suas funções e amamentar os bebês. D. Zilda explica que:

Quando elas traziam o bebê novinho, que elas precisavam trabalhar, então elas tinham horário para sair e vinham aí, sentavam lá no berçário, tinha uma salinha em que a gente colocava as mães, amamentavam, deixavam o nenê no berçário e voltavam para trabalhar enquanto a gente ficava pra cuidar.

A Creche, que era coordenada por freiras salvatorianas¹⁹, oferecia os cuidados necessários às crianças, atendendo bebês e crianças até aproximadamente dez anos. D. Zilda conta com orgulho que:

... a gente fazia de tudo aqui na creche, a gente cuidava de criança, era gostoso, trabalhar aqui dentro, muita gente queria trabalhar aí, as crianças eram muito bem cuidadas, crianças que saíram daí e hoje são formadas médicos, engenheiros, advogados, professores, eles tinham uma educação excelente, era dada por irmãs e as irmãs levavam a sério.

Na creche, segundo o Jornal da Cidade (11/09/1991) as crianças recebiam pela manhã café com leite, instrução primária, moral, cívica e religiosa, assistência médica e odontológica e “ainda brincam sob a orientação das abnegadas freiras salvatorianas em salas adequadas”.

¹⁹ Os salvatorianos chegaram a Jundiaí no ano de 1925 quando fundaram um Seminário Salvatoriano, que funcionava como internado para a formação de seminaristas. Este se transformou em colégio no ano de 1952, hoje conhecido como Colégio Divino Salvador (in: www.divinojundiai.com.br, disponível em 27/01/2009).

No início, segundo Vieira (1998) as creches geravam muitas preocupações para os higienistas, que queriam evitar que ela se tornasse um foco para proliferação de doenças e contribuíssem, desta forma, para o aumento da mortalidade infantil. Segundo esta autora a creche era mais alvo de propostas médicas do que educacionais. A creche era considerada um elemento da puericultura, o que a diferenciava das escolas maternais. Nela trabalhavam médicos e enfermeiras, enquanto que as professoras ficavam para os jardins-de-infância. Tornava-se um serviço de combate às “criadeiras” (amas), e, já que permitia a criança próxima da mãe, possibilitava também a amamentação dos bebês e garantia uma maior chance de sobrevivência. No caso da Creche Argos, as crianças eram cuidadas por freiras e por funcionária da tecelagem que eram deslocadas de sua função para auxiliar no cuidado das crianças.

Dentro da fábrica funcionava também um ambulatório médico, existente ainda até hoje na Associação para atendimento de ex-funcionários da Argos S.A., que quando fundado em 1932, ocupava uma sala dentro do pátio da própria fábrica, e que, com a criação do novo prédio da Creche foi transferido para a nova sede, onde é conservado ainda hoje. D. Zilda Lodoy conta que:

... para os funcionários, tinha três médicos, até pequenas cirurgias faziam aqui no consultório (...) tinha um pediatra. Quando os nenês ficavam doentes, as crianças vinham aqui por dentro ou o médico ia até o berçário onde elas estavam e davam atendimento às crianças no que precisava, atendimento pediátrico.

Havia também uma grande preocupação com a alimentação das crianças, e principalmente dos bebês, já que a taxa de mortalidade de bebês era muito elevada. Segundo depoimento da ex-funcionária:

...tinha gente que já trabalhava aqui, tinha cozinheira, a criança era muito bem tratada, a alimentação era de primeira qualidade, os bebezinhos também eram muito bem tratados, era suco, vitamina, quando começavam a comer a gente cozinhava tudo separado a comida dos nenês, os legumes, passava no liquidificador e dava pros nenezinhos comerem, era a gente que dava.

As freiras salvatorianas e as funcionárias responsáveis pela educação das crianças preparavam apresentações infantis para as festas da empresa. Eram feitas

festas para o Dia das Mães, dos Pais, Festa da Páscoa e eram também comemorados o Natal e o Ano Novo. Com semblante de saudade, e com um sorriso estampado no rosto, D. Zilda me contou sobre as festas e lembrou que...

...eu ajudava a fazer presépios da Argos, eram umas coisas grandes assim, até os bichos, mas depois não sei onde foi parar, porque quando a fábrica faliu entraram roubaram muita coisa...mas o presépio ocupava todo..., a gruta ocupava um espaço enorme assim, a gente enfeitava aquele presépio e ele era o presépio mais bonito que tinha em Jundiáí, porque fim de ano era uma festividade na fábrica, era bonito, a gente dava o que comer para o pessoal, teve um ano que foi dado lanches, lanche de salsichas, lanche de lingüiça, nossa era muito bonito...

Para as festas, segundo o depoimento de D. Zilda, as freiras ensaiavam as crianças preparando-as para apresentações de danças e de teatro. Havia também a distribuição de presentes para todas as crianças no fim do ano:

...a creche da Argos, era os olhos de Jundiáí, e quando tinha festa, elas faziam muitas festas, fim de ano, páscoa, então as freiras ensinavam as crianças, preparavam aquelas festas com as crianças, com dança, faziam teatro, presentes, a Argos dava muitos presentes de fim do ano, então todas as crianças recebiam seus presentes, e quando era qualquer tipo de festa as irmãs faziam aquelas crianças, aquelas roupas, era muito bacana, muito bacana...a creche foi os olhos de Jundiáí...

De acordo com o pensamento de Cândido (2007) as festas escolares expressam aspectos da cultura escolar, pois ao mesmo tempo em que a festa era regida por normas, pelo ensinamento de condutas e conhecimentos, era também composta de práticas coordenadas com finalidades educativas. Estas festas carregam um conjunto de normas e práticas estabelecidas externamente pelos governantes (o que poderia ser estendido aos religiosos nas festas de cunho confessional) que determinaram legalmente os dias a serem comemorados e um padrão de festa a ser seguido através de regulamentos e circulares enviados às escolas e internamente pelas instituições de ensino que reelaboraram essas normas e as transformaram em práticas significativas da escola. Estas práticas estiveram intimamente associadas ao ideário republicano, segundo a autora:

Ao mesmo tempo em que as festas fizeram parte de uma cultura própria da escola, elas também contribuíram para a consolidação do sistema político republicano, engendrando um modelo de cidadão a ser formado nas instituições de ensino de acordo com o novo ideário político. (...) Através das festas os indivíduos puderam ver concretizados os ideais, valores e normas de um projeto político para a sociedade (p.2).

D. Zilda se aposentou em 1976, e sobre este período ela contou que tudo já estava muito diferente, as freiras não estavam mais à frente da organização da creche, tudo era cuidado por funcionárias, e o número de crianças já era muito reduzido:

Mas aí já não eram mais as freiras, eu aposentei em 76, e em 76 e já não haviam mais freiras, era uma pessoa que tomava conta, porque no fim já não tinha muita criança, e já não era mais como a creche de antigamente...

Em junho de 1984, a fábrica deixou de operar depois de ter a falência decretada. Foram em média de duas mil pessoas demitidas, as quais não conseguiram receber nenhum de seus direitos. D. Zilda fala com tristeza e muita emoção quanto à notícia da falência da fábrica: “Ai, entristeceu tanto a gente, porque eu já estava em casa, já estava aposentada, mas a gente ficou muito sentida...”.

Após trinta e nove anos de atividade, a creche deixou de funcionar no mesmo ano da falência da empresa:

Com a falência da empresa em 1984, a creche, o prédio entrou para o mesmo esquema de abandono. Uma outra creche, particular, foi instalada em suas dependências. No outro lado, até uma boate chegou a funcionar. Somente com a compra do prédio, pela prefeitura, é que o lugar voltou a ter sua antiga destinação (Jornal da Cidade, 10/09/1991).

O prédio foi comprado pela Prefeitura em 1989²⁰, na gestão do Prefeito Walmor Barbosa Martins, que pagou a quantia de 4 milhões e 800 mil, utilizando uma verba destinada à educação.

²⁰ Para maiores informações consultar www.jundiai.sp.gov.br

Tudo aqui a prefeitura que comprou, a prefeitura comprou a Argos inteirinha e toda esta parte aqui. Estava tudo empenhorado pelo BNDE, eles não pagaram a dívida da falência então estava tudo empenhorado, e foram os últimos pedaços de prédio que eles penhoraram pelo BNDE. Se não tivessem penhorado era para ser tudo da Associação, eu já fui ver, eu fui para cartório, tirei cópia do cartório,... então a prefeitura pegou tudo, e quando a prefeitura pegou tudo e vieram e renovaram tudo, reformaram tudo e colocaram uma creche da prefeitura, só que este pedaço que nós estamos aqui, eles não mexeram com a gente, esse pedaço ficou para nós, e a sociedade está aqui dentro há 60 anos, foi feita em 32 esta sociedade, era lá dentro da fábrica e, até 48, não, em 43, 44 eles fizeram este prédio todo aqui. Em 45, quando eu entrei na Argos eles estavam inaugurando este prédio aqui (Zilda Lodoy).

Em 1994 o prédio foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), após ser entregue um abaixo-assinado de duzentos ex-trabalhadores da fábrica e seus familiares.

A prefeitura restaurou a Creche da Argos, que hoje abriga um número expressivo de crianças filhas de funcionários da própria Prefeitura, sob o nome de “UMEI Professora Maria de Toledo Pontes”. Até os detalhes de pintura foram restaurados como era em 1945. Para a ex-funcionária Zilda Lodoy, o reaproveitamento do prédio foi oportuno e permitiu que novamente ele pudesse voltar às suas funções iniciais, e assim também terminaria com seu árduo trabalho de zeladora contra o ataque de vândalos e ladrões ao prédio. Conclui Zilda Lodoy em seu depoimento oral:

Ah! foi maravilhoso a prefeitura ter vindo aqui. Eu não via a hora. Quando a prefeitura comprou, eles já começaram a fazer as coisas, reformar lá dentro, a fazer as coisas lá dentro, a creche também eles reformaram, e como eu era da época eu andei por tudo com ele, até em cima de telhado, para mostrar tudo para eles porque eles queriam saber, eu mostrei tudo para ele (...)

Estava estragada, por que o tempo que ficou fechado, (...) entrava ladrão de monte, eles entravam e roubavam, limpavam a creche, e eu fiquei cuidando, tanto daqui como da fábrica inteirinha. Tinha um síndico da Massa Falida e como eu estava trabalhando lá na esquina, atrás, na loja, que o escritório era lá da administração, que estava fechado, porque não podia abrir, porque lacraram tudo, aí eu ficava lá e o síndico chegava e ficava lá comigo, e virava e mexia eu chamava polícia aqui, eu não via a hora que vendesse, que fizessem alguma coisa, porque eu tinha trabalho...

A Associação Beneficente Argos não fechou e atualmente presta serviços de convênio médico-ambulatoriais aos ex-funcionários da empresa. Segundo relato de D. Zilda ainda conta com média de 40 associados, já que a maioria dos ex-funcionários já faleceu.

...eu já estava aposentada, e eu vim trabalhar aqui na Sociedade, porque a Sociedade não fechou, quando a Argos faliu a sociedade continuou por que era cadastro diferente da Argos, tinha a loja lá na esquina e eu vim trabalhar, porque o presidente da sociedade queria fechar a loja porque já não estava dando mais lucro e não dava mais para continuar, ai eu vim para ajudar com o fechamento da loja, vim para ficar três meses e já estou aqui há 23 anos.

Este capítulo abordou aspectos de instituições educativas, que tiveram como principais objetivos a formação da criança para viver em uma cidade que estava em plena expansão e urbanização.

Ao tratar da educação familiar e da escola étnica existente na cidade de Jundiá para o atendimento de crianças filhas dos imigrantes italianos que vieram para a região para contribuir nos trabalhos de plantio e colheita do café, foi possível perceber que a educação proporcionada evidenciava a manutenção dos hábitos e costumes de um povo que se tornou um dos principais responsáveis pelo crescimento e formação da cidade no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, sem deixar de considerar que a grande maioria dos habitantes atuais de Jundiá descendem destas famílias que dedicaram o seu esforço para a construção de um nova cidade.

Em seguida analisamos as práticas envolvidas na educação de meninas órfãs ou abandonadas que passaram a ser acolhidas a partir de 1912 pela Sociedade Instrutiva Beneficente Asylo-Creche e Jundiá, hoje conhecida como Anália Franco, que se distinguiu pela sua opção confessional. Evidenciando a preocupação com a formação da mulher de acordo com os modelos estabelecidos pela sociedade, do início até aproximadamente a metade do século XX, o Asilo-creche, dedicava às meninas além do ensino formal pré-primário e primário, o ensino de prendas domésticas para formar a futura esposa, e trabalhos manuais que serviam para o sustento do orfanato e como uma opção de trabalho para obtenção de renda quando atingissem a maioridade. Foi notável também que a unidade de Jundiá trabalhava em consonância com as demais instituições organizadas por Anália Franco.

Simultaneamente a este funcionamento este capítulo elencou duas outras instituições que voltavam seus ideais para a formação do operário, ambas criadas no ano de 1945. A primeira o Orfanato Nossa Senhora do Desterro, criada a partir da iniciativa pessoal de Olavo Guimarães, recebia meninos e meninas, oferecia alimentação, moradia, educação e formação para se tornarem operários, campo de trabalho que crescia dentro do processo de industrialização da cidade. Outra, a Creche Argos, fora criada por indústria têxtil de mesmo nome, como forma de atender as reivindicações e a obrigatoriedade imposta por lei; ofereceu pela primeira vez o atendimento no sistema de creche na cidade, recebendo os filhos dos funcionários para educá-los dentro de um projeto maior de educação da família operária.

Mesmo coexistindo em determinados períodos históricos, elas apresentavam objetivos que mesmo aparentemente distantes, apresentavam um centro comum: a educação em valores considerados adequados para a formação e preparo para a vida social do grupo a que se destinava.

O que se pode perceber ao longo deste capítulo é que não surgem iniciativas governamentais para o atendimento educacional da criança pequena em Jundiaí, até meados da década de 1940, relegando esta função para a esfera privada. Como veremos no próximo capítulo, somente em 1946 surge o primeiro Parque Infantil fundado pela Prefeitura Municipal para acolher crianças entre 3 e 12 anos, funcionando em consonância aos Parques Infantis da cidade de São Paulo e da vizinha Campinas. Este sistema de ensino levará quase trinta anos para se expandir e atender um número considerável de crianças. Enquanto que, somente no ano de 1986, que será criada a primeira creche mantida pela prefeitura²¹ no bairro rural de Ivo Turucaia, para atendimento de crianças entre 2 e 6 anos.

²¹ Num sistema de integração entre a Secretaria Municipal de Integração Social (SEMIS) e a Secretaria de Educação.

CAPÍTULO 2

OS PARQUES INFANTIS

E A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM JUNDIAÍ

Na história de Jundiaí a educação de crianças pequenas teve seu início a partir de iniciativas privadas, responsáveis pela criação de instituições diversificadas, que existiram ou ainda existem, como pudemos conhecer no capítulo anterior, com o intuito de preparar a criança para se adequar ao processo de expansão, industrialização e urbanização da cidade.

Um dos primeiros estabelecimentos instituídos pelo Governo Estadual no interior foi fundado em Jundiaí o Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes, no ano de 1896, a primeira instituição da região, era destinada ao atendimento de crianças do ensino primário e secundário. Segundo Souza (1998) esta era uma característica do governo no estado de São Paulo, que se preocupava com a criação de escolas urbanas que atendessem às necessidades da escolarização em massa, além do fato de o grupo escolar ser representante dos ideais republicanos de valorização da escola pública. Sua estrutura arquitetônica simbolizava a força do movimento republicano na luta pelo desenvolvimento e pelo progresso:

Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência, e na civilização (SOUZA, 1998, p.91).

No entanto, anos se passaram sem a criação de creches ou demais instituições públicas para o atendimento de crianças até seis anos de idade. Somente na década de 1940 foi idealizado e construído o primeiro Parque Infantil de Jundiaí, tornando-se o início da institucionalização pública da educação da infância na cidade.

Sendo que os parques já eram experiências bem sucedidas em outras cidades do país, e até em outros países, a instituição apresentava um atendimento diferenciado das demais instituições de ensino, já que eram destinados a receber crianças entre três e doze anos (os maiores de sete em horário contrário à escola), evidenciando uma educação apoiada três pilares: educar, recrear e assistir.

Este capítulo foi construído com base nas fontes iconográficas e por meio da utilização de recortes de jornais guardados pelas instituições, organizados em hemerotecas, que registram os principais fatos e a rotina dos parques infantis da cidade. O material referente ao Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, organizado pelas diretoras e professoras que por ela passaram, encontra-se hoje à disposição para pesquisa no Museu Histórico de Jundiaí, já que no ano de 2008 o prédio passou por reformas e foi transformado em creche municipal. Já o material da Escola Parque Luiz Bárbaro, organizado em pastas pela primeira supervisora, apresenta enorme riqueza de fatos publicados nos jornais locais, assim como diversas fotografias que remetem às comemorações e à rotina de trabalho da instituição referente a um período de mais de 15 anos.

Demartini (2003) afirma que alguns estudiosos já chamaram a atenção para o fato de que é interessante refletir sobre como as fotos podem ser constituintes de nossa memória e de nossa identidade. Pollack (apud Demartini, 2003) considera que tanto a memória individual quanto a coletiva são constituídas por acontecimentos, por pessoas/personagens e por lugares ligados a uma lembrança. Sendo assim:

as fotos remetem às pessoas, lugares e tempos distantes. Permitem ao mesmo tempo reter na memória acontecimentos e situações vividas, isto é, podem funcionar, como bem chamou Olga Vom Sinsom (1988), como muletas da memória, sobre as quais a pessoa se apóia para construir/reconstruir suas memórias (DEMARTINI, 2005, p.14-15).

Ao se ressaltar a importância de uma maior atenção e dedicação aos significados culturais que estão engendrados nas imagens, bem como às formas como a produção e a

leitura dessas imagens são mediadas, Feldman Bianco & Leite, (1998) refletem que: “levando em conta o fascínio despertado pelas imagens, bem como a importância das culturas visuais no mundo contemporâneo, insistimos na necessidade de aprender a “ler”, produzir e interpretar criticamente a diferentes linguagens visuais” (p.11-12).

As fotografias são portadoras de informações que permitem trazer à tona lembranças e memórias, criando possibilidades de narrativas de histórias de vidas; por isso são objetos que não devem ser tratados com neutralidade ou de forma descontextualizada. Em vez da postura neutra do observador, a pesquisa passa a ser o resultado da interação entre pesquisadores, pesquisados, produtos e contextos históricos. De acordo com Mota & Pacheco (2005) as fotografias estão marcadas por quem as produziu, “pelo contexto recortado, pelo retratado, mas também por quem as observa, produzindo outros/novos sentidos para sua existência” (p.7). Outro importante imperativo metodológico é que as fontes visuais não são passíveis de serem interpretadas de forma autônoma.

Outra fonte utilizada em larga escala neste capítulo é a imprensa local. De acordo Luca (2005) a imprensa periódica (jornais, revistas e folhetins) carrega em si informações que permitem ao pesquisador compreender as relações sociais, seus conflitos e ideologias representantes de seu tempo e espaço sociais. Gonçalves Neto (2002) demonstra também que o progresso da imprensa trouxe a possibilidade da proliferação da informação, já que o aumento da tiragem, o barateamento dos valores e a rapidez de transporte da publicação, a diminuição da taxa de analfabetismo, permitiram que a maioria da população tivesse acesso aos periódicos, e que ele se tornasse um meio eficiente de transmissão de idéias das elites dominantes:

O jornal torna-se, portanto, um veículo de divulgação rápida de idéias, de programas etc. E a insistência continuada em determinadas temáticas acaba por criar a adesão ao que é proposto. (...) O jornal torna-se, dessa forma, um elemento fundamental para captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem cultural (GONÇALVES NETO, 2002, p.206).

Ao tentar delinear uma breve história do atendimento à criança pequena nos Parques Infantis, será possível conhecer e destacar informações importantes sobre as diferentes formas e objetivos de educar a criança, e poder-se-á perceber quais as

preocupações dos órgãos públicos em relação à educação da criança pequena, assim como os diferentes papéis aos quais se prestaram estas instituições educativas ao longo da história da educação de Jundiaí.

3. A organização dos Parques Infantis em São Paulo:

De acordo com Kuhlmann Jr. e Ramos (2001), o Parque Infantil surge na cidade de São Paulo por iniciativa da associação Cruzada Pró-Infância sob a coordenação de Pérola Byington, no início da década de 1930.

Nicanor Miranda, que chefiou a Divisão de Educação e de Recreios e foi o primeiro responsável pelos Parques Infantis, escreveu sobre a sua origem e propagação, em 1941, indicando a existência de iniciativas nos estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais e da Amazônia, além do Distrito Federal. No interior de São Paulo, segundo seus escritos, funcionavam três parques: em Campinas, Ribeirão Preto e Marília (Kuhlmann Jr. e Ramos, 2001).

Segundo Nicanor Miranda, os Parques Infantis foram criados para oferecer “proteção” e “amparo” às crianças que habitavam os bairros operários, para que sua vida social pudesse ser elevada e preservada, já que em casa estariam desamparadas e se transformariam em homens sem iniciativa.

Segundo Filizzola (2002), pelo Ato no. 767, de 09/01/1935 é criado o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio (posteriormente denominados de Parques Infantis). Havia uma grande preocupação com o que os operários e sua família fariam nos horários extra-escolares e extra-fábrica, e oferecer oportunidade para recrear era compreendido como uma forma de evitar a criminalidade e a vadiagem.

Diferente de uma escola formal (as escolas públicas regulares eram de responsabilidade dos governos estaduais e não das prefeituras), as crianças poderiam frequentá-la livremente, em seu tempo de lazer pós aulas obrigatórias. Entre 1935 e 1943 São Paulo abriu 6 novos Parques Infantis e que funcionaram sob esse modelo. O modelo era o de uma Praça Pública cercada e com atividades orientadas, com ampla área livre. Uma rua. A rua tem (tinha) essa dimensão de se constituir em um espaço de convivência e aprendizado onde o controle social é mais flexível, mais distante dos olhares dos pais. O Parque Infantil era um

ponto de encontro e convivência para as crianças, um permanente “Recreio”.

Para interferir no lazer da criança, do jovem e do operário são criados em bairros pobres, os parques de recreio e jogos que eram “um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos” (FILIZZOLA, 2002, p.1).

Por determinações da prefeitura, os parques deveriam ser instalados nos arredores das escolas de bairros operários, onde havia uma enorme quantidade de filhos de imigrantes. Esses bairros se caracterizavam pela união de imigrantes em busca da manutenção da nacionalidade, da cultura e valores morais e sociais do seu povo, que resistiam aos padrões de vida e de trabalho impostos pela burguesia industrial. Suas reivindicações e resistências, segundo a autora, estão presentes nas publicações das imprensas operárias, que serviam como “instrumento de educação e conscientização” (ibidem, p.2).

... os dispositivos do Ato 767 de 09/01/1935, que trazem as atividades lúdicas, a solidariedade, a cooperação como premissas a serem contempladas nestes espaços. Ressalte-se que tal preocupação com estas características se fazia presente em atividades ao ar livre que, segundo as afirmações do referido ato, estreitariam o convívio de crianças de todas as classes sociais. Com isto temos a presença de uma preocupação com as diferenças tão mencionadas atualmente e que se tornam mais claras ainda no artigo 2º. Que acentua a construção destes Parques Infantis nas proximidades de escolas, casas, apartamentos e bairro operários, devendo ser estes os privilegiados (GOBBI, 2004, p.153).

Com a criação do Departamento de Cultura (DC), segundo Kuhlmann Jr. (2000), o Parque Infantil passa a ser regulamentado. Na gestão de Mário de Andrade, seu atendimento era diferenciado das demais instituições educacionais, pois sua proposta era receber crianças de 3 a 6 anos e também as de 7 a 12 (fora do horário escolar).

Filizzola (2002) buscou perceber de que forma e quais os interesses em organizar a educação, a assistência e a recreação das crianças filhas de operários, no período da expansão industrial e urbanização e das reformas educacionais. Destacou que a burguesia tentava intervir na vida dos trabalhadores imigrantes tanto dentro quanto

fora da fábrica. Aliada a ela estava a educação com bases racionalizadoras e idéias pautadas na educação da moral, saúde e trabalho disseminadas pela ABE (Associação Brasileira de Educação). Com isso pretendia-se eliminar os conflitos sociais, moralizar os costumes e adequar o trabalhador ao trabalho capitalista.

Julia (2001) explica que a instauração de uma educação pública obrigatória aliada a um projeto político que visa nacionalizar o cidadão, relega à educação o papel de “forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso” (p.23).

A criança, conforme Faria (2002) era vista como um objeto privilegiado da intervenção do governo para organização e transformação da realidade social existente. Mas, Mário de Andrade compreendia estes espaços, demonstrando não concordar incondicionalmente, como uma alternativa que restava àquelas crianças de terem acesso aos “bens culturais produzidos em escala mais universal, mesmo que fosse pela ‘generosidade’ dos governos” (p.129). Seu discurso educativo era pautado na necessidade de reorganizar os espaços públicos para o disciplinamento do tempo livre. Gobbi (2004) apresenta em seu trabalho um trecho de discurso feito por Mário de Andrade, ao programa de rádio “A Hora do Brasil”, em 1935:

Os grotões transformaram-se em jardins cortados ao meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos. Não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São Parques Infantís onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social (...) as tradições ressurgem e os costumes do passado. São crianças tartamudeando em torno de uma Nau Catarineta de vime, as melodias que seus pais esqueceram, e nos vieram de novo da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará (GOBBI, 2004, p.148).

Essa estrutura de ensino também foi desenvolvida em outras cidades brasileiras, podendo-se citar, como um exemplo importante devido à proximidade com a cidade de Jundiaí, os Parques Infantís de Campinas:

...o município de Campinas, assinalado pela expansão e renovação urbana, ao considerar sua função social - educar as crianças, na qual enfatiza os aspectos de guarda e cuidado, constroeu seu primeiro Parque Infantil, dando início à história das instituições públicas de educação infantil (Ramos, 2001, p.11).

Segundo Kuhlmann Jr. e Ramos (2001) para acompanhar as transformações que ocorriam em sua estrutura produtiva, urbana e populacional do município, já que no início dos anos 1940, Campinas ocupava o segundo lugar na produção manufatureira do Estado o que trazia um aumento no índice de implantação das indústrias na cidade, a

... antiga cidade cafeeicultora passa a ser pensada sob o aspecto funcional, dividida em quatro funções: habitação, recreação, trabalho e circulação. À função da recreação é associada a criação de jardins, playgrounds e centros comunitários (escolas) junto às habitações; e a utilização de sítios mais pitorescos, próximos à cidade, para amplas instalações de recreio (ibidem).

Para Abreu (2006) os Parques Infantis foram organizados em Campinas na tentativa de suprir as necessidades dos pequenos, buscando um espaço saudável, onde eles pudessem se desenvolver em todos os seus aspectos: afetivo, cognitivo, físico e social, sem perder de vista a necessidade existente entre as famílias de baixa renda que precisavam de um espaço seguro no qual suas crianças ficariam longe da violência. A compreensão destes problemas da infância e o reconhecimento legal dos direitos das crianças levaram as autoridades deste município a uma organização de espaços apropriados para as crianças, cujas famílias solicitavam o atendimento, principalmente aquelas oriundas das famílias de baixa renda.

Este contexto impulsionou o então Prefeito de Campinas Perseu Leite de Barros, a criar em 1940 o primeiro Parque Infantil, que era chefiado pela Professora D. Antonia Abdalla, e vinculado ao Serviço de Assistência Social Educacional, tendo por finalidade atender crianças de 04 a 12 anos.

O primeiro Parque Infantil de Campinas inaugurado em janeiro de 1940, denominado inicialmente como Parque Infantil do Cambuí (e que pela lei municipal no. 383 de 1950 recebeu a alcunha de Parque Infantil “Violeta Dória Lins”), localizava-se em um bairro de residências de alto padrão, situado na Praça Fluminense, mais conhecida como Jardim Público, hoje Centro de Convivência. De acordo com documentos analisados por Kuhlmann Jr. e Ramos (2001):

Os trabalhos do Parque Infantil, sob a proficiente orientação da professora Senhorinha Dulce Sampaio Coelho, coadjuvada, eficazmente, pela professora Senhorinha Célia Oliveira, dedicada

instrutora de educação física, entraram em ritmo normal, no ano findo, justificando o auxílio que a Prefeitura tem dispensado a tão útil organização. (...) Os bons resultados observados com o funcionamento do Parque Infantil animaram a Prefeitura a reservar, definitivamente, a praça Imprensa Fluminense para o referido parque, autorizando a construção de um pavilhão, que se fazia necessário, no canto das ruas Conceição e Antônio Cezarino (Campinas, 1942, p.5-42 apud KUHLMANN JR & RAMOS, 2001).

A estrutura física dos Parques Infantis de Campinas, segundo Faria (1999, apud Kuhlmann Jr. e Ramos, 2001), lembra os Parques de São Paulo, onde “os Parques Infantis foram construídos em grandes terrenos escolhidos entre os bairros operários. Eram grandes espaços abertos, com uma pequena edificação coberta”:

Seguindo as orientações dos Parques Infantis de São Paulo, educar a criança, recreando-a passa a ser também o principal objetivo dos Parques Infantis de Campinas, o qual podemos confirmar com os registros deixados no Livro de Visitas do Parque Infantil da Vila Industrial. Ali, o brincar organizado, de importância fundamental para a educação da criança em todos os seus aspectos: físico, moral, social e intelectual, aparece como objetivo “integralmente” alcançado. Campinas passa a se constituir como experiência modelar para outros Parques do interior de São Paulo e para futuras professoras... (KUHLMANN JR & RAMOS, 2001)

Faria (2002) apresenta que em 1974 a Prefeitura Municipal de São Paulo criou as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), que substituíram os Parques Infantis, eliminando por completo seus objetivos iniciais relacionados ao lúdico, aos jogos tradicionais, enfim “os objetivos que revelavam uma concepção de infância criadora e consumidora da cultura e não apenas como aluno, geralmente entendido como consumidor da cultura produzida por outros” (p.154).

Abreu (2006) nos informa que somente com a Lei 5.157, de 10/11/1981 por meio da qual é alterada a denominação dos Parques Infantis de Campinas para EMEIs, nas quais passariam a ser atendidas somente crianças até sete anos de idade. Outra mudança diz respeito à organização do trabalho pedagógico que substitui a vivência e a experiência pela sistematização do conhecimento.

Devido a sua proximidade com cidades mais desenvolvidas como São Paulo e Campinas, Jundiaí recebeu muitas influências em diversos setores, inclusive na educação. Este capítulo inicia a busca por essas influências, principalmente no que se

refere à preocupação quanto ao atendimento da criança pequena e a criação dos parques infantis destinados ao atendimento e educação da criança jundiaense.

2. A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO PARQUE INFANTIL DE JUNDIAÍ: PARQUE INFANTIL MANOEL ANÍBAL MARCONDES

Os Parques Infantis de Jundiaí tiveram início com a inauguração do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes em 14 de fevereiro de 1946, pelo Decreto n. 460, sancionado pelo Prefeito José Romeiro Pereira.

Manoel Aníbal Marcondes, que era farmacêutico e também prefeito da cidade de Jundiaí, foi o responsável pelo decreto de criação do Parque Infantil (1941), junto com a professora Judith Almeida Curado, que se tornou a primeira diretora e única diretora deste por 29 anos (1946 – 1975). Ele iniciou as obras para implantação em um praça rodeada por grandes figueiras o que permitiria aos parqueanos a realização de atividades em ambiente amplo em meio à natureza.

Grandes foram as preocupações com o local para a construção do primeiro Parque Infantil da cidade, já que o lugar deveria ser adequado para que as crianças pudessem desfrutar de um ambiente salutar e apropriado ao seu bom desenvolvimento. Especulava-se na época em construir este estabelecimento na Praça D. Pedro II, mas por estar rodeada por hospitais, um novo espaço teve que ser pensado para a construção. Foi escolhida então a Praça da Bandeira, o antigo Largo Santa Cruz, que por muitos anos servira como ponto de parada de tropeiros e bandeirantes que partiam em direção ao interior. Este espaço passou por vários processos de urbanização que consistiu desde a demolição da pequena Igreja Santa Cruz, construída em taipa de pilão, à implantação de grandes jardins, tornando possível perceber a interferência da construção de uma instituição educativa no contexto de urbanização e organização da cidade, e vice-versa.

A obra foi concluída no governo posterior, já que o Prefeito Manoel Aníbal Marcondes foi assassinado durante o seu mandato (18 de novembro de 1943). Devido à sua iniciativa, o Parque Infantil recebeu seu nome como forma de homenagem.

Quando criado em meio às figueiras da conhecida Praça da Bandeira, o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes contava com uma estrutura física que privilegiava à criança jundiaiense, um espaço onde poderia brincar, aprender e respirar ar puro. Neste Parque Infantil havia um prédio construído no centro da praça, que abrigava a cozinha, sala de diretoria, chuveiros masculinos e femininos, sala dos brinquedos, salão para festas, um museu interno e uma biblioteca com quase quinhentos livros²², e espaços utilizados para atividades manuais, horta, além de espaços ao ar livre para a prática de atividades físicas e brincadeiras.

Segundo o texto contido na publicação da “Monografia de Jundiaí” (1952), este parque viria a “preencher uma grande lacuna no setor de assistência à infância jundiaiense” (s.p.). De acordo ainda com a mesma publicação, a “grandiosidade da obra” poderia ser avaliada pelas atividades ali desenvolvidas, tais como: desenho e pintura, narração, biblioteca, dramatização, declamação, música, trabalhos manuais, ensinamentos rurais, jogos, bicicleta e educação física. O Parque Infantil “Manoel Aníbal Marcondes” tinha também uma piscina para prática da natação:

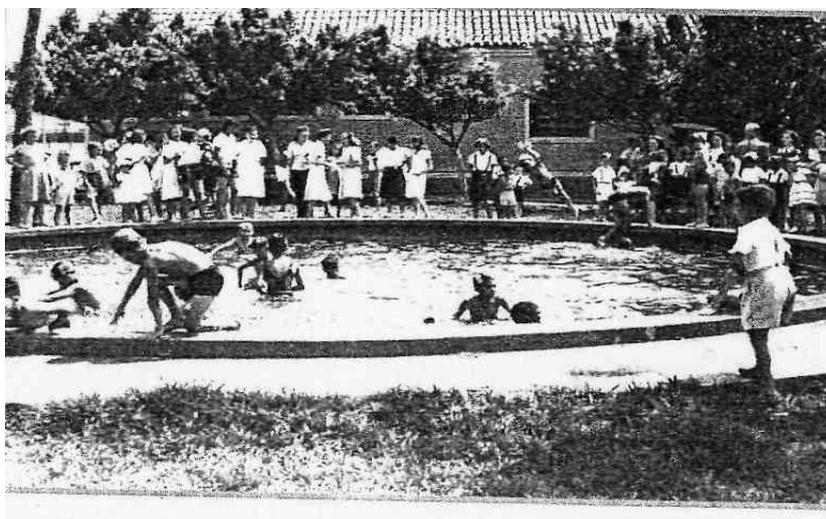


Figura 16: Piscina do Parque Manoel A. Marcondes – dec. 50/60. Fonte: JUNDIAÍ, Lugares, 1999

No dia de sua inauguração aconteceu uma cerimônia simples, sem discursos. De acordo com a revista comemorativa dos 40 anos da pré-escola jundiaiense, ao abrir os portões do Parque Infantil Aníbal Marcondes, o prefeito José Romeiro Pereira ficara

²² Revista dos 40 anos da pré-escola jundiaiense, p.6

emocionado com a quantidade de crianças que invadia as dependências para aproveitar todos os brinquedos. Disse o prefeito nesta data: “esta é uma obra que deverá dar a infância jundiaense toda a assistência cultural e física, proporcionando o máximo de distração e entretenimento” (Revista Comemorativa, 1986, p.4).



Figura 17: Inauguração do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes. In: Tudo começou assim... 40 anos depois, um processo significativo de mudança nas funções da pré-escola – revista comemorativa – 1986, p. 4.

De acordo com os indícios encontrados na imprensa local, o Parque Infantil “Manoel Aníbal Marcondes” atendia 350 crianças entre 3 e 12 anos, em dois períodos (das 8 h 30 às 10 h 30 e das 14 h 30 às 16 h 30), onde recebiam educação e tinham oportunidade de lazer, assim como eram oferecidas nos demais Parques Infantis de outras cidades, como podemos perceber nesta nota de anúncio do início do funcionamento deste Parque:

...de conformidade com o respectivo regulamento foi iniciada a matrícula das crianças a serem recebidas no Parque Infantil para freqüentar os exercícios de educação física a par das diversões que lhes serão proporcionadas em harmonia com que vem sendo realizado em outras localidades do Estado (O Jundiaense, 20 de fevereiro de 1946).

As crianças eram divididas em três grupos de acordo com a faixa etária: uma turma para os menores entre 3 e 6 anos, outra para os que tivessem entre 7 e 9 anos, e uma terceira para os que tivessem entre 10 e 13 anos.

No início, de acordo com fontes da imprensa periódica local, o Parque Infantil não era bem visto pela comunidade:

Bem ali no centro da Praça da Bandeira, em local apazível, situa-se uma instituição municipal que grandes serviços presta à infância desta cidade. Pena é que os poderes competentes não lhes possam da maior amparo, ampliando-lhes a finalidades e tornando-o conhecido junto aos pais através de educativa campanha. É lamentável também que inúmeros pais de família não vêem com bons olhos essa instituição oficial, que só proveito e vem estar físico e espiritual pode oferecer aos seus filhos (A Comarca – 18 de setembro de 1949).

Observou-se este fato ao manusear essas fontes de pesquisa, que havia a tentativa por parte do poder público, de utilizar o jornal como um veículo para a proliferação de ideais embutidos nas práticas dos Parques Infantis, de modo a garantir a aceitação da população quanto à instituição, obter reconhecimento de seus feitos, como pode-se observar, como um exemplo entre tantos outros, neste trecho da reportagem publicada pelo Diário de Jundiaí em 2 de junho de 1968:

texto: SILEN NAHAEL APALDO
fotos: PAULO CRISTINA

Parque Infantil: repositório de sorrisos e forja de caracteres

O que é um Parque Infantil? Muita gente pensa que se trata apenas de um lugar onde as crianças ficam simplesmente para darem sossego às mães. Desconhecem que ali elas brincam, divertem-se, aspirando ar puro e ganhando melhor saúde. Não sabem muitos que ali as crianças se iniciam no processo de alfabetização. Mais do que tudo isso, porém, aprendem a ter disciplina. A obedecer e a atender as ordens dos mais velhos. Um parque infantil requer uma organização experiente, uma equipe de professoras e funcionárias capacitadas e especializadas, proque convethamos, não e fácil lidar com criança. ESPORTES. PRÁTICA SÁDIA. Dentre as muitas coisas que as crianças fazem, destaca-se o esporte. Para os meninos a ordem á jo-

O que é um parque infantil? Muita gente pensa que se trata apenas de um lugar onde as crianças ficam simplesmente para darem sossego às mães. Desconhecem que ali elas brincam, divertem-se aspirando ar puro e ganhando melhor saúde. (...) Mais que tudo isso, porém, aprendem a ter disciplina. A obedecer e a atender a ordem dos mais velhos. Um parque infantil requer uma organização experiente, uma equipe de professoras e funcionárias capacitadas e especializadas,

porque convenhamos, não é fácil lidar com criança (DIÁRIO DE JUNDIAI, 2/06/1968)

Na mesma época, foi publicada uma notícia (sem registro de fonte e data), assinada por Gracita de Miranda ²³, - e que foi arquivada pela direção do Parque Infantil Aníbal Marcondes junto às suas recordações -, que buscava esclarecer à sociedade as benesses da instituição:

Todo aquele que se interessa pelo bem estar da criança paulista e especialmente da criança proletária em nosso Estado, deve procurar conhecer de perto o que são os parques infantis (...) O parque não é uma escola. É uma instituição que educa pela recreação. É um recanto agradável em que os pequenos encontram ocasião de brincar, respirando o ar puro que lhes é tão necessário, onde recebem das educadoras ao lado da leitura e livros das bibliotecas especialmente elaborada para eles, todo o cuidado e o atendimento e onde o médico e o dentista os tratam com eficiência e carinho.

De acordo com a entrevista dada pela ex-diretora Judith Curado ao editorial da Revista Comemorativa dos 40 anos da pré-escola jundiaiense, “as crianças no Parque eram livres para conversar e fazer o que quisessem”. E completa ela dizendo que isto permitia que as vocações dos alunos surgissem naturalmente. Reclama também que ainda hoje (mesmo sendo editado em 1986, torna o texto um tanto atual) os Parques Infantis seriam totalmente viáveis, já que muitas crianças vivem em espaços restritos por morarem em apartamentos.

Segundo o depoimento oral de Cássia de Fátima Alves, ex-aluna do Parque Infantil, hoje professora da rede municipal de ensino, o Parque Infantil é uma gostosa lembrança. Quando lhe foi perguntado sobre a rotina do Parque Infantil ela relatou que:

... eu me lembro de cantar, que nos chegávamos e cantávamos... era um salão grande, na verdade era um salão onde era a antiga rodoviária, o prédio que foi conservado, aquele prédio mais antigo. Então, eu me lembro que era um salão bem grande, e que não tinha sala de aula, eram mesinhas no próprio salão, e que tinha um palco,

²³ Gracita Miranda era correspondente do jornal Estado de São Paulo e também funcionária da prefeitura contratada como educadora musical do Parque Infantil da Barra Funda (São Paulo) – informação obtida nos boletins internos dos Parques Infantis.

então nós cantávamos e depois tinham as atividades de folha, de trabalho com a alfabetização.

Quando Cássia de Fátima frequentou o Parque Infantil, por volta de 1967, a piscina já havia sido aterrada e as crianças tinham apenas um tanque de areia para brincar. Ela se recorda das brincadeiras que fazia naquele tempo, e das professoras integradas às atividades das crianças:

...na minha época não tinha mais piscina, eu acho que nesta época já tinham desativado a piscina, era só um cimentão e a gente sabia que ali já tinha tido uma piscina, na verdade a gente só tinha o tanque de areia, que era onde a gente brincava mais. (...) e lembro de brincar com barro, era um barro diferente, nós fazíamos bolinhas e ia alisando e molhando aquela bolinha e depois punha areia seca, clarinha, e aí ficava arrumando para brincar de casinha. Isso eu me lembro bem, e daquele tanque e das professoras todas sentadas com a gente fazendo isso, e acho que isso foi o que me marcou mais, de fazer teatro e cantar.

Figuras marcantes na vida de Cássia de Fátima, foram as professoras e a diretora D. Judith. Em seu relato oral ela explica que:

Eu me lembro da D. Maria da Glória Pontes de Toledo, eu me lembro bastante, da D. Judith, que era a diretora, eu me lembro do jeitinho dela sempre sorridente, mas todo mundo morria de medo dela, ela era uma pessoa sorridente, mas na hora que ela chegava...a gente tinha muito respeito. E tinha uma professora loira, alta,...eu tô vendo ela na minha frente, mas não lembro o nome... mas a minha prof. era a Maria da Glória. A D. Vera Brenna, trabalhou no parquinho e acho que também foi minha professora e depois trabalhamos juntas na rede e eu me lembro da gente conversar e ela se lembrar de mim, de quando eu ia ao parquinho.

Cássia de Fátima permaneceu no Parque até os 7 anos quando foi para a primeira série, passando estudar num colégio particular próximo, que abrigava também salas da prefeitura.

Mais tarde, na década de 1970, o Parque Infantil foi removido de lugar, para ceder espaço à construção da Rodoviária de Jundiaí. As frondosas árvores foram cortadas, a piscina deixou de existir para que fossem alocadas as baias para parada de

ônibus. “sobraram apenas os flamboyants plantados por Judith e seus alunos e algumas figueiras que já existiam...” (Tudo começou assim...Revista comemorativa, 1986, p.5).

O Parque Infantil foi transferido provisoriamente para o Parque da Festa da Uva, voltando posteriormente para um prédio no entorno da Praça da Bandeira, hoje incrustado nos prédios modernos e comerciais da região.

Por mais de vinte anos este promoveu sozinho o projeto dos parques de recreação na cidade, pois de acordo com a Legislação Educacional do Governo Estadual (volume 3, s.d) a Portaria no. 695 de 23 de novembro de 1967 criada pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura resolve que:

Artigo 1º - Os parques de recreação ou infanto-juvenis financiado por verba do Orçamento Geral da União, só serão concedidos a entidades públicas mediante convênio com a Divisão de Educação Física.(...)

Artigo 2º - A concessão de parque de recreação obedecerá aos seguintes critérios, enumerados em ordem de prioridade:

I- Em cada município não poderá ser instalado, em primeira fase mais de um parque; (...)

VI - Considerar-se-ão as condições da entidade, em pessoal e material para policiamento, conservação e funcionamento do parque.

Segundo a Revista Comemorativa dos 40 anos da educação pré-escolar em Jundiaí (1986),

...a cidade teria que esperar ainda 23 anos para ver outra inauguração de Parque Infantil: somente em 1969 entraria em funcionamento o segundo parque infantil de Jundiaí, o Ramiro de Araújo. Ainda na década de 60, Jundiaí ganharia mais dois parques infantis. Este número subiria para sete, durante os anos setenta... (Revista comemorativa dos 40 anos da pré-escola jundiaiense, p. 4)

3. TRINTA ANOS DEPOIS... A INAUGURAÇÃO DA ESCOLA-PARQUE LUIZ BÁRBARO

Outros parques infantis também foram identificados e citados em reportagens da imprensa local. Na década de 1970, constavam na cidade o Parque Infantil “Dr. Ramiro

de Araújo Filho” (bairro do Vianelo), a Escola-Parque “Professora Leonita F. Ladeira” (na Vila Cristo Redentor), a Escola-Parque “Haydée Dumangin Mojola” (Vila Hortolândia) e a Escola-Parque “Luiz Bárbaro” (Ponte São João).



Figura 18: Escola-Parque Luiz Bárbaro – acervo particular

Devido à boa receptividade por parte da atual direção da unidade, e à existência de uma material histórico organizado, a Escola Parque Luiz Bárbaro foi escolhida como objeto para esta pesquisa.

A Escola-Parque Luiz Bárbaro foi inaugurada em 1971, quase trinta anos após a fundação do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes. Localizada próxima à Vila Graff (Ponte São João), onde se localizavam as fábricas de cerâmicas, ela teve como patrono um imigrante italiano de destaque para a comunidade, uma figura bastante conhecida no bairro.

Luiz Bárbaro foi um imigrante italiano que chegou à Jundiaí ainda muito jovem. Ainda muito novo conseguiu emprego em uma olaria e, depois de juntar dinheiro suficiente tornou-se proprietário de sua própria olaria. Após alguns anos ele inaugurou uma cerâmica que recebeu o nome de “Fábrica de Louças Luiz Bárbaro”. Segundo o Jornal da Cidade publicado em 21 de agosto de 1994:

... sendo um dos poucos alfabetizados na época, na Ponte São João, Luiz Bárbaro era sempre o portador de todas as notícias que ali chegavam através de carta ou de jornal. Os moradores do bairro se reuniam a sua volta e, em silêncio, ouviam as notícias que por ele eram lidas...(JORNAL DA CIDADE, 21/08/1994).

Em sua ata de abertura, datada de 23 de maio de 1971, encontra-se em letras grandes e desenhadas pela supervisora Janete Ferreira Prado, a seguinte frase: “Do monumento em que as nações se irmanam a escola é o pedestal” (Rezendo Moniz). Neste dia de inauguração estiveram presentes algumas autoridades civis, militares e eclesiásticas.



Figura 19: Hasteamento das bandeiras- inauguração da Escola-Parque Luiz Bárbaro – acervo particular

Após o hasteamento da bandeira feito pelo Major Jaime Brito, discursaram o Prefeito Walmor Barbosa Martins, a Diretora de Educação Maria de Lourdes Torres Potenza e Oswaldo Bárbaro, filho de Luiz Bárbaro e representante da família homenageada. Foram inaugurados também os brinquedos que haviam sido doados para a recreação dos parqueanos pelas Indústrias Francisco Pozani, uma das maiores fábricas de cerâmica da cidade, também vizinha à Escola- Parque.

Numa das notas publicadas na época sobre a inauguração da Escola Parque, dizia-se:

Quem ainda não viu a Escola Parque “Luiz Bárbaro” recentemente inaugurada no Bairro da Ponte São João, que trate de visitá-la. Realmente aquilo faz bem aos olhos. Foi projetada com carinho especial, construída com capricho esmerado e entregue debaixo do aplauso do povo... (sem data).

A Escola-Parque Luiz Bárbaro recebeu no início de seu funcionamento 40 crianças filhas de moradores dos arredores e depois receberia outras mais transferidas de outros bairros distantes ou até cidades vizinhas, cujos pais trabalhavam nas cerâmicas do bairro, totalizando 137 matrículas ao todo.

Quando criada a Escola-Parque Luiz Bárbaro, também tinha uma piscina rasa para a prática da natação. Assim como os demais Parques Infantis, tinha um grande gramado rodeado por algumas árvores, um playground, como pode-se observar nesta foto:

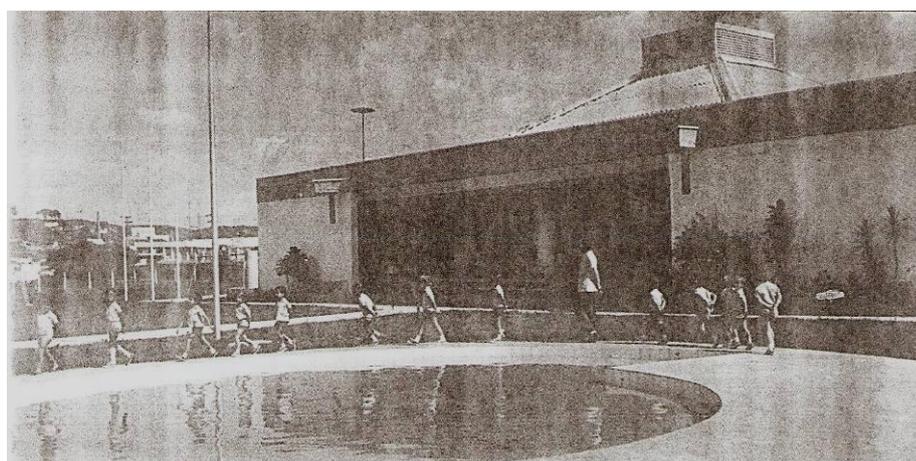


Figura 21: Piscina da Escola Parque Luiz Bárbaro. Acervo Pessoal, 1973

Em uma notícia de jornal (sem referência), publicada em 1972, era descrita a estrutura física da Escola Parque Luiz Bárbaro:

... a Escola-Parque é moderna, funcional e dotada de todos os recursos para a moderna pedagogia. A quadra esportiva, a piscina, o parquinho, o banco de areia, a merenda, o palco para as representações, o salão de festas, tudo construído com apuro graças a um magnífico projeto de autoria do arquiteto jundiائيense Araken Martinho²⁴.

²⁴ Arquiteto responsável pela construção de outros prédios/monumentos da cidade, entre eles Paço Municipal e a sede da DAE (In: <http://www.iabjundiai.org.br/pages/artigos/05082007.htm>, disponível em 18/10/2008)

Funcionava anexo à Escola-Parque uma sala de pré-primário, na qual era mais evidenciado o trabalho de pré-alfabetização. Como se pode observar nas fotos, não havia presença de alunos maiores de sete anos, como visto anteriormente no Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes. Pertencia a esta escola, assim como também afirma a reportagem, um grande palco para a realização de atividades culturais e apresentações folclóricas tão comuns e pertencentes ao plano pedagógico dos Parques Infantis:



Figura 22: Alunos dançando em festa de final de ano – 1975.

Fonte: Arquivo Pessoal

Com o passar dos anos o prédio da Escola Parque foi ampliado, a piscina infantil foi aterrada, e, foram construídas mais algumas salas para aumentar a quantidade de crianças atendidas.

Atualmente o prédio abriga a EMEI Luiz Bárbaro que atende às crianças da educação infantil entre 3 e 6 anos.

Pode-se observar que Jundiaí também organizava seu quadro de funcionários da mesma forma que os Parques Infantis da capital, só que em quantidade um pouco mais reduzida. De acordo com a Revista Comemorativa dos 40 anos da pré-escola jundiaense (1986), havia no Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes no ano de sua inauguração apenas três professoras, uma diretora, uma auxiliar, uma servente e um zelador:

O primeiro quadro de funcionários, além de ter dona Judith na direção tinha a seguinte composição: professora de educação infantil: Jandyra Miranda Duarte; professora de Educação Física: Cecília Fortarel Barbosa; professora de Educação Recreativa: Maria Amélia Camargo; auxiliar: Diva de Marco Vicente; servente: Maria José dos Santos e o zelador era Ricardo Passati. Com o parque sendo desdobrado em dois períodos recebeu o reforço das professoras Marily Santos Siqueira, Maria Antonieta Meirelles Pichi, Vera Brenna, Maria Aparecida de Jesus, Maria da Glória Pontes de Toledo e Maria Cândida Jacomelli. (Revista Comemorativa dos 40 anos da pré-escola jundiense, 1986, p.6)

O quadro de funcionários dos Parques Infantis de São Paulo era composto por um administrador, um médico, dois instrutores e vigilantes. A assistência dentária seria instituída pelo Prefeito, se julgasse necessária. Nos Parques Infantis, segundo Faria (1999), boa parte de sua programação e tempo com as crianças era organizado para oferecer assistência médica, alimentar e odontológica.

Segundo o regimento interno dos Parques Infantis Paulistanos, por meio do Ato nº 1.146 de 04 de Julho de 1936, as funções das instrutoras foram divididas em duas novas funções: a de instrutora e de educadora sanitária.

O art. 206º, do mesmo Ato, esclarecia que competia aos educadores sanitários as funções, entre outras, de: formar a consciência sanitária das crianças inculcando-lhes hábitos higiênicos; praticar serviços de enfermagem, vacinações, injeções intramusculares, pequenas cirurgias de emergência; organizar e praticar o serviço de visitas domiciliares aos responsáveis pelas crianças, conhecimentos de higiene, profilaxia e cozinha dietética; organizar, regulamentar e fiscalizar o serviço de alimentação nos Parques das crianças desnutridas (60% das crianças parqueanas eram desnutridas, segundo números apresentados pela autora).

Já as instrutoras seriam as pessoas responsáveis pelo contato direto com as crianças, embora poucas fossem suas atribuições verdadeiramente relacionadas à aprendizagem e educação dos pequenos, como explicou Faria (2002) ao observar a lista de atribuições funcionais da instrutora. Suas atribuições eram, de acordo com o mesmo regimento citado acima: zelar pela conservação dos parques, seus abrigos e aparelhos; providenciar o reparo de aparelhos que, por falta de resistência ou outro qualquer defeito, não ofereçam segurança; providenciar para que os tanques de brincar sejam constantemente alimentados com água corrente e renovada a areia dos tableiros; atrair

as crianças para os brinquedos próprios à sua idade, desviando-as de todos aqueles que sejam contra-indicados; orientar as atividades recreativas da criança, velando por ela, sem lhe perturbar ou ameaçar a liberdade e a espontaneidade no brinquedo; auxiliar na distribuição do leite, merendas, etc.; ensinar a prática de jogos infantis, participando das atividades lúdicas e recreativas; propagar a prática dos brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem dia-a-dia a perder; promover a prática de jogos, que pela experiência universal, forem dignos de incorporação do patrimônio dos inspirados nas tradições nacionais; aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo interesse das crianças para lhes ministrar educação física.

Desde a criação do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, em Jundiaí, as professoras e diretoras eram nomeadas pela autoridade municipal. As profissionais para ocupar os cargos de supervisoras dos Parques Infantis eram escolhidas, em cargos de comissão, pela livre vontade do prefeito, o que pode ser observado nesta nota da imprensa local publicada em 1971, sobre a nomeação das supervisoras para os novos parques infantis:

PARQUES INFANTIS JÁ TEM SUPERVISORAS

Conforme havia prometido durante reunião realizada terça-feira à noite no Instituto de Educação, com as professoras municipais, o prefeito Íbis Pereira Mauro da Cruz assinou portarias nomeando as professoras Sarah Rodrigues Negro, Thereza de Jesus Duarte Rafael, Janet Ferreira Prado e Maria Alice Angelini Palhares para, em comissão, exercerem os cargos de supervisoras dos parques infantis e escolas-parques “Haydée D. Mojola”, “Dr. Ramiro de Araújo Filho”, “Luiz Bárbaro” e Leonita F. Ladeira”, respectivamente (jornal não identificado, arquivo particular).

É também possível observar nos relatos trazidos pela imprensa local que as profissionais escolhidas eram pessoas em destaque no cenário político e social da cidade, como no caso de Judith Almeida Curado, primeira supervisora do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes:

Neta do capitão Curado, da Guarda Nacional e do médico Manoel Almeida, ambos nomes de ruas da cidade, dona Judith foi indicada para o cargo de diretora pelo então prefeito Aníbal Marcondes, idealizador do parque e que não pode ver sua realização pois foi assassinado anos antes por problemas políticos: “Vou construir um parque para você”, avisava sempre Aníbal Marcondes para Judith, que

antes de assumir o cargo fez dois anos de estágio no Departamento de Educação Física e Esportes do Estado... (Revista comemorativa, 1986, p.5).

Para também nas reportagens o desejo de tornar a profissional indicada pelo poder público municipal, aceita pela comunidade em questão ao serem destacados aspectos relativos ao comportamento e especialização dos mesmos. No ato da indicação da supervisora Janete da Escola Parque Luiz Bárbaro, torna-se visível o interesse em valorizar seus dotes maternais e a preocupação com o bem-estar da infância, nas várias notas que foram publicadas pelos jornais locais:

ELA ADORA JUNDIAÍ E AMA AS CRIANÇAS

Ela é solteira, mas age como uma mãe. Tem 15 anos de magistério e ama as crianças. Adora Jundiaí e o seu bairro de nascença: a Ponte São João. A profa. Janete Ferreira Prado tem um plano de ação para aplicar na Escola Parque “Luiz Bárbaro” para a qual vai ser nomeada pela Prefeitura municipal (...) Janete foi por diversas vezes membro e orientadora de festas populares de Jundiaí, principalmente na Festa Regional da criança (sem fonte, arquivo pessoal).



Figura 23: Janete, a supervisora escolhida

fonte: Arquivo pessoal, 1971

Segundo Pavan (2003) a visão de uma professora com feições maternas era decorrente de um processo de feminilização da profissão do magistério, que ocorreu no início do século XX, destacava na mulher as qualidades necessárias para o exercício da função, enquanto que reservava ao homem as funções de controle na direção escolar:

Nessa divisão de território masculino e feminino, os rótulos adotados para as mulheres pareciam ter sido colados pela natureza que as teria dotado da capacidade de socializar as crianças, como parte de suas funções maternas (PAVAN, 2003, p.134).

Assim como eram escolhidas, sua atividade profissional também sofria interferências e a supervisão da DEAG (Diretoria de Ensino e Assuntos Gerais). O corpo docente recebia capacitação em diversas áreas referentes ao trabalho dos parques infantis, tais como pedagogia montessoriana, curso de recreação, seminários de estudos.

Em 1971, na Escola Parque Luiz Bárbaro, ocorreu um curso técnico de aperfeiçoamento em técnicas pedagógicas, uma parceria entre o SESI e a Diretoria de Educação e Cultura. Neste curso participaram 45 professoras municipais e 2 do quadro estadual. Foram apresentadas as idéias e aplicações da linha de Montessori (Montessori-Lubienska).

A pedagogia de Montessori insere-se no movimento das Escolas Novas, uma oposição aos métodos tradicionais que não respeitavam as necessidades e os mecanismos evolutivos do desenvolvimento da criança. Ocupa um papel de destaque neste movimento pelas novas técnicas que apresentou para os jardins de infância e para as primeiras séries do ensino formal (In: Montessori. Disponível em <http://www.centrorefeducacional.pro.br/montesso.html>, em 7/9/2008).

A pedagogia montessoriana, criada por Maria Montessori para trabalhar com crianças anormais na clínica da universidade, e que posteriormente dedicou-se a experimentá-lo com crianças sem problemas, relaciona-se a normatização (consiste em harmonizar a interação de forças corporais e espirituais, corpo, inteligência e vontade).

De acordo com Maran (1977), Montessori partiu do princípio de que: "...a criança é capaz de aprender naturalmente. Era necessário dar a ela um ambiente

adequado, rico de experiências. Um ambiente onde a criança pudesse, sem a intervenção inadequada do adulto, mergulhar em atividades e descobertas pessoais” (p.12).

A metodologia montessoriana tem por objetivo a educação da vontade e da atenção, a atividade, a individualidade e a liberdade, enfatizando os aspectos biológicos, pois, considerando que a vida é desenvolvimento, achava que era função de educação favorecer esse desenvolvimento, no qual a criança tem liberdade de escolher o material a ser utilizado, além de proporcionar a cooperação. Estes materiais se constituem de peças sólidas de diversos tamanhos e formas: caixas para abrir, fechar e encaixar; botões para abotoar; série de cores, de tamanhos, de formas e espessuras diferentes. Coleções de superfícies de diferentes texturas e campainhas com diferentes sons. De acordo com Silva e Rosa (2001),

para a realização de sua proposta, Montessori criou as Casa dei Bambini, onde atendia crianças pobres e cujo ambiente físico era adaptado ao tamanho e à necessidade das crianças; criou também uma série de materiais para desenvolver as sensações, as percepções e o intelecto (SILVA & ROSA, 2001, p.237-238).

Maran (1977) explica que este método tornou-se mais abrangente com as idéias de Helena Lubienska de Lenval, uma discípula de Montessori. Para Lubienska a educação englobava a teoria, a prática e a metafísica. Ela inspirou-se nos princípios filosóficos e pedagógicos montessorianos e empresta dois elementos dessa teoria: a linha e a lição do silêncio:

Lubienska de Lenval enfatizou de forma peculiar o valor do silêncio e o sentido de Deus na educação das crianças. (...) A educação não deve parar no corpo e na inteligência. Cuidar do corpo e da inteligência e negligenciar o espírito, é estabelecer uma ruptura na unidade vital da criança (MARAN, 1977, p.89).

Este método, que já era utilizado pelas APAEs, foi apresentado para as professoras como uma técnica eficaz para a aprendizagem dos alunos. As técnicas montessorianas foram apresentadas pela professora Amélia Autran (SESI).



Figura 24: Curso de método montessoriano,
Sem identificação de autoria – arquivo pessoal

Deve-se observar na foto que além dos diversos materiais expostos, há um círculo pintado no chão da sala de aula que estava sendo utilizada neste curso. De acordo com Silva & Rosa (2001), segundo a metodologia de ensino montessoriana, este círculo servia como delimitação espacial e nele eram feitas diversas atividades como a roda de conversa, a leitura de uma história, a apresentação de um novo objeto para descrição, atividades motoras (andar, caminhar, saltar) e conversas informais. Para Montessori, segundo Silva & Rosa (2001), todo o espaço deveria ser preparado para permitir a livre movimentação da criança e para estimulá-la durante a aprendizagem. Para tal utiliza-se mobiliário adaptado ao tamanho da criança, cabides para a colocação do material, e diversos materiais concretos e coloridos. Em uma reportagem (sem referência de autoria) publicada em 1971, sobre o curso de capacitação um resumo das idéias foram apresentadas neste trecho:

O método consiste em fazer a criança observar no círculo traçado no chão, o senso de equilíbrio e obediência. Com material tipo brinquedo, alfabeto em lixa, cubos coloridos, etc. a criança se diverte e procura dentro do seu grupo a distração, não gritando e agindo com moderação até no falar. O aluno adquire maior sociabilidade e

confiança em si, além de permitir à professora tranquilidade e melhor controle das aulas (sem referencia - Arquivo pessoal).

Também foram encontradas informações sobre um curso de recreação comunitária ocorrido no ano de 1971, destinado às professoras municipais, cujo treinamento fora promovido pelo SESC (Serviço Social do Comércio) objetivava a atualização das professoras sobre as “modernas” técnicas de recreação:

O treinamento será ministrado pelos orientadores sociais do SESC, sob forma de dinâmica em grupo, e contará sempre de uma parte prática acompanhando a teórica, além da projeção de “slides”. Os temas abordados serão: a) recreação, o que é?; b) recreação infantil; c) jogos; d) o desenvolvimento da comunidade e comportamento baseado no lazer; e) planejamento das atividades em função do desenvolvimento dos recreando; f) manhãs de recreio; g) sugestões para o planejamento e execução de uma manhã de recreio (arquivo pessoal).

As professoras faziam relatórios mensais de suas atividades ao Departamento de Educação Física e Esportes do Estado e as programações eram desenvolvidas sempre de acordo com a idade dos alunos,

...mensalmente, cada professora, inclusive a diretora, apresenta relatório circunstanciado indicando as atividades das crianças, tais como: desenho e pintura, narração, dramatização, declamação, educação musical, rodas, trabalhos manuais, atividades rurais, jogos, biblioteca e educação física (JORNAL A COMARCA, 18/9/1949).

4. EDUCAR, ASSISTIR E RECREAR: AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E A PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DA CRIANÇA NOS PARQUES INFANTIS DE JUNDIAÍ

De acordo com Faria (2002) os parques infantis eram “uma instituição planejada para arrancar a cultura dos grupos privilegiados e transformá-la em fator de humanização da maioria” (p.122). Neste espaço produziam cultura e também conviviam com a diversidade da cultura nacional, obedecendo ao tríplice objetivo: educar, assistir e recrear.

Diferente das demais formas escolares já existentes naquele período, como as escolas e pré-escolas, os Parques Infantis agiam de maneira a garantir os direitos atribuídos à infância, tais como o direito a brincar, de não trabalhar, de livre-expressão, conseguidos por meio da promoção do exercício lúdico, artístico e do imaginário, entre outras experiências como o jogo em espaço aberto, piscina, educação física e preocupações com os hábitos de higiene e saúde.

Essa instituição tinha como finalidade:

desenvolver física, social e intelectualmente as crianças através da prática de jogos, torneios, visitas a bibliotecas e confecção de jornais. Estes processos educativos possuíam estreita relação com a finalidade recreativa dos Parques Infantis, que era desenvolvida por meio da música, do teatro, do coral e de atividades manuais. As instrutoras dos Parques Infantis, além de organizar estas atividades, também deveriam saber tirar as necessárias lições de morais de contos, lendas e fábulas (FILIZZOLA, 2002, p.5).

Enquanto as crianças estavam no parque, não estavam trabalhando, estavam conhecendo várias manifestações da cultura brasileira, estavam expressando-se das mais variadas maneiras, convivendo com a natureza e com pessoas de idade e origem étnica e cultural diversificadas.

Nos Parques Infantis de Jundiaí, a educação se mostrava presente nas diferentes atividades desenvolvidas, fossem elas ligadas à alfabetização, ou à transmissão da cultura por meio de cantigas do orfeão, pela preocupação com a saúde, com a formação cívica e moral da criança, ou seja em toda a organização do currículo da instituição.

Diferentes épocas, tempos e espaços são responsáveis por produzir diferentes discursos pedagógicos e políticos. Por isso, é muito importante analisar criticamente a proposta curricular de uma instituição escolar, assim como as visões de mundo e de Homem que nela estão contidas.

Segundo GHEDIN (et alli, s.d) não há currículo neutro, pois ele sempre está comprometido com as idéias de mundo e concepções daqueles que detém o poder. Além disso, o currículo escolar é também responsável pela transmissão de valores, normas e comportamentos, através do “currículo oculto”. CORTELLA (2004) explica que um dos produtos da cultura são os valores por nós criados de modo a servir para estruturar e estabelecer um sentido para a vida:

Os valores que criamos produzem uma moldura em nossa existência individual e coletiva, de modo a podermos enquadrar nossos atos e pensamentos, situando-os em uma visão de mundo (uma compreensão da realidade) que informe (dê forma) os nossos conhecimentos e conceitos (nossos entendimentos) (ibidem, p.46).

O currículo escolar seria para Eugênio (2006) “a vivência de experiências sistematicamente planejadas, visando ao ensino e à aprendizagem de elementos culturais selecionados e institucionalmente tidos como relevantes para que as pessoas se tornem algo que essas experiências planejadas objetivam”. Nesse sentido, a instituição educativa tem uma cultura, tem uma vida, tem uma identidade e oferece condições para certas experiências. Entretanto, ainda que as experiências vivenciadas na escola tenham as suas próprias características, elas não podem estar desvinculadas das outras situações socioculturais vivenciadas pelos alunos, que também possibilitam diversas experiências.

Diante de tudo que foi apontado, não é possível falar de educação sem integrá-la à questão cultural, porque a educação é resultado das práticas culturais dos grupos sociais aos quais estamos inseridos. O próprio processo de ensinar e aprender revela essas práticas, confrontos, trocas, negações e reafirmações de culturas que se interpõem o tempo todo no convívio da sala de aula.

A cultura para Williams (1992) é um sistema de significações utilizadas entre seres vivos para se comunicarem. Ela se constituiria por meio de um processo profundamente social que envolvesse uma série de relacionamentos complexos entre a ideologia e o processo institucional. Denuncia que podemos estudar a organização

social da cultura por meio de suas instituições e suas relações de produção e reprodução cultural.

Williams (1992) evidencia que as idéias e conceitos são produzidos e reproduzidos dentro da estrutura social por meio de instituições modeladoras, relações sociais expressas, organizações religiosas e pelo trabalho:

...assim, a organização social da cultura, como um sistema de significações realizado, está embutido em uma série completa de atividades, relações e instituições, das quais apenas algumas são manifestações 'culturais' (WILLIAMS, 1992, p.208).

Os produtores culturais são selecionados historicamente para que a cultura se mantenha, e, segundo o autor acima citado, é neste contexto em que são criadas instituições que servem para a orientação e a transformação do processo de organização social.

Para Chervel (apud Pavan, 2003, p.70), “a escola fornece à sociedade uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais que explicitam sua finalidade educativa e os resultados efetivos da ação da escola que, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade”. Já a finalidade da escola, de acordo com Julia (apud Pavan, 2003), estaria relacionada com a incorporação de comportamentos por meio da transmissão de saberes pré-definidos e organizados no currículo escolar:

um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)(JULIA apud PAVAN, 2003, p.71).

Pavan (2003) ainda explica que:

...tanto para o desenvolvimento efetivo do currículo como para as práticas escolares cotidianas, a organização dos alunos e dos professores e outros elementos que tentam compreender a introdução das gerações mais novas num sistema de valores dominantes da sociedade (PAVAN, 2003, p.70).

Um ano após a inauguração da Escola Parque Luiz Bárbaro, foi publicada a seguinte reportagem: “esta Escola Parque é um modelo de trabalho”. Ao referir-se ao vasto currículo e às diversas atividades desenvolvidas no trabalho educativo da Escola-

Parque, a reportagem demonstra a grande preocupação com a educação da criança em seus vários aspectos :

Há apenas um ano a prefeitura inaugurava nos baixos do viaduto da Ponte São João, onde havia um casarão habitado por marginais e decaídas, uma moderna Escola-Parque destinada a atender a infância de Jundiaí. E como homenagem a um dos mais atuantes cidadãos da comunidade, foi dado o nome do saudoso Luis Bárbaro ao prédio construído pela Construtora Rossell e administração Walmor Barbosa Martins (...) a Escola-parque mantém as seguintes atividades: Matemática, Língua Pátria, Estudos Sociais, Ciências, Moral e Cívica, Higiene e Urbanidade, Educação Física, Religião, Dança, declamação, canto, rodas cantadas, bandinha, dramatização, discoteca, teatro, cineminha, estórias, preleções, coleção, excursão, museu, pintura, desenho, modelagem, dobradura, cartonagem, alinhavo, tecelagem, flanelogravura, jogos, competições, brinquedos, projeção de slides, Parque Infantil, natação, material montessoriano e tanque de areia. (1972, sem fonte, arquivo pessoal)

Segundo Faria (1999) o folclore era o norteador das atividades dos Parques Infantis, ao lado dos jogos e brincadeiras. As diferentes manifestações artísticas compunham as atividades principais do Parque Infantil, fazendo com que as crianças participassem do projeto de construção da cultura nacional: “Mário de Andrade acreditava que a criança não só aprende e consome a cultura do seu tempo, como também produz cultura, seja a cultura infantil de sua classe, seja reconstruindo a cultura à qual tem acesso” (ibidem, s.p.).

Nos parques infantis, assim como vimos nas instituições tratadas no capítulo anterior, as festas em comemoração ao Dia das Mães, Semana da Criança, Festa Junina e Festas de Natal estavam sempre carregadas de manifestações culturais de diversas regiões que eram representadas ou apresentadas pelas próprias crianças. Assim como nos demais Parques Infantis da Capital, a utilização de cantigas folclóricas e de poesias regionais também estavam presentes nestas atividades. Em diversas situações e em diferentes períodos históricos, são citadas as apresentações culturais, tais como: conga da roça e sólido português (1948), bailado, dança suíça e polca alemã (1962) e xotes (1971).

Encontramos a citação de uma apresentação em comemoração ao Dia das Mães feita no Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes na década de 1960, que repetidamente se encontra em uma comemoração na Escola Parque Luiz Bárbaro em 1975, chamada “Um bolo para a Mamãe”. Esta trazia o diálogo rimado entre as

crianças que representavam e dançavam em torno de uma grande forma. As crianças simbolizavam os ingredientes da receita que no final se transformava em um bolo com um coração escrito “mamãe”:



Figura 25: “Um bolo para Mamãe” Fonte: arquivo particular (1975)

(Farinha) – Sou branquinha e peneirada
Para o bolo da mãezinha
Aqui estou oh! Meninada
(crianças) – Você tem mãe D. Farinha?
(Farinha) – Tenho sim, é a D. Espiga de Trigo.
(Açúcar) – Sou toda doçura
Junto com a farinha
Entro na mistura
Do bolo da mãezinha.
(crianças) – Você tem mãe Senhora Açúcar
(Açúcar) – É a Dona Cana-de-açúcar.

Nestas festas a participação da família era sempre evidenciada nas reportagens dos jornais locais, já que como discutido o capítulo anterior as festas tinham também a função de a escola se fazer ver pela comunidade, apresentando seus ideais. Faria (1999) explica que era de praxe a participação da família nas festas dos Parques Infantis paulistanos, e explica que a participação da família ia mais além, já que ela também era portadora de uma cultura:

...no entanto, a família estava sempre presente, não apenas nas festas, mas como portadora de uma cultura, integrando a diversidade cultural do país. Dessa maneira, os Parques Infantis já era um espaço educativo complementar (e não substituto) à família e também à escola (FARIA, 1999, s.p.).

Encontram-se também comentários sobre a premiação de mães com maior número de filhos, fato que também era comum nos parques da capital: “a mãe símbolo, D. Olívia Correa Pinto, recebeu uma homenagem de sua filha caçula. Ela tem 6 filhos matriculados no Parque”, comentava o Jornal da Cidade sobre a festa das Mães no Parque Infantil Aníbal Marcondes no ano de 1971. Notícia semelhante foi encontrada no arquivo da Escola-Parque Luiz Bárbaro, no ano de 1973: “os alunos deram lembranças às mães e logo após foi servido um coquetel, onde foram homenageadas as mães com o maior número de filhos: Florencia Passarin e Francisca Nahous” (recorte de jornal sem identificação).

Junto com as comemorações do Dia das Mães, no Luiz Bárbaro também era comemorado o Aniversário do Parque. O mesmo acontecia também no Aníbal Marcondes, que em fevereiro comemorava seu aniversário. Foram encontradas diversas reportagens alusivas aos dez anos e ao jubileu de prata. Ao completar 25 anos o Parque Infantil organizou uma festa onde foram homenageados vinte e cinco alunos, sendo um de cada turma. Mesmo justificando que foram escolhidos por meio de sorteio, como relata D. Judith ao jornal (Jornal da Cidade, 19/09/1970), fica notável a predileção por escolher alunos de renomes que se tornaram médicos, comerciantes, dentistas e jornalista, no intuito de demonstrar que a instituição era responsável por preparar a criança para um futuro promissor. O mesmo aconteceu nas comemorações dos 50 anos da instituição (JORNAL DE JUNDIAÍ, 22 de junho de 1996).

Outra festa muito comentada nas reportagens de jornais locais eram as festas relativas à Semana da Criança. As atividades que duravam toda a semana compreendiam apresentações para os pais, circo, teatro de fantoches, passeios e gincana.

Em 1971, houve uma gincana para congregar os Parques Infantis e alunos do SESI. Esta atividade encerrava as comemorações da Semana da Criança, que no Parque Infantil Aníbal Marcondes tinha sido iniciada no sábado anterior com apresentação de poesias e teatro para os pais, e prosseguira com projeção de slides, lanches e um passeio ao zoológico e ao aeroporto de São Paulo. Após a gincana as

crianças assistiriam a apresentação do Circo do Arrelias (JORNAL DA CIDADE, 13 de outubro de 1971).



Figura 26: Alunos da Escola-Parque Luiz Bárbaro. Fonte: arquivo pessoal (1971)

Em 1976 aconteceu outra grande gincana promovida pela Secretaria de Educação. Esta era realizada no Ginásio Municipal de Esportes (C. P. Dr. Nicolino de Lucca - Bolão) ou no Parque da Uva, e dela participavam os alunos dos parques infantis. O Jornal de Jundiaí relatou o fato no dia 10 de outubro de 1976:

O Ginásio Municipal de Esportes sediou ontem à tarde uma das mais alegres e concorridas festas infantis já realizadas em Jundiaí para se homenagear o Dia das Crianças. Das arquibancadas de cimento, quase literalmente tomadas, centenas de pais assistiram um gracioso espetáculo multicolorido, no qual os protagonistas eram seus filhos, alunos das escolas pré-primárias e parques infantis do município. O festival infantil, que contou com a animação da Bandinha Aurifulgente, regida pelo Carlitos de Jundiaí, se compôs de números artísticos e folclóricos, danças e cantos, que divertiram bastante as crianças e seus familiares (JORNAL DE JUNDIAÍ, 10/10/1976).

Nesta mesma gincana foram apresentados números folclóricos pelos alunos dos diferentes parques infantis da cidade. O Jornal da Cidade, em 12 de outubro de 1976, noticiou:

Na seqüência do programa tivemos o Hino de Jundiaí, dança do Maracatu pelos alunos do Parque Infantil Prof. Manoel Aníbal

Marcondes; ginástica rítmica – Vila Sésamo, pelos alunos do Parque Infantil Dr. Ramiro de Araújo Filho; Dança Folclórica: Coco Peneçê, pelos alunos do Parque Infantil Pref. Manoel Aníbal Marcondes; Dança gaúcha – folclore “meu pézinho” – pelos alunos do Parque Infantil Dr. Ramiro de Araújo Filho; festival de palhaços e sambão pelos alunos do Parque Haydée D. Mojola; Valsa das Flores e canto e expressão corporal, pelos alunos do Parque Infantil Leonita Faber Ladeira; Dança Folclórica Carimbo e ginástica rítmica e canção de Ana pelos Alunos do Parque Luiz Bárbaro (JORNAL DA CIDADE, 12 de outubro de 1976).

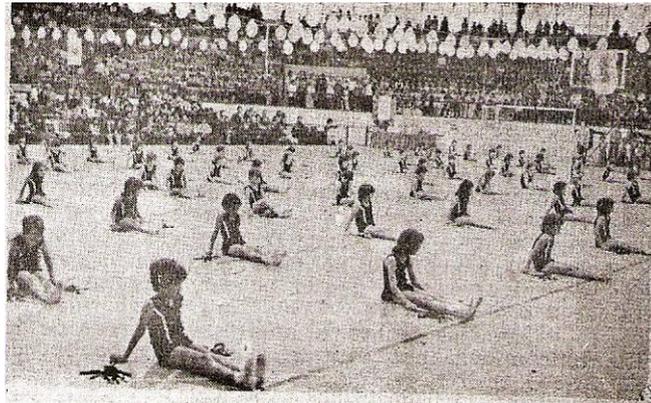


Figura 27: Apresentação de alunos (escola não identificada) na gincana da Criança (1976).

Fonte: Jornal da Cidade 12/10/1976

Embora não esteja identificado o Parque Infantil que estava se apresentando no momento registrado pela foto, é possível observar a presença maciça dos pais ao fundo, na arquibancada. Também não é possível detectar qual apresentação estava sendo feita, mas provavelmente uma ginástica rítmica com elemento (pompom). Nota-se nesta foto que as crianças tinham aproximadamente a mesma idade, não aparecendo crianças maiores envolvidas na atividade. Os meninos e meninas se apresentam juntos, devidamente uniformizados para a situação.

Os desfiles organizados para a comemoração da Independência do Brasil (7 de setembro) também recebiam destaques na imprensa local. Como forma de declarar seu “amor pela pátria” os alunos eram preparados para tais ocasiões. Nesta foto registrada em 1971, observa-se a participação de crianças um pouco maiores caminhando no desfile com faixa e bandeiras, enquanto que as menores acompanhavam o evento em um bonde, ostentando bandeirinhas em sinal de patriotismo e civismo.



Figuras 28 e 29: Alunos em desfile no 7 de setembro de 1971 – Escola-Parque Luiz Bárbaro (arquivo particular)

O civismo e a preocupação com a educação moral estavam sempre presentes nas atividades dos parques, já que eram vistas, segundo Carvalho (2003) como forma de obter a redenção e o progresso do país: “a escola foi o marco a sinalizar a ruptura que pretendiam promover entre um passado sombrio e um futuro luminoso” (p.143). A autora explica que o aparelho escolar era visto como o responsável por apresentar novas formas de costumes e de valores de vida, funcionando como um dispositivo de controle, principalmente das populações mais pobres, filhos dos trabalhadores e operários:

Referida às populações pobres, aparece como disciplinamento, pela distribuição regrada das populações em espaços adequados, pela regulamentação controlada do lazer e do trabalho. Nesta acepção, englobava medidas destinadas a atenuar conflitos de classe e a aumentar a produtividade do trabalhador, envolvendo questões de saúde e de moral, como o objetivo de adequar a vida cotidiana do operário às exigências do trabalho industrial na ordem capitalista (CARVALHO, 2003, p.51).

A Escola-Parque Luiz Bárbaro guarda até hoje a bandeira que foi criada por Luiz Biela (conhecido professor de canto orfeônico da cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970). O pavilhão desenhado tinha como fundo a cor azul que representava a grandeza infinita de Deus; a esfera branca simbolizava a pureza e a inocência da criança; as asas cor-de-rosa eram “crianças como anjinhos”; os ramos verdes, esperança e, os botões de rosas, crianças como botões humanos. Essa visão de inocência e pureza da criança como revelação divina ficava ainda mais evidente nas frases da poesia do mesmo autor: “Pais e Mestres, dizemos a vós/ Levai a criança ao caminho da luz”.



Figura 30: Bandeira da Escola-Parque Luiz Bárbaro

Fora também criado, em 1974, um hino escolar que era utilizado nas comemorações e festas escolares. Cantado pela primeira vez no aniversário de três anos da Escola-Parque (segundo jornal não identificado), de autoria de Janet Ferreira Prado (supervisora da instituição que era formada na Faculdade de Canto Orfeônico de Campinas), o hino carrega em seus versos a importância da escola na formação dos alunos:

Nossa escola é o nosso tesouro
É um mundo de amor e esperança
Isto aqui vale mais do que ouro
É o reino encantado da criança.
Dois faróis nós buscamos confiantes
Dois faróis de virtude e saber
A guiar-nos na vida constantes
Para Deus através do dever.
Salve, salve escola querida
Que nos dá tanta luz e calor

Levaremos pra toda a nossa vida
Sua imagem sempre cheia de amor

Segundo o texto da Monografia de Jundiá (1952), elaborado pelo governo municipal, quando aborda a importância do Parque Infantil na formação da criança, garante que:

É inegável o valor que exerce um parque infantil na formação da mentalidade de toda criança, que durante horas do dia, ali fica abrigada de todos os perigos, enquanto sua mãe trabalha ou cuida do lar. Andando a esmo pelas ruas, o menor é constantemente sobressaltado pelos maus atos, tornando-se quase sempre num delinqüente viciado e mau filho. Sendo assim, vem o parque infantil com sua sadia finalidade, colaborar de forma decisiva para o aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira (MONOGRAFIA DE JUNDIAÍ, 1952, s.p.).

Mesmo tendo se passado mais de quarenta anos, em meio às recordações guardadas pela Escola-Parque Luiz Bárbaro, foi encontrado que em 1975, uma peça infantil foi encenada por alunos do Colégio Estadual Professor José Feliciano de Oliveira às crianças da Escola-Parque, como atividade da Semana da Criança. O título da peça era “Para quem desobedece, veja o que acontece”, e segundo o trecho do jornal não identificado, promoveu a aprendizagem de bom comportamento de forma divertida:

enquanto os participantes de “Para quem desobedece, veja o que acontece” desempenhavam os seus papéis da maneira mais espontânea possível, características dos adolescentes, a criança riu, sofreu e, sobretudo, compreendeu o que acontece com os teimosos e pirracentos (jornal sem identificação, acervo particular, 1975).

Algo semelhante é também encontrado no Diário de Jundiá publicado em 2 de junho de 1968, cujo título sugere “Parque Infantil: repositório de sorrisos e forja de caracteres”, torna-se evidente a preocupação com a educação moral das crianças. Comenta a reportagem sobre uma partida de futebol realizada entre o time do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes (formado por meninos maiores como pode-se observar na foto) e a equipe do Colégio Industrial. No texto escrito por Solon Maraes Araújo, é explicado que em meio às atividades e diversões cotidianas ao parque, as crianças aprendem muito mais do que a alfabetização, aprendem a obedecer e a atender às ordens dos mais velhos:

De qualquer forma o incentivo que se dá é muito grande. A turma do período da manhã é solícita e busca oferecer abrigo agradável às crianças fazendo com que elas se sintam bem. Liberdade de movimentos. Reflexos próprios. Tudo que possa permitir a melhora do caráter paralelamente à educação (DIÁRIO DE JUNDIAÍ, 02/06/1969).



Figura 31: Equipes de futebol do Parque Infantil Aníbal Marcondes e do Colégio Industrial, ambos ao lado da orientadora esportiva, professora Maria Godoy de Arruda Cintra. Fonte: Diário de Jundiaí, 02/06/1968)

Outro objetivo do Parque Infantil era assistir. O Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, nos anos posteriores à sua fundação, era visto como obra pertencente à área de assistência social, como podemos observar neste texto organizado pela própria prefeitura e impresso na Monografia de Jundiaí no ano de 1952:

Dentre as obras de assistência social que encontramos em Jundiaí, cumpre-nos destacar o Parque Manoel Aníbal Marcondes, que foi criado em 14 de fevereiro de 1946, graças ao decreto n. 460 sancionado pelo então prefeito dr. José Romeiro Pereira. Três dias após esse ato de utilidade pública, verificou-se a inauguração do parque, que assim vinha preencher uma grande lacuna no setor de assistência à infância jundiaíense. (MONOGRAFIA DE JUNDIAÍ, 1952, s.p.)

Ao considerar sua programação de educação, cultura e saúde para crianças entre 3 e 6 anos (e as demais assistidas), para Faria (2002) não deve ser compreendida como um programa apenas assistencial por ser realizado fora do ambiente escolar, pois era evidente e muito forte seu caráter educativo explícito por seus objetivos de:

educar a criança recreando-a, é o principal objetivo do Parque Infantil (...) a educação sob todos os seus aspectos, físico, moral, social e intelectual, obtida pelo jogo – atividade normal da criança – e pelo brinquedo organizado (FARIA, 2002).

Num convite feito via imprensa local, pelo Jornal da Cidade, na data da comemoração dos 25 anos do Parque Infantil Aníbal Marcondes, foi publicada uma grande foto acompanhada de uns breves dizeres ao seu rodapé. Esta foto retrata duas meninas, possivelmente irmãs devido a semelhança dos traços físicos, em frente a uma porta não identificada, ficando dúvidas se era do próprio parque, ou de sua residência. Demonstra-se nesta imagem crianças em situação de pobreza já que estão mal vestidas e descalças, além de um ar de tristeza e de pedido de auxílio.



Figura 32: Fotografia publicada no Jornal da Cidade em 11/02/1971, em convite para a missa e para as comemorações do jubileu de prata do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes.

Vários podem ter sido os objetivos da veiculação desta imagem. Ficam neste trabalho algumas questões que possivelmente não poderão ser respondidas com total certeza, já que não existem referências à foto suficientes para concluirmos: seria uma imagem para a comoção de leitores que se mobilizariam para auxiliar a instituição que as atendia, ou somente uma forma de demonstrar que a instituição era responsável por assistir crianças pobres e sem motivações futuras?

As festas organizadas nos Parques tinham também o objetivo de angariar fundos para as obras sociais e compra de materiais e de brinquedos necessários para as atividades das crianças. De acordo com o trecho extraído do Jornal Diário de Jundiáí, em 27 de junho de 1964:

Realiza-se hoje, a partir das 15 horas, no Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes, uma festa junina organizada pelas professoras. (...) Danças folclóricas, quermesses, dramatizações e outras atrações, deverão levar numeroso público àquele local para incentivar os meninos que organizaram a festa, em benefício das Obras Sociais do Parque Infantil (DIÁRIO DE JUNDIÁÍ, 27/6/1964).

Os textos destacados pelo próprio Parque Infantil em seu acervo de memória, expressam também os sentimentos envolvidos na visão do educador e a missão atribuída a ele: o de executar suas funções com boa vontade, com um voluntário desejo de auxílio às crianças a ele confiada, assim como fossem elas seus próprios filhos:

Seguindo as orientações de outros anos, o Natal do Parque Infantil, realizado ontem, às 15 horas no belo edifício da Praça da Bandeira, constituiu mais uma prova do espírito de boa vontade, que a Diretoria daquele estabelecimento infantil tem demonstrado para com as crianças que ali se abrigam e encontram o seu segundo lar acolhedor e protetor (JORNAL A FOLHA, 25/12/1949).

A recreação era o terceiro objetivo dos Parques Infantis, pois era por meio de jogos e atividades físicas que buscava-se educar o corpo e a mente e a personalidade do futuros trabalhadores. Segundo Micaroni (2007), quando realizou suas pesquisas nos Boletins Internos dos Parques Infantis referentes ao ano de 1947, encontrou que a recreação tinha alto valor educacional e funcionava como

...fator de prevenção de psicoses e neuroses, tão freqüentes nos grandes centros urbanos, onde são escassas as horas de lazer. Funciona também como elemento de educação moral e cívica, afastando a criança do meio prejudicial, contribuindo graças ao ambiente adequado e atividades cientificamente orientadas, para a formação integral de sua personalidade (MICARONI, 2007, p.62).

A recreação também servia, segundo a mesma autora como um atrativo para as crianças, que trocavam as experiências que tinham em suas casas por um local arborizado com diversos brinquedos, jogos, dramatizações e bailados, tudo controlado por educadores capacitados, o que acarretaria grandes mudanças em seu cotidiano.

Ao que parece, a infância não era vista apenas como preparação para a vida adulta. A criança era reconhecida como sujeito que estabelece uma relação com o mundo de forma diferente dos adultos e, portanto, precisa se considerada nas suas diferenças. A educadora deveria planejar atividades prazerosas e ricas em experiências educativas (MICARONI, 2007, p. 63) .

A opção pelo jogo e pelo folclore como conteúdos fundamentais, de acordo com Danailof (2006) para o aprendizado das crianças não se daria ao acaso, pois esconde-esconde, cantigas de roda, pipas, entre outros tantos, eram considerados jogos tradicionais de rua, antes repudiados pela classe dominante, que os associava à criminalidade e à promiscuidade, que no espaço dos parques.

Para Danailof (2006) é interessante notar, que nos parques infantis o jogo é considerado elemento da cultura, trabalhado na perspectiva da diversidade e da experiência corporal assumindo caráter educativo, como é possível perceber no trecho por ela destacado:

Conforme aponta o ato n. 767, o jogo apresentava-se carregado de um forte componente cultural e educativo: [...] considerando que as atividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como um dos construtores essenciais da vida social, e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade, a cooperação. As brincadeiras ministradas pelos instrutores de Educação Física seriam consideradas como “imitações de instrumentos dos adultos: bonecas, bolas, miniaturas de armas, de instrumentos de música, de trens, aviões, navios...”(DANAIOLOF, 2006, p.104).

Eram também organizados encontros entre os Parques de diferentes cidades, dos quais encontramos a participação de Jundiáí no ano de 1950, para participar de atividades recreativas e jogos esportivos. No Jornal “A Gazeta” foi publicada uma pequena nota sobre esta participação:

Está marcado para hoje, o embarque de 13 crianças do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes para a cidade de Santos para a cidade de Santos, a fim de tomarem parte numa ginástica coletiva e vários jogos infantis. As referidas crianças serão acompanhadas pela diretora prof. Judith Almeida Curado e a funcionária Maria José de Oliveira (A GAZETA, 31/01/1950).

No Boletim Interno dos Parques Infantis de março de 1950, encontra-se na seção de noticiário uma citação sobre a 1ª concentração dos Parques Infantis do Interior que aconteceu na cidade de Santos no mês anterior. Segundo o texto o objetivo do Departamento de Educação Física em relação ao encontro era avaliar o aprimoramento dos esforços dos dirigentes dos Parques Infantis em relação aos objetivos planejados. Participaram dela representantes de Piracicaba, Marília, Campinas, Pinhal, Araraquara, Jundiáí e Santos.

Realizou-se ontem, no Parque Infantil Da. Olívia Fernandes, no Macuco, com a presença de altas autoridades civis e militares, municipais e estaduais, a solenidade de abertura da 1ª Concentração de Parques Infantis do Interior do Estado. Estiveram presentes à solenidade professoras de vários parques infantis de diversas cidades do interior, que participam desse conclave. Após o desfile de todas as delegações, houve demonstração recreativa (FOLHA DA NOITE, 02/02/1950).

O programa, elaborado pelo Chefe de Serviço de Parques Infantis do Departamento de Educação Física, estava dividido em atividades esportivas, passeios instrutivos, concurso de desenho, de linguagem escrita e de audições lítero-musicais, das quais os parqueanos participavam:

A concentração despertou grande interesse e entusiasmo tanto da parte das crianças como das Educadoras, sendo digno de nota o intercambio social realizado. O espírito esportivo predominou em todas as ocasiões e os pequenos parqueanos demonstraram que, ao

mesmo tempo que exultavam com as vitórias, também saiam reconhecer o valor dos adversários, o que é difícil e raro até entre os adultos (BOLETIM INTERNO, março de 1950, p. 71).

Como pudemos perceber ao longo deste capítulo, em uma cidade, como tantas outras, em que o poder público havia se preocupado somente com a criação de grupos escolares, na década de 1940 o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes foi fundado como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância.

Mesmo sendo a única instituição para este fim, ficava o Parque Infantil restrito a atender um número insuficiente de crianças pequenas, deixando que as que morassem em bairros periféricos ou rurais desprovidas de atendimento educacional. Ainda assim, quase trinta anos se passaram sem que houvesse a inauguração de outros parques na cidade.

Na década de 1970 outros parques foram criados, algumas próximas e outras distantes do centro da cidade. Entre eles foi destacado como objeto de estudo a Escola Parque Luiz Bárbaro como exemplo do funcionamento dos Parques Infantis neste período.

Organizadas sobre três pilares, as atividades garantiam às crianças os direitos à assistência, à educação e à recreação. Percebemos que junto com estes objetivos estava a expectativa de formar novos cidadãos para o alcance do progresso a partir da moralização e da civilidade.

A partir de 1984 Parques Infantis passaram a ser denominados de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) tornando-se parte integrante do sistema pré-escolar de ensino da cidade. Encontram-se todos ainda em funcionamento sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o levantamento das informações que permitiram a organização do breve histórico das instituições destacadas neste trabalho, foi possível perceber que a educação da criança pequena na cidade de Jundiá passou por distintas fases, assim como a educação em todo o país.

Pode-se notar no primeiro capítulo é que não surgiram iniciativas governamentais para o atendimento educacional da criança pequena em Jundiá, durante um grande período da história de Jundiá (de sua fundação até os últimos anos da década de 1940) o atendimento educacional às crianças pequenas era proporcionado por entidades particulares, fossem elas filantrópicas, étnicas, familiares, ou de iniciativas empresariais.

Este capítulo também abordou aspectos de instituições educativas, que tiveram como principais objetivos a formação da criança para viver em uma cidade que estava em plena expansão e urbanização. Foram selecionadas para este trabalho a escola étnica para imigrantes do Núcleo Colonial, o Lar Anália Franco e a Creche Argos.

Ao tratar da educação familiar e da escola étnica existente na cidade de Jundiá para o atendimento de crianças filhas dos imigrantes italianos que vieram para a região para contribuir nos trabalhos de plantio e colheita do café, foi possível perceber que a educação proporcionada evidenciava a manutenção dos hábitos e costumes de um povo que dedicou o seu esforço para a construção de uma nova cidade. Encontrou-se pouca informação sobre a existência de uma escola para filhos de imigrantes, que funcionava dentro do Núcleo Colonial no final do século XIX. Organizada pelos próprios imigrantes, as escolas étnicas eram uma alternativa encontrada para educar seus descendentes sem que houvesse a perda de seus padrões culturais e nacionais.

Localizou-se também nesta história a criação de orfanato no ano de 1912, a Sociedade Humanitária Asilo Creche de Jundiá, por um grupo orientado pelos ideais educacionais de Anália Franco, para o atendimento de meninas órfãs ou abandonadas. Neste também eram atendidas algumas filhas de operários e de imigrantes que não

obtinham perspectiva de cuidados para com as filhas durante as horas de trabalho, já que outras formas de atendimento educacional, tais como creches, eram inexistentes na cidade neste período.

Foram analisadas as rotinas educacionais destinadas às meninas órfãs ou abandonadas que passaram a ser acolhidas a partir de 1912 pela Sociedade Instrutiva Beneficente Asylo-Creche e Jundiáí (Anália Franco) e a preocupação com a formação da mulher de acordo com os modelos estabelecidos pela sociedade, do início até aproximadamente a metade do século XX. O Lar Anália Franco oferecia às meninas além do ensino formal pré-primário e primário (até o terceiro ano, sendo que o quarto era cursado no Grupo Escolar Conde do Parnaíba, uma escola destinada aos filhos da elite jundiáense), o encaminhamento para os cursos secundários e de magistério em alguns casos.

Assim como a sociedade se preocupava com a boa formação da menina para que se tornassem boas esposas, mães dedicadas e primorosas, o Lar Anália Franco também apresentava tal preocupação. O ensino de prendas domésticas para formar a futura esposa e trabalhos manuais, que faziam submergir estes ideais de educação feminina na primeira metade do século XX, serviam para o sustento do orfanato e também como uma opção de trabalho para obtenção de renda quando atingissem a maioridade.

Outra iniciativa privada no atendimento da criança pequena na cidade, funcionando no sistema de creche, tornou-se objeto de estudo para este trabalho. A preocupação com a formação do operário se tornou muito presente na educação de Jundiáí a partir dos anos 1940. Este fato tornou-se contundente com a inauguração da Creche Argos, em 1945, instituição que foi responsável não só pelo atendimento pioneiro na cidade no sistema de creche, mas que se responsabilizou pela educação e controle da vida das famílias de operários têxteis dentro do programa de urbanização e modernização do município. Esta creche era dirigida por freiras salvatorianas auxiliadas por funcionárias da empresa, como D. Zilda Lodoy, que contribuiu com informações sobre o seu funcionamento, por meio de seu depoimento oral.

Como pudemos perceber ao longo desta pesquisa, em uma cidade em que o poder público havia se preocupado somente com a criação de grupos escolares, assim como ocorrido em tantas outras, somente na década de 1940 foi fundado o Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes como a primeira iniciativa do poder público relacionada à educação da infância.

Funcionando sobre orientação e em conformidade com os Parques Infantis da Capital, o Parque Infantil foi a única instituição mantida pelo governo municipal durante 29 anos. Atendendo a um grande número de crianças no horário oposto ao escolar, para aqueles que já freqüentavam os grupos escolares, as crianças a partir dos 3 anos de idade participavam de atividades culturais, educativas e recreativas. Organizadas sobre três pilares, as atividades dos parques infantis garantiam às crianças os direitos à assistência, à educação e à recreação. Percebemos que junto com estes objetivos estava a expectativa de formar novos cidadãos para o alcance do progresso a partir da moralização e da civilidade.

Mesmo sendo a única instituição para este fim, ficava o Parque Infantil restrito a atender um número insuficiente de crianças pequenas, deixando que as que morassem em bairros periféricos ou rurais desprovidas de atendimento educacional. Ainda assim, quase trinta anos se passaram sem que houvesse a inauguração de outros parques na cidade.

Este sistema de ensino levará quase trinta anos para se expandir e atender um número considerável de crianças. Pois somente na década de 1970 é que outros parques também são criados. Entre eles a Escola Parque Luiz Bárbaro foi destacada para o estudo como exemplo do funcionamento dos Parques Infantis neste período.

Percebeu-se ao delinear a história da Escola-Parque Luiz Bárbaro, inaugurada em 1971, que a preocupação com a pré-alfabetização era muito mais forte neste período, sendo que foram anexadas aos parques infantis e escolas-parques salas de pré-escolas, que serviam como acesso para o ensino primário oferecidos em outras instituições da cidade, como também foi possível observar no depoimento oral de Cássia de Fátima Alves. Neste período também observa-se, principalmente a partir das fotos, a ausência de crianças maiores nestas instituições.

Mesmo coexistindo em determinados períodos históricos, as quatro instituições apresentavam um ponto comum: a educação em valores considerados adequados para a formação e preparo para a vida social do grupo a que se destinava. As quatro instituições destacadas neste trabalho, Escola do Núcleo Colonial, Anália Franco, Creche Argos e os Parques Infantis coexistiram nos mesmos períodos históricos, em regiões próximas da cidade e mantiveram cada uma a seu jeito os mesmos ideais educacionais para preparar a criança para um futuro promissor, mantendo semelhantes preocupações morais, cívicas e educacionais, visando a formação do Homem

(trabalhador, operário, cidadão) auxiliando e integrando os projetos maiores de construção da nacionalidade e do progresso no país.

Esta pesquisa não tinha a pretensão de esgotar todas as discussões em torno do tema da educação da infância na cidade de Jundiaí. Ficam ainda questões que poderão servir de fomento para pesquisas futuras. Este é um mero olhar sobre uma história, existente entre tantas outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maria Lúcia Leite Baraçal de. *Caminhos da Educação Infantil em Campinas: O desafio dos agrupamentos ou salas multietárias*. Monografia. Campinas: UNICAMP, 2006,

ALVIM, M. R. B. *Família e proletarização industrial: a constituição de um mercado de trabalho específico a uma grande fábrica têxtil*. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, Águas de São Pedro, 1984. In: <http://www.abep.org.br>, disponível em 25/09/2008.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: ed. Unicamp, 1999.

BARROS, Isabela. *Mestre de obras: Mostra reúne fotos de Fábio Prado, prefeito que mudou a cara da cidade*. Revista Veja SP, 21.08.2006. In: <http://vejaopaulo.abril.com.br/revista/vejasp/edicoes/1969/m0100674.html>. Disponível em 25/7/2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BRASIL, *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, In: www.trt02.gov.br. Disponível em 22/09/2008.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2004.

DANAIOLOF, Kátia. *Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos Parques Infantís da São Paulo dos anos 1930*. São Paulo, USP, 2006, tese de doutorado.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. *Memórias na educação*. In: Educação & Linguagem. Revista da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo: ed. UNESP, ano 8, nº11, jan-jun.2003.

DEMARTINI, Zélia B. F. *Fotos, memória, identidade: revisitando a infância*. In: MOTA, Aldenira; PACHECO, Dirceu Castilho (orgs.) *Fotografias, memória e autobiografia*. In: *Escolas em Imagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p13-30.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. *Currículo Oficial no Brasil: Uma Discussão Inicial*. In: Anais Navegando pela história da Educação Brasileira, 2006. **VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, sociedade e Educação no Brasil**. HISTEDBR, 2006. 1 CD-ROM.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. *A contribuição dos parques infantís de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil*. Educação e Sociedade, vol.20, n.69, Campinas, Dezembro/ 1999.

_____. *Os Parques Infantís*. In: Educação pré-escolar e cultura. Campinas: ed. Unicamp/ ed. Cortez, 2002, p. 121-152.

- FELDMAN BIANCO, Bela & LEITE, Mirian Leite Moreira (org.) *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *A Institucionalização do lazer das crianças filhas de operário nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930*. In: V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Águas de Lindóia, 2002.
- GHEDIN, Evandro; NORONHA, Evelyn Lauria; BORGES, Heloísa; COSTA, Lucinete Gadelha; GUIMARÃES, Oziris Alves. *Gênese e Construção Histórica do Currículo*. In: *Cadernos de Formação*. São Paulo: s.e., s.d.
- GOBBI, Márcia Aparecida. *Desenhos de Outrora, Desenhos de Agora: os desenhos de crianças pequenas do acervo de Mario de Andrade*. Campinas: UNICAMP, tese de doutorado, 2004.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação. In: ARAUJO, J. C. S. & GATTI JR., Décio (orgs) *Novos temas em história da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFE, 2002, p.197 – 225.
- JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela Educação do Deficiente mental no Brasil*. Campinas: ed. Autores Associados 1992.
- KELLER, Paulo Fernandes. *Cotidiano operário & complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi-RJ*. Enfoques –Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia dada UFRJ, vol. 5, n.1, março 2006
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.
- KUHLMANN JR, Moysés. O Jardim-de-infância e a educação das crianças pobres. In: MONARCHA, Carlos (org). *Educação da Infância Brasileira (1875-1983)*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001, p. 3-30.
- _____. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia, G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 469- 496.
- _____. Educando a infância brasileira. In: VEIGA, Cíntia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 469-496.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; RAMOS, Maria Martha Silvestre. *Políticas e organização do Parque Infantil no Município de Campinas, São Paulo, Décadas de 1940 e 1950*. 24^a. Reunião da Anped, 2001. www.anped.org.br/reunioes acesso em 13/07/2007.
- KUHLMANN Jr., Moysés & ROCHA, José Fernando Teles. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896 - 1950. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n. 129, São Paulo, set/dez. 2006, p.597-611.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: ed. Unicamp, 2003.
- LEITE, Mirian L. Moreira. Texto Visual e Texto Verbal. In: FELDMAN BIANCO, Bela & LEITE, Mirian L. Moreira (org.) *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

- LEITE, Mirian L. Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001.
- LIMA, Marcos Alberto Horta. *Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas: O Projeto Político dos Industriais Brasileiros (1919-1930)*. Campinas: UNICAMP, 2005, tese de Doutorado.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.
- MARAN, Júlio. *Montessori – uma educação para a vida*. São Paulo, Loyola, 1977.
- MARCHESI, ÁLVARO & MARRIN, Elena. Da Terminologia do Distúrbio às Necessidades Educacionais Especiais. In: COLL, César et alli (orgs) *Desenvolvimento, Psicologia e Educação: Necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar*, vol. 3. Porto Alegre: Artmed, 1995, p.7- 25.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726 -1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.51-76.
- _____. Crianças sem futuro. O Massacre dos Inocentes. In: *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.237 – 245.
- MARGOTTO, Lilian Rose. Criança e Educação Moral: evolução e psicologia na Imprensa Pedagógica Paulista. GONDRA, José. *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o império e a república no século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 165-189.
- MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória. In: SIMSOM, Olga Von. *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: Unicamp, 1997, p.309-321
- MICARONI, Silvana. *A educação física nos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 -1957*. Itatiba: Universidade São Francisco, 2007, dissertação de mestrado
- MIRANDA, Célio Roberto Turino de. *Na Trilha de Macunaíma: Ensaio para uma Política Pública de Lazer*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2004.
- MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *Anália Franco, A Grande Dama da Educação Brasileira*. São Paulo: editora Eldorado Espírita, 1992.
- MORAES, Denis. *Imaginário social e hegemonia cultural*, 2002. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci>, em 26 de setembro de 2008.
- MOTA, Aldenira; PACHECO, Dirceu Castilho (orgs.) Fotografias, memória e autobiografia. In: *Escolas em Imagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.7-12.
- OLIVEIRA, E. de C. *A Promoção da Educação Infantil na obra e Pensamento de Anália Franco (1870-1920)*. Itatiba: USF, 2006. (dissertação de mestrado).
- PARK, Margareth Brandini. *Memória em movimento na formação de professores*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.
- PAVAN, Diva Otero. Duas histórias relacionadas: as professoras primárias paulistas e o sistema nacional de ensino (1930-1980). Campinas: UNICAMP, 2003. Tese de doutorado
- PAVAN, Diva Otero; PASSOS, Laurizete Ferragut. Cidade e instituição escolar nas trajetórias e práticas educativas de professoras. *Cadernos de História da Educação – nº. 5 – jan./dez. 2006*, p.149 – 160.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre a iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN BIANCO, Bela & LEITE, Mirian L. Moreira (org.) *Desafios da Imagem*. Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998. (76-87)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Monografia de Jundiaí. s.e, 1952.

PRIORE, Mary del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: ed. Contexto, 2000.

RAMOS, Maria Martha Silvestre. *Historia da educação infantil pública municipal: Campinas 1940-1990*. Bragança Paulista, 2001. 155 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, 2001

RIBEIRO, Rebeca. *Os italianos continuam entre nós*. In: Jornal de Jundiaí - Jundiaí 350 anos, Revista comemorativa. Jundiaí, 14 de dezembro de 2005, p. 82-83.

SAPUCAIA, Iracema. *Anália Franco a grande dama da educação brasileira*. In: Revista Internacional de espiritismo. Matão: maio/ 1993, ano LXVIII, no. 4, p.99

SILVA, Anamaria Santana; ROSA, Mariete Felix. Recordando e Colando: As origens da Educação Infantil nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul. In: MONARCHA, Carlos (org) *Educando a infância brasileira (1875 – 1983)*. Campinas: Autores Associados, 2001, p.233 – 270.

THOMÉ, Nilson. *A nacionalização do ensino no contestado, centro-oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX*. Jornada do Histedbr, 4, 2004, Maringá. In: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando> disponível em 17/01/2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1998.

VIANNA, Mônica. *Habitação e modos de vida em vilas operárias*. In: http://www.nomads.usp.br/site/SAP5846/mono_Monica.pdf, disponível em: 25/09/2008.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Mal Necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970). *Cadernos de Pesquisa*, n.67, novembro /98, p.3-16.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: EDUFU, nº 3 – janeiro a dezembro de 2004a. P. 109-119.

_____. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2004b, p.13-36.

WILLIAMS, Raymond. Organização. In: *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 205-231.

DOCUMENTOS PESQUISADOS:

BRASIL. **Decreto-Lei no. 406, de 04.05.1938**. Conhecida como Lei da Nacionalização. Exige o ensino em língua nacional. Proíbe a circulação de Revistas e livros em língua estrangeira. Decreta o fechamento das escolas Estrangeiras no país. In Lex- Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex Ed. Ltda, 1938.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Ano LXIX, no. 160, de 21 de julho de 1959.

JORNAL A COMARCA. 31 de dezembro de 1935.

JORNAL DA CIDADE, Argos industrial, a primeira fábrica de brins do Brasil. Jundiaí, 3 de agosto de 1995, p.13.

JORNAL DA CIDADE, De todos os exemplos, a Creche é o maior. Jundiaí, 10 de setembro de 1991.

JORNAL DA CIDADE, Com Kiss, 17 anos de crescimento. Jundiaí: 7 de setembro de 1991.

JORNAL DA CIDADE, Quem inaugurou a creche. Jundiaí: 11 de setembro de 1991.

JORNAL DA CIDADE. A Folha noticia a inauguração da Creche. Jundiaí: 11 de setembro de 1991.

JORNAL DA CIDADE. O Ocaso de um Império. Jundiaí, 10 de setembro de 1991.

JORNAL DE JUNDIAÍ. Lar Anália Franco Aniversaria nesta terça-feira. Jundiaí, 17 de maio de 1998.

JORNAL DE JUNDIAÍ. Labuta de Italiano. Revista Comemorativa dos 351 anos de Jundiaí. 14 de dezembro de 2006, p.08.

JUNDIAÍ (município). SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Lugares*. Jundiaí: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 1999, série Memórias, vol.2.

Ata de inauguração da Sociedade Protectora Humanitária Asylo creche de Jundiaí, de 19 de maio de 1912

FRANCO, Anália. Horário das creches e Escolas Maternais da Associação Beneficente e Instrutiva do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia da Colônia Regeneradora, 1916.

1º CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, Jundiaí, 3 de fevereiro de 1960, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48.

Jundiaí 30 de agosto de 1936, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48

Jundiaí 3 de fevereiro de 1960, In: 1º. Cartório de registros de Imóveis, folha 71 do livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, número de ordem 48

LAR ANÁLIA FRANCO. Informativo LAF, n.001 –A, setembro de 1996.

Carta de solicitação ao presidente do conselho Sr. Laurentino P. Santos, 30 de abril de 1945

Carta resposta de Lázaro Olival, 16 de maio de 1945

Relatório do ano de 1935

Relatório do ano de 1937

Relatório de 1938

Livro de Relatório Anual de 1939

Relatório de Diretoria de 1945

Relatório de 1948, relativo ao ano de 1947

Relatório de 1949

Relatório anual de 1950

Relatório do Ano Social de 1955, apresentado pela Diretoria e Conselho Deliberativo

Relatório de Diretoria de 1958

Relatório de Diretoria do ano de 1969

Relatório das Atividades do Lar Anália Franco relativo ao ano de 1971

Relatório do ano de 1972

ANEXO 1

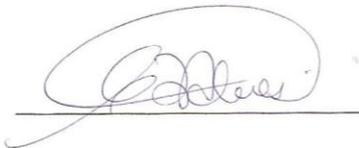
AUTORIZAÇÃO

Eu, Silvana F. Rodoy, abaixo assinado, concedo à Elizabeth da Silva Galastri Vinagre, aluna do curso de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco, para objetivos somente acadêmicos e educacionais, autorização para utilizar o conteúdo da entrevista concedida por mim, e que foi realizada no dia 10 de Setembro de 2008, bem como citar o meu nome durante os trabalhos nos recortes da mesma entrevista que serão utilizados na íntegra.

Silvana F. Rodoy

AUTORIZAÇÃO

Eu, Cássia de Fátima Alves, abaixo assinado, concedo à Elizabeth da Silva Galastri Vinagre, aluna do curso de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco, para objetivos somente acadêmicos e educacionais, autorização para utilizar o conteúdo da entrevista concedida por mim, e que foi realizada no dia 8 de setembro de 2008, bem como citar o meu nome durante os trabalhos nos recortes da mesma entrevista que serão utilizados na íntegra.



Cássia de Fátima Alves

ANEXO 2

DEPOIMENTO ORAL DE ZILDA LODOY

Qual o período que a senhora trabalhou aqui (na creche Argos)?

Trabalhei em 50 mais ou menos porque era assim, quando precisava de gente aqui a fábrica mandava porque tinha cinco freiras que trabalhavam e cuidavam de toda a creche, e tinha mais quatro empregadas, e quando faltava empregada, elas comunicavam a fábrica e a fábrica mandava uma empregada extra. Porque no meu caso a minha função acabou lá dentro que foi feito assim, eu trabalhava manual aí veio a máquina e acabou a minha função e eu e mais algumas de lá viemos trabalhar aqui para ajudar as irmãs como funcionárias.

(pausa para atendimento na associação)

... a gente fazia de tudo aqui na creche, a gente cuidava de criança, era gostoso, trabalhar aqui dentro, muita gente queria trabalhar aí, as crianças eram muito bem cuidadas, crianças que saíram daí e hoje são formadas médicos, engenheiros, advogados, professores, eles tinham uma educação excelente, era dada por irmãs e as irmãs levavam a sério, então ficavam as crianças na creche, pois a creche era a única, era a única empresa que tinha uma creche era a Argos, e todo mundo que tinha que trabalhar em Jundiaí não tinha creche, então todo mundo gostava trabalhar aqui na Argos, porque não tinham com quem deixar os filhos. Com três meses a mãe já voltava a trabalhar e já tinha lugar para as crianças. A creche começava as seis horas da manhã, já abria, tinha gente que já trabalhava aqui, tinha cozinheira, a criança era muito bem tratada, a alimentação era de primeira qualidade, os bebezinhos também eram muito bem tratados, era suco, vitamina, quando começavam a comer a gente cozinhava tudo separado a comida dos nenês, os legumes, passava no liquidificador e dava pros nenezinhos comerem, era a gente que dava, então era assim que funcionava a creche, e foi assim até 1984. Mas aí já não era mais as freiras, eu aposentei em 76, e em 76 e já não haviam mais freiras, era uma pessoa que tomava conta, porque no fim já não tinha muita criança, e já não era mais como a creche de antigamente, porque essa creche era os olhos de Jundiaí, a creche da Argos, era os olhos de Jundiaí, e quando tinha festa, elas

faziam muitas festas, fim de ano, páscoa, então as freiras ensinavam as crianças, preparavam aquelas festas com as crianças, com dança, faziam teatro, presentes, a Argos dava muitos presentes de fim do ano, então todas as crianças recebiam seus presentes, e quando era qualquer tipo de festa as irmãs faziam aquelas crianças, aquelas roupas, era muito bacana, muito bacana...a creche foi os olhos de Jundiaí , a creche da Argos.

E era só para crianças filhas de funcionários?

Era só para filhos de funcionários... tinha um grupo escolar aqui do lado que podia vir, entravam, então estudavam crianças de fora também só que os que eram da creche desciam para almoçar na creche e os que não eram iam embora, porque a escola era do governo, depois a escola do governo subiu lá pra cima, pro Siqueira, mas os que permaneciam na creche entravam de manhã e depois iam para a escola, e outros entravam meio dia, iam para a escola de manhã e depois vinham almoçar na creche, e ficava até a tarde.

A senhora me falou que ficava com os bebês, quem ficava com os maiores eram só as freiras ou haviam professores?

Não, não eram professores, era mesmo a gente da fábrica que cuidava deles ai...tinha uma que cuidava das crianças de dez anos,era uma irmã que cuidava, na idade que começava a andar, que saia do berçário, era outra irmã que cuidava, sempre uma irmã ficava com uma funcionária junto porque tinha a hora que elas precisavam rezar, de comer, de descansar...e a gente ficava nesse período ai.

Li que a Argos era famosa pelo presépio que fazia no Natal?

Presépios...eu ajudava a fazer presépios da Argos, eram umas coisas grandes assim, até os bichos, mas depois não sei onde foi parar, porque quando a fábrica faliu entraram roubaram muita coisa...mas o presépio ocupava todo..., a gruta ocupava um espaço enorme assim, a gente enfeitava aquele presépio e ele era o presépio mais bonito que tinha em Jundiaí, porque fim de ano era uma festividade na fábrica, era bonito, a gente dava o que comer para o pessoal,teve um ano que foi dado lanches, lanche de salsichas, lanche de lingüiça, nossa era muito bonito, e tudo isso aí eu tenho nas fotos que estão lá no museu, eles levaram todos os álbuns que eu tinha, eu tinha uns quatro álbuns, eu

guardei porque na falência da Argos eu vim trabalhar, eu já estava aposentada, e eu vim trabalhar aqui na Sociedade porque a sociedade não fechou, quando a Argos faliu a sociedade continuou porquê era cadastro diferente da Argos, tinha a loja lá na esquina e eu vim trabalhar, porque o presidente da sociedade queria fechar a loja porque já não estava dando mais lucro e não dava mais para continuar, ai eu vim para ajudar com o fechamento da loja, vim para fiar três meses e já estou aqui há 23 anos.

Então esta sociedade aqui está ligada à ex-funcionários ainda?

Tem funcionário que ainda permanece aqui, a maioria já morreu, mas ainda tem trinta ou quarenta pessoas que ainda estão, são ex-funcionários.

E aqui sempre foi o ambulatório pros funcionários?

É para os funcionários, tinha três médicos, até pequenas cirurgias faziam aqui no consultório.

E as crianças da creche também tinham atendimento?

Tinha, tinha um pediatra, quando os nenês ficavam doentes, as crianças vinham aqui por dentro ou o médico ia até o berçário onde elas estavam e davam atendimento às crianças no que precisava, atendimento pediátrico.

Havia uma preocupação com a alimentação, em ensinar as mães a alimentar e cuidar das crianças, vacinação?

Havia sim, todas as crianças tinham um acompanhamento na alimentação, médico, pediatria, era tudo o.(inaudível)

E elas podiam vir amamentar?

Quando elas traziam o bebê novinho, que elas precisavam trabalhar, então elas tinham horário para sair e vinham aí, sentavam lá no berçário, tinha uma salinha em que a gente colocava as mães, amamentavam, deixavam o nenê no berçário e voltavam para trabalhar enquanto a gente ficava pra cuidar.

O que a senhora sentiu quando faliu a empresa da Argos?

Aí, entristeceu tanto a gente, porque eu já estava em casa, já estava aposentada, mas a gente ficou muito sentida porque a Argos foi uma mãe para Jundiaí todinho, todo mundo queria trabalhar na Argos. E a Argos era assim. Quando entrei na Argos para trabalhar, naquela época tinha quase três mil pessoas que trabalhavam aqui....foi uma pena...em 76 eu saí e em 84 ela faliu. Sabe foi de pai para filho e de filho para neto, porque quando o velho morreu ficou o filho dirigindo, era um dono só, então tinha a diretoria, tinha diretor financeiro, diretor comercial, diretor administrativo, e diretor esportivo, eles tocavam toda a fábrica, e tinha um escritório em São Paulo, onde o presidente ficava, tinha bastante funcionários, e e foi uma pena, o velho morreu e ficou o filho, o filho se aposentou junto comigo, na mesma época, em agosto de 76, aí foi pros netos, só que os netos eram meio cabeça louca, já era época de hippie, de fazer o que queria, estudou, comprou estudo nos Estados Unidos, então eles vieram para tocar a fábrica, e foi o que eles fizeram, trouxeram gente de fora e desprezaram o nosso pessoal antigo que tinha aquela capacidade para tocar a fábrica, quiseram ajudar os amigos, e assim eles faliram a fábrica.

Eu li alguma coisa que eles produziam peças de brim de má qualidade?

Aí eles já não tinham mais aquela dedicação que era antigamente, aí eles puseram confecção, e a confecção não foi para frente...

E esse prédio onde hoje é o Francisco Lírio depois que faliu a fábrica, que aconteceu com o prédio?

Tudo aqui a prefeitura que comprou, a prefeitura comprou a Argos inteirinha e toda esta parte aqui.. Estava tudo empenhado pelo BNDE, eles não pagaram a dívida da falência então estava tudo empenhado, e foram os últimos pedaço de prédio que eles empenhado pelo BNDE. Se não tivessem empenhado era para ser tudo da Associação, eu já fui ver, eu fui para cartório, tirei cópia do cartório,... então a prefeitura pegou tudo, e quando a prefeitura pegou tudo e vieram e renovaram tudo, reformaram tudo e colocaram uma creche da prefeitura, só que este pedaço que nós estamos aqui, eles não mexeram com a gente, esse pedaço ficou para nós, e a sociedade está aqui dentro há 60 anos, foi feita em 32 esta sociedade, era lá dentro da fábrica e, até 48, não, em 43, 44 eles fizeram este prédio todo aqui. Em 45, quando eu entrei na Argos eles estavam inaugurando este prédio aqui.

Eles construíram esse prédio para a creche?

CONSTRUÍRAM para a creche. Eles já tinham uma creche da família deles lá em São Paulo, chamada Adelina, eu tenho foto daquela creche de São Paulo, que tá lá no museu também,...

E chamava creche da Argos?

Creche Argos.

Quando eu fui à prefeitura eles falaram que quando assumiram o prédio aqui que estava tudo pintado de preto...?

Estava estragada, por que o tempo que ficou fechado, a prefeitura pegou aqui em 86, neste três anos, entrava ladrão de monte, eles entravam e roubavam, limpavam a creche, e eu fiquei cuidando, tanto daqui como da fábrica inteirinha. Tinha um síndico da Massa Falida e como eu estava trabalhando lá na esquina, atrás, na loja, que o escritório era lá da administração, que estava fechado, porque não podia abrir, porque lacraram tudo, aí eu ficava lá e o síndico chegava e ficava lá comigo, e virava e mexia eu chamava polícia aqui, eu não via a hora que vendesse, que fizessem alguma coisa, porque eu tinha trabalho...

Então a senhora acha que a vinda da prefeitura, do Centro de Capacitação foi um bom aproveitamento do espaço?

A foi a prefeitura usou aqui, a foi maravilhoso a prefeitura ter vindo aqui. Eu não via a hora. Quando a prefeitura comprou eles já começaram a fazer as coisas, reformar lá dentro, a fazer as coisas lá dentro, a creche também eles reformaram, e como eu era da época eu andei por tudo com ele, até em cima de telhado, para mostrar tudo para eles porque eles queriam saber, eu mostrei tudo para ele...

Era o Oswaldo já?

Não na época não (mas não lembrou o nome)

E ele precisava de mim toda hora, eu mostrava onde passava o encanamento de água, eu sabia tudo, água, luz, eu vivi aqui dentro.

E a senhora teve filhos?

Não, sou solteira

Eu ia perguntar se seus filhos ficavam aqui?

A minha irmã ficou, quer dizer a Luciana, esta menina que estava aqui, ela é minha sobrinha, ela ficou desde que nasceu aqui na creche, desde que nasceu, estudou aqui, depois ela foi para o Francisco Teles.... e a mãe dela trabalhou no berçário, ela trabalhou junto comigo, ela aposentou aqui no berçário da creche.

E a fábrica funcionava a noite toda? A noite não tinha creche?

Não a noite não, a creche acabava às seis horas. À noite era mais os homens que trabalhavam, não tinha mulher que trabalhava a noite nesta época, só homens.

ANEXO 3

DEPOIMENTO ORAL DE CÁSSIA DE FÁTIMA ALVES

Você autoriza a utilização de seu depoimento na íntegra no meu trabalho de pesquisa?

Claro que autorizo, com certeza

Qual é o seu nome completo?

Cássia de Fátima Alves

Em que ano você estudou no PI Manoel Aníbal Marcondes?

Foi em 1967, 68

Você tinha quantos anos mais ou menos?

Entre 5 e 7 anos que nós ficávamos nos parquinho infantil

Você ficava o dia inteiro?

Que eu me lembre era a tarde

E qual era a rotina no PI, como era o dia no PI?

Olha eu me lembro de cantar, que nos chegávamos e cantávamos... era um salão grande, na verdade era um salão onde era a antiga rodoviária, o prédio que foi conservado, aquele prédio mais antigo. Então Eu me lembro que era um salão bem grande, e que não tinha sala de aula eram mesinhas no próprio salão, e que tinha um palco, então nós cantávamos e depois tinham as atividades de folha, de trabalho com a alfabetização.

E as brincadeiras, a parte de recreação? O que você lembra que era feito?

Lembro de fazer teatro da Menina dos Cachinhos de Ouro, eu fui a menina dos cachinhos de ouro, meu cabelo era todo enroladinho e bem loiro, enroladinho e bem

loira, isso eu me lembro bem, e lembro de brincar com barro, era um barro diferente, nós fazíamos bolinhas e ia alisando e molhando aquela bolinha e depois punha areia seca, clarinha, e aí ficava arrumando para brincar de casinha. Isso eu me lembro bem, e daquele tanque e das professoras todas sentadas com a gente fazendo isso, e acho que isso foi o que me marcou mais, de fazer teatro, cantar e ...

Você se lembra de alguma música daquele tempo?

Não, não lembro

Vocês cantavam o hino, como eram as comemorações, a parte cívica?

Sim, sim, tinham bastante comemorações que por sinal eu quero ver se acho um diploma que eu recebi no dia da ave, que a gente pintava, desenhava e participava de concurso do melhor desenho, então tinham assim todas as comemorações cívicas do calendário escolar, que hoje a gente não trabalha mais, a gente fazia... me lembro bem deste diploma, a pouco tempo atrás lá na minha mãe. E o dia das mães com poesia, dia das mães e dos pais a gente tinha que recitar, tinha festa pras mães, festa pros pais e a gente recitava lá na frente, era bem legal.

Você se lembra da piscina, das atividades que eram feitas na piscina?

Eu não me lembro da piscina, na minha época não tinha mais piscina, eu acho que nesta época já tinham desativado a piscina, era só um cimentão e a gente sabia que ali já tinha tido uma piscina, na verdade a gente só tinha o tanque de areia, que era onde a gente brincava mais.

Você chegou a participar de gincana no Bolão, na Semana da Criança?

Não. Isso não me lembro não

E merenda, havia preocupação com a alimentação?

Interessante, eu não lembro de merenda

E tinha vacinação, atendimento médico e de dentista, alguma atividade integrada com o posto de puericultura?

Não tenho lembrança, posso perguntar para a minha mãe.

E dos professores o que você lembra?

Eu me lembro da D. Maria da Glória Pontes de Toledo, eu me lembro bastante, da d. Judith, que era a diretora, eu me lembro do jeitinho dela sempre sorridente, mas todo mundo morria de medo dela, ela era uma pessoa sorridente, mas na hora que ela chegava...a gente tinha muito respeito. E tinha um professora loira, alta,...eu to vendo ela na minha frente, mas não lembro o nome... mas a minha prof era a Maria da Glória. A d. Vera Brenna, trabalhou no parquinho e acho que também foi minha professora e depois trabalhamos juntas na rede e eu me lembro da gente conversar e ela se lembrar de mim, de quando eu ia ao parquinho.

Quando você saiu de lá, você foi pra qual escola?

Daí eu fui para a primeira série, que funcionava no Anchieta, inclusive usava uniforme e tudo do Anchieta, da primeira até a quarta série eu fiz no Anchieta mas era da prefeitura, ocupava todo o prédio antigo, naquela parte baixa, ali era de 1ª. a 4ª. série e eram professoras municipais, inclusive a nossa coordenadora Elaine estudou comigo no Anchieta.

E na época do PI vocês utilizavam uniformes?

Tinha uniforme, era o shortinho azul e a camiseta de xadrezinho vermelha

E a frequência era obrigatória?

Eu me lembro de ir todos os dias.

Você se lembra se haviam crianças maiores que você?

Tinham, tinham crianças grandes que eu acho que iam só para a recreação, eu lembro de crianças deles bem grandes junto com a gente, devia ser aberto um período para eles. Mas não era sempre.

E festa de natal? Você se lembra de alguma?

Eu acho que o teatro que eu participei era no final do ano, essa é a impressão que eu tenho mas não me lembro de Papai Noel...Eu não lembro.

